



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**TRABALHO E CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO EM MANAUS: Estudo
com os idosos usuários das unidades básicas de saúde da zona sul e
com os participantes do Parque Municipal do Idoso.**

NATHALIE SANTANA DE MELO

**Manaus- AM
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

NATHALIE SANTANA DE MELO

**TRABALHO E CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO EM MANAUS: Estudo
com os idosos usuários das unidades básicas de saúde da zona sul e
com os participantes do Parque Municipal do Idoso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Yoshiko Sasaki

**Manaus- AM
2012**

**Ficha Catalográfica elaborada por Milene Miguel do Vale -
Bibliotecária/Documentalista – CRB11/265**

Melo, Nathalie Santana de

M528t

Trabalho e condições de envelhecimento em Manaus: estudo com os idosos usuários das unidades básicas de saúde da zona sul e com os participantes do Parque Municipal do Idoso / Nathalie Santana de Melo. - Manaus: UFAM, 2012.

105 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientadora: Profª. Dra. Yoshiko Sasaki

1. Trabalho 2. Envelhecimento – Condições sociais – Manaus (AM) 3. Idosos – Condições sociais – Manaus (AM) I. Sasaki, Yoshiko (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título.

CDU: 362.6(811.3)(043.3)

NATHALIE SANTANA DE MELO

TRABALHO E CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO EM MANAUS: Um estudo com os idosos usuários das unidades básicas de saúde da zona sul e com os participantes do Parque Municipal do Idoso

Dissertação aprovada em: 02 / 10 / 12

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Yoshiko Sasaki - Presidente
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Profª. Dra. Raquel Wiggers - Membro
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Profª. Dra. Lucilene Melo - Membro
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Agradecimentos

A DEUS, em primeiro lugar, por permitir que meus olhos vissem a concretização dessa promessa e desse sonho, por seu amor incondicional e cuidado constante, e por ter me dado força para prosseguir mesmo nos dias mais difíceis dessa árdua caminhada.

Aos meus pais Nedir e Antonio, que me proporcionaram sustento e apoio necessários para realizar essa conquista.

A minha querida orientadora Yoshiko Sasaki, com quem tive o prazer de conviver durante minha trajetória acadêmica, pelo incentivo, investimento, carinho, paciência, conselhos que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual e como pessoa. Sempre serei grata por seu cuidado e amizade. Obrigada por acreditar em mim!

Ao meu compromissado, Odacir Rocha, pelo companheirismo, encorajamento, incentivo e cuidado. Você é muito especial!

Às minhas amigas, Danielle Maia, Lilian Augusta, Sara Silva, Cláudia Lima, Patrícia Inhamuns, Danielly Freire, não sei o que seria de mim sem vocês, sem a amizade, o carinho, as orações, o consolo, as orientações, os momentos agradáveis. Louvo a Deus por suas vidas!

Às amigas que fiz durante o mestrado, Welen Batalha, Débora Cristina de Jesus e Milane Reis, que compartilharam comigo momentos de angústias, incertezas, apreensões, mas de consolo, orientações. Muito obrigada!

Aos idosos que abdicaram parte do seu tempo para participarem das entrevistas e pela contribuição para que este estudo pudesse ser realizado.

Aos gestores do Parque Municipal do Idoso e das Unidades de Saúde que permitiram a realização da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que disponibilizou a bolsa para realização desse estudo.

À Universidade Federal do Amazonas que me deu oportunidade de adquirir grau de mestre.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização desse sonho.

AGRADEÇO!

*“Terceira idade, idade da sabedoria e da experiência!
Terceira idade, vida que merece ser bem vivida, curtida.
Vida que merece respeito, carinho e atenção
De todos que um dia, também lá, chegarão.
Vida que exige família, renda, saúde e educação.
Moradia, ocupação e diversão.”*

(Autor Desconhecido)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as condições de envelhecimento em Manaus, dando ênfase à trajetória de trabalho percorrida pelos idosos, uma vez que esta é determinante para as condições materiais, subjetivas e de saúde nessa fase da vida. Para compreender essa questão, buscamos identificar a situação familiar, os níveis educacionais, o acesso à aposentadoria, a renda, as condições de saúde, bem como a percepção dos idosos sobre a velhice, sobre os trabalhos que exerceram ao longo da vida produtiva, o que fazem para ocupar o tempo que antes era reservado ao trabalho, e por fim, procuramos apontar suas principais demandas e os modos que vivenciam a velhice. Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos dados secundários, oriundos de uma pesquisa anterior realizada no ano de 2008/2009 em unidades básicas de saúde da zona sul de Manaus, e dados primários, coletados em 2012 no Parque Municipal do Idoso, decorrentes da inserção no mestrado em Serviço Social. Essa pesquisa teve uma abordagem quali/quantitativa e foi realizada por meio da aplicação de roteiro de entrevista, com 24 idosos selecionados aleatoriamente (12 das unidades básicas de saúde e 12 do Parque Municipal do Idoso). A comparação entre essas pesquisas em tempo e *lócus* distintos permite apreender as condições de envelhecimento em diferentes contextos. Constatamos a partir da análise dos resultados que as diferenças materiais interferem nos modos de viver e perceber a velhice. A maioria dos depoentes apresentam doenças crônicas, entretanto, os que se sentem mais debilitados são os idosos usuários das unidades básicas, pois os idosos do Parque demonstram que estas não os impedem de viver de forma independente. É possível notar que diante da ruptura com o trabalho e da incerteza sobre que papel desempenhar, os idosos das unidades básicas encontram nas atividades domésticas e na televisão os principais meios de ocupar o tempo, já para os idosos do Parque, a participação em grupos de convivência para terceira idade possui grande significado e aparece como solução para reinvenção do tempo livre. Em outros termos, os idosos do Parque Municipal que tiveram acesso uma vida produtiva mais satisfatória, por conseguinte, um envelhecimento mais ativo, saudável e uma melhor percepção sobre essa fase. Diante dessa realidade, cabe à sociedade e ao Poder Público, através das políticas sociais, realizar ações que promovam uma velhice menos debilitada e mais independente física e financeiramente para todos.

Palavras-chave: Condições de envelhecimento, trabalho, políticas sociais e tempo livre.

ABSTRACT

This study aims to analyze the conditions of aging in Manaus, emphasizing the trajectory of work covered by the elderly, since this is crucial to the material conditions, and subjective health during this phase of life. To understand this issue, we sought to identify the family situation, educational levels, access to retirement income, health conditions, as well as the perception of the elderly about old age, about the work that exercised over the productive life of the they do to occupy the time that was previously reserved for work, and finally, we point out their main demands and ways to experience old age. To achieve the proposed objectives, we used secondary data from a previous survey conducted in the year 2008/2009 basic health units in the area south of Manaus, and primary data collected in 2012 in the Old City Park, resulting in the insertion Masters in Social Work. This research had a qualitative approach / quantitative and was performed by applying a structured interview with 24 randomly selected subjects (12 of basic health units and 12 of the Municipal Park for the Elderly). The comparison between these surveys on time and allows different locus apprehend the conditions of aging in different contexts. We found from the analysis of the results that differ materially interfere with the ways of living and perceiving old age. Most respondents have chronic diseases, however, who feel weaker are the basic units of elderly users, the elderly because of the park show that these do not prevent them from living independently. You can see that before the break with the work and uncertainty about what role play, older units are basic household chores and television major means of occupying time, since the park for the elderly, participation in groups living for seniors has great meaning and appears as a solution to reinvention of free time. In other words, the elderly Municipal Park who had access to a productive life more satisfying, therefore, a more active aging, healthy and a better understanding about this phase. Given this reality, it is up to society and the government, through social policies, take actions that promote an age less independent and more debilitated physically and financially for everyone.

Keywords: aging conditions, work, social policies and free time.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Faixa etária dos idosos participantes das UBS.....	68
Quadro 2 - Faixa etária dos idosos participantes do Parque.....	68
Quadro 3 - Nível de escolaridade dos idosos das UBS.....	70
Quadro 4 - Nível de escolaridade dos idosos do Parque	70
Quadro 5 - Condições de habitação dos idosos.....	72
Quadro 6 - Índice de co-residência familiar dos idosos da UBS.....	73
Quadro 7 - Índice de co-residência familiar dos idosos do Parque.....	73
Quadro 8 - Estado Civil dos idosos das UBS.....	74
Quadro 9 - Estado Civil dos idosos do Parque.....	74
Quadro 10 - Principais atividades que as mulheres exerceram.....	76
Quadro 11 - Principais atividades que os homens exerceram.....	78
Quadro 12 - Condição de trabalho dos idosos.....	79
Quadro 13 - Concepções dos idosos das UBS sobre trabalho.....	80
Quadro 14 - Concepções dos idosos do Parque sobre trabalho.....	80
Quadro 15 - Situação econômica dos idosos da UBS.....	82
Quadro 16 - Situação econômica dos idosos do Parque.....	82
Quadro 17 - Renda dos Idosos das UBS.....	84
Quadro 18 - Renda dos Idosos do Parque.....	84
Quadro 19 - Principais agravos acometidos aos idosos das UBS.....	87
Quadro 20 - Principais agravos acometidos aos idosos do Parque.....	87
Quadro 21 - Sentimentos mais frequentes na ruptura com o trabalho.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Velhice e suas multidimensões.....	63
Figura 2 - Trabalho e suas variáveis.....	64
Figura 3 - Função social em cada etapa da vida.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – TRABALHO: Desafios e possibilidades na velhice	16
1.1 Conceitos prévios sobre velhice.....	18
1.2 Transformações político-econômicas do capitalismo e seus reflexos nas relações e processos de trabalho.....	21
1.2.1 Impactos das transformações nos processos de trabalho para o Amazonas.....	28
1.3 A perda do emprego para os trabalhadores que envelhecem: Causas e consequências.....	31
1.4 A saída do mercado de trabalho para os idosos exige a reinvenção do tempo livre.	34
CAPÍTULO II – ENVELHECIMENTO COMO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA	41
2.1 Qual o papel da família em relação aos idosos?.....	45
2.2 Seguridade Social e Envelhecimento.....	48
2.2.1 Previdência e Assistência Social.....	52
2.2.2 Saúde na velhice: utopia ou possível realidade?.....	55
2.3 A garantia e a concretização de direitos na velhice.....	60
CAÍTULO III – O TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO EM MANAUS.	63
3.1 Procedimentos metodológicos	65
3.1.1 Conhecendo os lócus da pesquisa.....	65
3.2 Perfil dos idosos entrevistados: condição sócio-familiar.....	66
3.3 Situação de trabalho dos idosos entrevistados.....	76
3.4 Situação econômica dos idosos.....	82
3.5 Condições de saúde dos idosos.....	86
3.6 Como os idosos de Manaus vivenciam essa fase da vida?.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

A população idosa vem crescendo consideravelmente no Brasil e em todo o mundo. A cada dia nos deparamos com mais pessoas envelhecidas, sejam em nossas famílias ou nas ruas. Mas de que modo essas pessoas estão envelhecendo? Quais as suas reais necessidades?

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o Brasil possui mais de 21 milhões de idosos. Isso significa que 11,1% da população brasileira são constituídos por pessoas acima de 60 anos, o que sugere que o Brasil é um país em processo de envelhecimento.

De acordo com esse Censo, o estado do Amazonas possui mais de 240 mil pessoas idosas, deste total grande parte está concentrada na capital, cerca de 130 mil, que apesar de ser um contingente não muito expressivo apresentará crescimento progressivo no decorrer dos anos.

Embora esta constatação seja positiva, pois significa que a expectativa de vida no Amazonas aumentou, também é preocupante, devido ao cenário que muitos idosos vivenciam. Afinal, o estado possui a segunda pior cobertura da previdência social do país, ficando atrás apenas do estado do Pará. Apesar de os desníveis regionais terem diminuído, ainda persistem, o que interfere diretamente nas condições de vida dos trabalhadores envelhecidos locais (IBGE, 2010).

Ao falarmos em envelhecimento, qual a primeira coisa que vem a mente? Doença, dependência, inutilidade, morte? Ou seria “estou chegando lá”? Dificilmente as pessoas se percebem caminhando para a velhice, mas para Beauvoir (1990) ou você morre prematuramente ou envelhece, não há alternativa. Daí a importância de refletir sobre as necessidades desse estrato populacional.

Diante dessas questões que cercam a velhice e diante do aumento do número de idosos, este estudo tem como objetivo principal *analisar as condições de envelhecimento em Manaus*, dando ênfase à trajetória de trabalho percorrida pelos idosos, uma vez que esta pode ser determinante para as condições materiais, subjetivas e de saúde na velhice. Para alcançar esse objetivo, inicialmente buscamos: 1) Identificar a situação socioeconômica, familiar e de saúde dos idosos; posteriormente 2) Detectar os tipos de trabalho que os idosos exerceram e a concepção sobre eles; e por fim 3) Analisar a percepção dos idosos acerca do processo de envelhecimento e como vivenciam a velhice em Manaus.

Sabemos que a realidade social é inesgotável, mas se tratando da velhice é necessário apreendê-la considerando as principais dimensões que podem interferir em seu processo, como: classe, gênero, educação, além dos fatores subjetivos, o que demonstra seu caráter multidimensional. Mas a velhice é também um fenômeno heterogêneo, pois atinge todas as camadas sociais de maneira distinta, ou seja, o modo de vivenciá-la e percebê-la varia em cada uma delas de acordo com a inserção no processo produtivo.

Nesse sentido o trabalho ocupa um importante papel para os indivíduos, além de tomar grande parte do tempo de vida. Entretanto, o trabalho é considerado incompatível com a velhice, basta observarmos que muitos trabalhadores acima de 40 anos são considerados improdutivo para o mercado de trabalho ou sentem grande dificuldade de reinserção quando estão desempregados.

Como o envelhecimento é heterogêneo, certamente os idosos das camadas subalternas percebem e vivenciam a velhice de modo distinto dos idosos das camadas mais abastadas. Acredita-se que para a maioria que não amealhou recursos ao longo de sua vida produtiva o envelhecimento traz perdas e limitações, que pode emergir com demandas específicas para o Estado, consubstanciadas nas políticas sociais.

Já os idosos que tiveram sua vida produtiva satisfatória e tiveram acesso a aposentadoria¹, na velhice são chamados a uma vida ativa, consumindo vários produtos desde alimentação, saúde, lazer, turismo, universidade da terceira idade, dentre outros, e são chamados de terceira idade.

O principal questionamento que motivou este estudo foi: o que é preciso fazer para que o idoso desfrute os anos acrescidos à vida de forma satisfatória e saudável? Em outros termos, esta pesquisa objetivou compreender quais as principais demandas desses idosos e de que modo a trajetória de trabalho influenciou suas condições atuais, tentando dar inteligibilidade a esse processo enquanto curso da vida, permeado por particularidades, mas não deslocado de um contexto histórico/social.

Ao abordarmos as condições de envelhecimento é imprescindível compreender os seguintes fatores: as principais atividades que desenvolveram; o mercado em que estiveram inseridos, pois determinará o acesso ou não a aposentadoria; o que fazem no tempo que era reservado ao trabalho; se voltaram ou não a exercer atividades remuneradas; como é a relação familiar e com a comunidade, tendo em vista o tempo livre; como lidam com as mudanças que a velhice acarreta; quais suas condições de saúde, dentre outros.

¹ Benefício pago pela Previdência Social.

Para compreender em que condições os idosos de Manaus vivem é necessário ressaltar que a conjuntura em que estão inseridos é de uma sociedade global, marcada por drásticas mudanças que interferem diretamente nos modos de vida em nível planetário. Entre essas mudanças podemos citar a globalização, o avanço científico, as transformações ocorridas nos processos e relações de trabalho, o advento da internet, a revolução informacional e de transportes, além da valorização exacerbada da juventude, da beleza, do consumo e da produtividade.

O avanço científico, por conseguinte da medicina, contribuiu para maior controle de doenças e menor taxa de mortalidade, e foi um dos responsáveis pelo aumento do número de idosos em nível mundial. Entretanto, mesmo com o progresso da medicina há o aparecimento de limitações físicas na velhice, o que muitas vezes acarreta o descarte da mão-de-obra envelhecida do mercado de trabalho. Mas essas limitações nem sempre esgotam o potencial produtivo desses trabalhadores. Esse descarte se deve à ideologia produtivista que considera os idosos como improdutivos e doentes, como é o caso dos trabalhadores que antes de completarem 60 anos são expulsos do mercado de trabalho.

Situação difícil para quem depende do trabalho para se manter, pois o trabalho é fundamental para sobrevivência, objetivando o indivíduo para sua reprodução e convivência familiar e social, além de ser responsável pela construção da identidade.

Marx (1989) apud Teixeira (2008) o *trabalho* é visto como a mola que impulsiona o desenvolvimento humano, que permite ao homem produzir a si mesmo e transformar-se num ser social. Para ele, é a atividade pela qual o homem domina as forças da natureza.

De uma maneira ampla “o trabalho é compreendido como todo esforço humano que intervém em seu ambiente com certa finalidade” (ZANELLI E SILVA, 1996, p. 17). Por isso, o trabalho a que nos referimos no decorrer deste estudo refere-se às atividades remuneradas comumente conhecidas como emprego, seja no mercado formal ou informal, ou aquelas realizadas por conta própria.

Assim, em uma sociedade sob os domínios do capital, em que o trabalho ocupa lugar central, e diante das drásticas mudanças provocadas pela globalização que interferem não apenas nos processos de trabalho, na economia e nas políticas sociais, mas na cultura e nos modos de vida, envelhecer torna-se um desafio.

Com o intuito de minorar esse desafio que é envelhecer de forma plena e saudável, inúmeros estudos passaram a abordar o tema do envelhecimento. Entretanto, poucos inserem esse debate no âmbito das mudanças radicais que vem ocorrendo na sociedade

atual desde meados da década de 70, e os que procuram ampliar essa discussão dificilmente “dão voz” aos idosos pesquisados, lembrando que são sujeitos de sua história.

Para alcançar os objetivos propostos nesse estudo utilizamos dados secundários, oriundos de uma pesquisa anterior intitulada “Trajetória de trabalho e condições de saúde dos idosos participantes das unidades básicas de saúde da zona sul de Manaus”² (MELO, 2009), realizada no ano de 2008/2009 e dados primários coletados em 2012, decorrentes da inserção no mestrado em Serviço Social.

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido pelo GEPPSSAM³ da Universidade Federal do Amazonas. A ideia de dar continuidade aos estudos sobre esse tema deve-se ao fato de a primeira pesquisa ter sido realizada com idosos das camadas menos favorecidas, e a atual com participantes do Parque Municipal do Idoso, cujo perfil é de idosos com capacidade funcional e que possuem condições mais favoráveis, permitindo apreender o que significa envelhecer em diferentes contextos econômicos, sociais e culturais.

Da primeira pesquisa foram selecionadas para o presente trabalho, duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da zona sul de Manaus, uma no bairro Praça 14 (UBS Vicente Pallotti) e outra no conjunto 31 de Março, cuja unidade possui o mesmo nome. E a segunda foi realizada no Parque Municipal do Idoso.

Através de uma amostra aleatória selecionamos 24 idosos (12 homens e 12 mulheres), sendo 12 usuários das UBS e 12 participantes do Parque. As entrevistas semiestruturadas foram registradas com o uso de gravador, com a devida autorização dos entrevistados. Posteriormente as entrevistas foram alocadas em uma matriz analítica e passaram pela análise de conteúdo. A abordagem dos dados deu-se de forma quali/quantitativa e as categorias foram analisadas com base no referencial teórico adotado.

Enquanto os idosos da primeira pesquisa aceitaram facilmente participar das entrevistas, uma vez que estavam ociosos à espera por um atendimento no serviço de saúde, os idosos do Parque Municipal apresentaram maior resistência, uma vez que ao contrário dos primeiros, não estavam ociosos, e sim ocupados com as atividades oferecidas.

A escolha dessa temática justificou-se por ser uma realidade que precisa ser pesquisada, estudada e divulgada conforme a Política Nacional do Idoso (1994) e por ser

² Esse trabalho de iniciação científica (PIBIC) recebeu prêmio “Professor Moisés Abraão Cohen”, concedido aos melhores pesquisadores de cada área, em 2009.

³ Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas, coordenado pela doutora Yoshiko Sasaki.

uma área de grande atuação dos assistentes sociais. Por meio deste estudo será possível a este profissional conhecer os sujeitos com os quais se depara cotidianamente, independente da área em que atua, favorecendo uma prática condizente com as demandas explícitas ou não deste estrato populacional, além de que o envelhecimento precisa ser objeto de investimentos sociais e de novas propostas profissionais. Afinal, de acordo com Patrocínio e Gohn (2006), não adianta formularmos programas e projetos voltados ao público idoso se antes não os consultarmos e verificarmos quais suas reais necessidades.

Este estudo poderá fundamentar não apenas a formulação de políticas públicas que garantam os direitos dos idosos, mas também reflexões e propostas de ações para criação de um projeto de desenvolvimento social em atenção à qualidade de vida, promoção da saúde, direcionadas ao aprofundamento da democracia e a ampliação da cidadania da população idosa municipal.

Nesse sentido, esta pesquisa é relevante, pois oferece espaço simultaneamente para o campo de ensino e pesquisa, destacando-se pelo seu papel de agente formador de recursos humanos, configurando-se num campo privilegiado do conhecimento e de intervenção social.

Para melhor apreensão deste estudo, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo “Trabalho: desafios e possibilidades na velhice” revela que o trabalho é um dos principais aspectos que determinam os diferentes modos de envelhecer, entretanto, nas sociedades modernas trabalho e velhice são considerados incompatíveis. Mas aponta que a velhice pode ser uma fase de novas possibilidades, uma vez que o ser humano possui potencial para se desenvolver em muitas áreas além daquela em que trabalha.

O segundo capítulo “Envelhecimento como questão de ordem pública” busca reafirmar o envelhecimento populacional como de responsabilidade do Estado, uma vez que este estrato demanda esforços e investimentos do poder público principalmente no que se refere às políticas da Seguridade Social, justamente num contexto de desmonte das políticas sociais. E ratifica que criar condições para que os cidadãos brasileiros envelheçam e vivenciem essa fase da vida de forma digna e saudável requer esforço conjunto da família, da sociedade, mas também do Estado.

O terceiro capítulo “O trabalho e sua relação com as condições de envelhecimento em Manaus” trata dos resultados da pesquisa empírica e revela de que modo o trabalho interferiu na vida dos idosos na capital amazonense, uma vez que o trabalho aparece como determinante para a construção da identidade e status dos indivíduos - o que pode influenciar seu papel no âmbito familiar-, é o principal responsável pela renda, sociabilidade

e acesso a aposentadoria, além de ocupar a maior parte do tempo. E mostra que esses fatores são determinantes para a configuração dos diferentes modos de envelhecer.

CAPÍTULO I – TRABALHO: Desafios e possibilidades na velhice.

Falar sobre envelhecimento sem falar sobre sua relação com o trabalho seria desconsiderar um dos principais aspectos que determinam os diferentes modos de vivenciar esta fase, afinal é uma atividade que desempenha um importante papel e ocupa inegável espaço na vida humana. Principalmente em uma sociedade controlada pelo capital, em que o trabalho ocupa lugar central, e diante das drásticas mudanças advindas com a globalização que interferem nos processos de trabalho e nos modos de vida em todo mundo.

Envelhecer nesse contexto de profundas mudanças é um desafio. Desafio que é vivenciado por inúmeros brasileiros cotidianamente, pois o país está enfrentando um período de transição demográfica em que está configurado o rápido aumento da população idosa. Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que em 2025 o país terá a sexta população do mundo em número de idosos, com mais de 32 milhões de pessoas acima de 60 anos.

Diante desses indicadores e da realidade que muitos idosos vivenciam, o desafio que se impõe na velhice é a possibilidade de viver bem, com recursos financeiros, saúde, vigor, com uma vida ativa, cheia de sentido e com o amparo da família, da sociedade e do Estado, pois viver muito não significa necessariamente viver bem.

Mas nas sociedades atuais esse momento da vida é marcado por estereótipos e encarado como uma fase de perdas. De fato o envelhecimento traz consigo uma série de mudanças e muitas vezes perdas como a saúde, o vigor, o emprego, a beleza e os papéis sociais, mas a velhice não se limita a esses *déficits*. É necessário pensá-la a partir de outros referenciais e também como uma fase de novas possibilidades.

Uchôa *et al* (2002) confirmam que essas limitações e perdas existem sim, mas que não são específicas da velhice e que podem ser mediadas por diferentes elementos do contexto. Ou seja, afirmam que a velhice não deve ser dissociada da doença e nem mesmo da morte, mas que é importante integrar todos os recursos disponíveis a fim de redefinir as prioridades e adaptar-se às situações, de modo a compensar as limitações e incapacidades que podem surgir nessa fase.

Segundo Minayo e Coimbra Jr. (2000), um dos principais fatores que contribuem para a visão depreciativa que se tem sobre as pessoas idosas deve-se à ideologia produtivista para a qual se uma pessoa não é capaz de trabalhar não é tão útil para a comunidade em que vive. Entretanto, muitos idosos e envelhescentes são expulsos do

mercado de trabalho antes de exaurirem sua capacidade de labor por serem considerados improdutivos.

Com as mudanças ocorridas nos processos de trabalho passou-se a buscar qualidade total da produção e exigir maior qualificação e polivalência do trabalhador (ANTUNES, 2008). Mas para o capital os trabalhadores mais velhos perdem a agilidade, presteza, poder de concentração, ou seja, entram em um declínio físico incompatível com as exigências do mercado de trabalho. Ante um contexto de extrema competitividade, os trabalhadores envelhecidos são associados à inaptidão e seus conhecimentos e experiências são substituídos pela capacidade de adaptação, iniciativa e inovação dos mais jovens.

Desse modo, diferente das demais fases da vida em que atribuições são claramente designadas, na velhice não se sabe ao certo que papéis desempenhar. Portanto, o afastamento do trabalho para quem viveu em função disso representa para muitos idosos o questionamento da própria existência e de sua utilidade. Isso se deve ao fato de o trabalho assalariado ocupar a maior parte da vida humana. Como tal, é o responsável pela construção da identidade, sociabilidade e sustento dos indivíduos, além de influenciar as condições de saúde, e de ser o responsável pelo acesso à aposentadoria. Daí a necessidade de pensar em novos papéis sociais para essa fase.

Segundo Zanelli e Silva (1996), o trabalho é uma das atividades mais importantes e constitui uma das principais fontes de significados para o homem. Mas também é uma atividade reconhecida através da história como penosa e como algo desconfortável. Apesar disso, estes autores acreditam que é a atividade fundamental para o desenvolvimento do ser humano, afinal, ele é o responsável pela sobrevivência ao satisfazer as necessidades básicas, e para muitos é fonte de relações sociais e autoestima.

O trabalho caracteriza o *status* em detrimento de outros suportes identitários. Em outros termos é por meio dele que a identidade social dos indivíduos é definida e a sobrevivência garantida, por outro lado, se o trabalho for degradante e penoso pode subalternizar. Cada indivíduo o percebe de uma maneira diferente, nesse caso, os diferenciais de classe e gênero são determinantes.

Certamente os trabalhos intelectuais são considerados menos degradantes que os manuais. Além do que, o prestígio que o indivíduo possui com as atividades desenvolvidas e a importância que este papel desempenha em sua vida influencia sobremaneira a forma de percebê-lo.

Zanelli e Silva (1996) ratificam que as pessoas que executam tarefas manuais geralmente são menosprezadas, enquanto àqueles que trabalham com planejamento ou tomada de decisões são melhor recompensados e reconhecidos. Essa questão para esses autores demonstra a relação entre as atividades desenvolvidas e o *status*.

Os homens geralmente são os mais afetados com a saída do emprego, haja vista que as mulheres dão grande valor a outros papéis como o de ser mãe, dona de casa etc., mas isso não é regra.

Com o aumento da expectativa de vida e com a saída do mercado de trabalho cada vez mais cedo, o tempo entre o afastamento do trabalho e do final do ciclo de vida está cada vez maior. O que os idosos estão fazendo neste período? Que papéis estão desempenhando? Tiveram acesso a aposentadoria? Como lidaram com este afastamento? Voltaram a exercer atividades remuneradas? O que representa a velhice para eles? Esses e outros questionamentos norteiam o presente estudo.

1.1 Conceitos prévios sobre velhice

Antes de compreender o que significa a saída do mercado de trabalho para trabalhadores que passaram a maior parte do tempo em função disso, e como vivenciam esse momento da vida é imprescindível compreender o que é velhice.

Quando uma pessoa é considerada idosa? Seriam os cabelos brancos e as rugas os principais determinantes? Seria a idade? Estabelecer conceitos universalmente aceitáveis sobre envelhecimento não é tarefa fácil, sabe-se, no entanto, que este é um processo intrínseco à vida.

A velhice tem sido tratada e vivida de maneira diferente em cada sociedade ou período histórico. Certamente envelhecer hoje não tem a mesma conotação que envelhecer no início do século passado ou mesmo há três décadas. Embora existam situações de abandono e dependência física e financeira, atualmente os idosos possuem uma expectativa de vida superior àquelas passadas. Não há, portanto, um consenso sobre que período a velhice é vivida de maneira menos degradante.

Os próprios estudos sobre envelhecimento sofreram mudanças no decorrer dos anos. As primeiras pesquisas sobre velhice enfatizavam o envelhecimento orgânico, posteriormente com o advento das aposentadorias e pensões a velhice passou a ser tratada no campo político-econômico, atualmente na busca por melhores condições de vida nessa fase leva-se em conta os aspectos sociais e psicológicos (DEBERT, 1999).

Existem três noções de tempo que Schubert (1977) *apud* Rocha (1998) aponta para entender o processo de envelhecimento: o tempo cronológico, o tempo psicológico e o tempo fisiológico. O tempo cronológico é representado pelo tempo físico. O tempo psicológico fornece o tempo subjetivo e pessoal, aqui é decisivo o conteúdo da experiência individual. E o tempo fisiológico representa o desenvolvimento dos órgãos. Juntos, os tempos fisiológicos e psicológicos formam o tempo biológico que determina o decurso da vida.

A velhice é, portanto, uma etapa da vida baseada no tempo cronológico, mas que não se reduz à mera contagem de anos, pois não é a idade que determina a condição e o estado dos indivíduos. Para interpretação da velhice é necessário levar em consideração sua multiplicidade, e as diferentes formas de vivenciá-la, pois as complexidades psicológicas, fisiológicas e sociais variam muito para cada indivíduo. Por isso, as experiências pessoais e as condições do ambiente são determinantes do modo de vivenciar e perceber o envelhecimento.

Beauvoir (1990) defende que a velhice é um fenômeno biossociocultural, ou seja, é uma totalidade complexa que não pode ser entendida por uma simples descrição de um dos seus aspectos. A concepção dessa autora revela que o envelhecimento não é apenas um fator biológico, uma vez que existem outras dimensões tanto sociais, como políticas e culturais que precisam ser levadas em conta para que haja uma compreensão de totalidade desse fenômeno.

Segundo Rocha (1998), o envelhecimento possui também um aspecto subjetivo em sua definição. Este autor argumenta que existe uma pluralidade de conceitos correspondente aos significados que essa etapa da vida adquire histórica e culturalmente. O que significa que apesar de o processo de envelhecimento ser natural e universal, seus significados variam de acordo com a cultura.

Diante dessa dificuldade de conceituar a velhice, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sugere a idade de 60 anos para definir quem são os idosos nos países em desenvolvimento⁴. Como não existe um consenso sobre a partir de quando uma pessoa é considerada idosa, a idade cronológica é o principal indicador nesse processo.

Entretanto, apesar de este indicador ser importante por determinar os direitos e deveres em cada etapa da vida, é homogeneizante, pois desconsidera as diferentes dimensões do envelhecimento, que são: diferenças de classe, gênero, cor, educação, renda,

⁴ Nos países desenvolvidos são considerados idosos somente a partir de 65 anos de idade.

e outros. É necessário entender essas dimensões, pois a velhice não é uniforme para todos os indivíduos, ou seja, nem todos chegam aos 60 anos da mesma forma.

Peixoto (1998) revela essa heterogeneidade quando argumenta que há uma diferença entre *velhos* e *idosos*. Esta autora aponta que o termo *velho*, por ser pejorativo, foi substituído pelo termo *idoso*. Mas assinala que ainda é um vocábulo bastante empregado para reforçar a situação de exclusão social, pois, os “velhos” que possuem algum *status* não são chamados de velhos, são chamados pelo nome e reconhecidos pelo lugar social que ocupam na sociedade, como por exemplo, alguns artistas de renome e o ex-presidente da república. Desse modo, parece que nas camadas mais abastadas não existe idoso. Afinal, estes possuem além de melhores condições financeiras, o acesso aos melhores serviços de saúde, dois dos principais fatores necessários para obter qualidade de vida.

Peixoto (1998) assinala ainda que a partir da década de 1960 uma política de integração da velhice foi introduzida na França visando tanto modificações políticas quanto a transformação da imagem do envelhecimento. Houve um aumento das aposentadorias propiciando aos idosos certo prestígio, diminuindo a imagem da velhice decadente. Surgiu então, uma nova nomenclatura para designar os recém-aposentados, a *terceira idade*.

Esse vocábulo que é sinônimo de envelhecimento ativo e independente tornou-se uma nova fase da vida. A autora supracitada destaca, no entanto, que se trata de um eufemismo que tem por objetivo tornar aceitável àquilo que até então era negado. Por isso, Teixeira (2008) assinala a incongruência do termo *terceira idade*, acreditando fazer parte da retórica capitalista, que homogeneiza o envelhecimento do trabalhador, dissimulando as reais necessidades humanas nesse período vital, valorizando-os apenas como consumidores de mercadorias.

O envelhecimento é um fenômeno heterogêneo e multidimensional, ou seja, é um fenômeno que atinge todas as camadas sociais, mas o modo de vivenciá-lo varia em cada uma delas. A priori, o que os idosos das camadas menos favorecidas e os idosos das camadas mais abastadas têm em comum é o fato de estarem na mesma etapa da vida e de estarem suscetíveis a perder a identidade de trabalhador. Por isso os questionamentos que se seguem são: como eles lidam com isso? Até que ponto os diferentes contextos sociais e econômicos podem influenciar o modo de perceber a velhice?

Para Teixeira (2008) o processo de reconhecimento do envelhecimento do trabalhador como uma das expressões da questão social se inicia justamente com as primeiras gerações operárias por meio de lutas e reivindicações. A conquista da aposentadoria fez parte do conjunto de reivindicações do movimento operário, no início do

século XX. Logo a aposentadoria e as políticas sociais destinadas ao segmento idoso seguiram uma trajetória de luta da classe trabalhadora, a qual o Estado e a sociedade procuram atender de acordo com as correlações de forças presentes nas diversas conjunturas.

Esta autora observa que é para os trabalhadores pobres e envelhecidos que essa etapa evidencia a ampliação das desigualdades sociais, constituindo-se, portanto, uma das expressões da questão social. Pois quando se torna “descartável” para o capital, o idoso fica desprovido de renda e meios de subsistência capazes de promover uma velhice digna. A menos que tenha direito de aposentar-se, o que diminui, mas não extirpe sua vulnerabilidade.

É necessário assinalar essas diferenças de classe, pois interferem diretamente nas formas de vivenciar a velhice. Existem idosos que são chamados pelo nome próprio, ocupam altos cargos governamentais e empresariais, não são chamados de velhos, idosos ou terceira idade, e não são sujeitos de políticas sociais, portanto não fazem parte deste estudo. Mas existem aqueles que não tiveram uma vida produtiva satisfatória, e outros que até tiveram acesso a uma vida produtiva favorável que os possibilitou amedanharem recursos na velhice, mas que podem emergir com demandas para o Estado.

Entender essas diferentes formas de vivenciar o envelhecimento requer interpretá-lo no curso da vida, mas também situar o contexto em que esse processo ocorre. Daí a necessidade de esclarecer as transformações pelas quais os processos e relações de trabalho vêm atravessando e seus reflexos na vida dos trabalhadores que envelhecem.

1.2 Transformações político-econômicas do capitalismo e seus reflexos nas relações e processos de trabalho.

Sem dúvida para compreender os diferentes modos de envelhecer é importante situar a conjuntura em que este processo ocorre, principalmente diante das mudanças sucedidas a partir da década de 70 com o advento do capitalismo globalizado.

Afinal, o modo como passaram a vigorar as relações e processos de trabalho bem como as políticas sociais, são determinantes para esclarecer as condições do envelhecimento dos trabalhadores no país. É importante ressaltar que os idosos desta pesquisa estão inseridos na realidade manauense, que por sua vez sofre impactos de uma realidade mais global.

A finalidade deste tópico é destacar as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, situando-o não como pano de fundo, mas como parte integrante para esclarecer as condições do envelhecimento em um país periférico como o Brasil. Principalmente depois das drásticas transformações societárias e das alterações nos processos de trabalho, haja vista que nas sociedades capitalistas o valor do indivíduo é medido por sua produtividade e os trabalhadores quando envelhecem são considerados improdutivos para o capital.

A década de 1970 foi marcada por drásticas mudanças no cenário econômico, político e social, pois o capitalismo entrou em crise, os países centrais passaram por intensas transformações no universo do trabalho devido ao impacto da globalização da economia, e os efeitos dessas mudanças foram devastadores para a classe que vive do trabalho, pois houve um aumento das taxas de desemprego, subemprego, terceirização, emprego informal, dentre outros.

Essas transformações foram sentidas no Brasil em meados de 1990, quando trouxeram inúmeras perdas sociais e trabalhistas, principalmente para os trabalhadores envelhecidos e desqualificados. Contraditoriamente esse fato ocorreu no mesmo período que se buscava legitimar a seguridade social assegurada na Constituição de 1988.

Essas mudanças devem-se à natureza altamente inconstante do capitalismo. Basta observar que períodos de fenomenal expansão econômica são intercalados por profundas crises. Segundo Netto e Braz (2007) trata-se do ciclo econômico em que após um período de crise e depressão o sistema retoma o auge, revelando a capacidade do capital de se recriar. Entretanto, conforme Mézáros (2011), para além de uma crise cíclica, trata-se de uma crise estrutural do próprio capital, cuja solução exige uma mudança sistêmica radical, uma vez que o capitalismo não possui soluções para seus colapsos.

A história nos mostra que os maiores impactos destas crises recaem sobre a classe trabalhadora. A crise de meados dos anos 70 é um claro exemplo disso, pois, depois de um extenso período de acumulação e conquistas sociais que se estendeu de 1945 a 1973, o capitalismo vivenciou mais uma dessas crises, com repercussões em todo o mundo, consequências diretas sobre o trabalho, com perda de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, além do forte comparecimento de recursos públicos para salvar o capital, o que apenas demonstra o caráter desse sistema.

De acordo com Serra (2001), essa crise da década de 70 foi determinada pela queda da taxa de lucros, que provocou baixos índices de crescimento da produção, aumento exorbitante das taxas de desemprego e subemprego, aumento do setor de serviços e consequentemente a precarização do trabalho.

Conforme Netto e Braz (2007) com o intuito de se recuperar desse colapso, o sistema capitalista tomou medidas que tiveram profundos impactos econômicos, políticos, sociais e culturais em todo o mundo, com a chamada globalização do capital. Os referidos autores sintetizam tais respostas no seguinte tripé: *financeirização*, *neoliberalismo* e *reestruturação produtiva*, como estratégia de recuperação da crise que sucedeu o período da prodigiosa expansão no pós-guerra.

De acordo com Antunes (2008) os neoliberais atribuem esta crise ao Keynesianismo, com a proposta do *pleno emprego*, aos gastos sociais do Estado que para estimular a economia e facilitar o consumo de mercadorias injetava verba pública para reprodução da força de trabalho, por meio das políticas sociais, bem como ao fortalecimento do poder dos sindicatos, com forte pressão sobre os salários.

Assim, o que num primeiro momento serviu de amortecedor para o capital no período do pós-guerra, em meados dos anos 70 foi considerado pelo regime neoliberal o principal responsável pela queda dos níveis de lucratividade das empresas e aumento da inflação (IDEM).

É possível notar que com a *financeirização* do capital uma inédita interdependência entre países e empresas, facilitada pela revolução informacional e de transportes tornou-se recorrente. A partir de então, transações econômicas tornaram-se instantâneas, e um dos maiores impactos dessas transformações ocorreu sobre os processos de trabalho.

Vivenciamos o que Netto e Braz (2007, p. 235) designam como “novo mundo”, por ser muito diferente do existente na segunda metade do século XX. Além dos impactos na dinâmica de produção e nas relações de trabalho, este novo estágio evolutivo marcou as sociedades com transformações contraditórias, pois gerou intercâmbios de diversas naturezas, mudou radicalmente hábitos e padrões de consumo em todo o mundo, muitas vezes mutilando culturas de outras localidades.

Mas é importante assinalar que esse fenômeno ultrapassa as formas de transnacionalização em que o capital extrapola as fronteiras territoriais. Esse novo estágio capitalista caracteriza-se por ser uma ordem sociopolítica e econômica que fragilizou os direitos trabalhistas conquistados no pós-guerra, agravou as desigualdades entre povos e regiões e interfere atualmente nos modos de viver em nível planetário.

Outra resposta encontrada para essa crise foi o processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico de dominação, com o surgimento do chamado *neoliberalismo* que se contrapôs ao *Keynesianismo*. Trata-se de uma ideologia do capitalismo financeiro, que tem como premissas: o livre mercado, competitividade,

privatização de empresas e políticas sociais, um Estado forte para estabilizar a moeda, mas fraco para os gastos sociais, flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, dentre outros (ANTUNES, 2008).

De acordo com Iamamoto (2007) o *Consenso de Washington*, por meio do projeto neoliberal, recomendou significativas mudanças na esfera do Estado, reduzindo a possibilidade do financiamento de serviços sociais públicos. Na verdade, o neoliberalismo surgiu como uma reação ao *Welfare State*, preconizando o “enxugamento” dos gastos governamentais no contexto recessivo em que a economia se encontrava. Mas como bem questiona esta autora: “enxugamento do Estado para quem?” (Idem, p. 34).

É possível observar inúmeras ações do capital que foram tomadas no intuito de extirpar a intervenção social do Estado, entre elas: desregulamentação das relações de trabalho, privatizações de empresas e serviços estatais, além da redução dos sistemas de seguridade social. Houve, portanto, a supressão dos direitos sociais anteriormente conquistados.

Já a *reestruturação produtiva*, de acordo com Antunes (2008), teve como premissa aumentar as taxas de lucratividade, e teve como fundamento o desenvolvimento tecnológico, bem como a flexibilidade dos processos e mercados de trabalho. Esse autor constata que a fim de buscar qualidade total da produção passou-se a produzir inovações tecnológicas evidenciadas pela robótica, automação, microeletrônica, flexibilidade do aparato produtivo, que acarretou direitos trabalhistas também flexíveis, além de exigir maior qualificação do trabalhador, tornando-o polivalente, daí a expulsão dos trabalhadores mais velhos, acarretando um duplo processo denominado: desproletarização e subproletarização.

A desproletarização significou a diminuição da classe operária industrial tradicional e a efetiva ampliação do setor de serviços, mas podemos destacar também o aumento do desemprego. Já a subproletarização diz respeito à terceirização, flexibilização, desregulamentação, emprego temporário, exploração intensiva do trabalhador e trabalho informal (IDEM).

Segundo Melo (2009) o avanço tecnológico que possibilitaria amenizar o desgaste do trabalhador serviu apenas para aumentar a produtividade e gerar o aumento dos índices de desemprego, uma vez que houve a *substituição do homem pela máquina*. Assim a ideia de *pleno emprego* defendida pelo keynesianismo foi substituída no neoliberalismo pela ideia do desemprego. Vale lembrar que o desemprego ao criar um exército de reserva diminui a força dos sindicatos, e impõe aos trabalhadores aceitarem as precárias relações trabalhistas impostas.

Essa tendência operada pelas mudanças no mercado de trabalho, a partir dos anos 70, gerou no trabalhador a necessidade de tornar-se polivalente, tanto para estar adequado às exigências da empresa e produzir maior lucratividade, quanto pelo medo de perder o emprego. Santos (2005) afirma que esse medo gera uma tensão psicológica, fator preponderante para o surgimento ou agravamento de distúrbios e lesões nos trabalhadores.

Melo (2009) assinala que os reflexos desse tipo de trabalho precário podem aparecer apenas quando o trabalhador envelhece. Mesmo com a incidência de doenças na velhice, estas, na maioria das vezes devem-se às condições de vida e de trabalho que o indivíduo levou no decorrer de sua existência.

O advento desse capitalismo globalizado - não que esse fenômeno seja recente, mas dotou-se de maior impulso no século XX – provocou também mudanças no modo de vida em escala mundial. Segundo Harvey (2006) disposições ao consumismo exacerbado, ao individualismo, à busca pela identidade e a realização pessoal através do trabalho tornaram-se recorrentes na sociedade capitalista. Este autor assinala ainda que essas propensões têm um objetivo claramente ideológico e são cultivadas pelos meios de comunicação, por instituições educacionais e também por setores do aparelho do Estado.

É importante ressaltar que na década de 70 o Brasil estava longe de experimentar o processo que os países centrais vivenciavam com a reestruturação produtiva. Scherer (2009) aponta que o país aderiu esse novo padrão de acumulação em meados de 1990, abrindo portas para a economia mundial, mas estava politicamente frágil, pois havia saído de um regime ditatorial, além de ser um país com alto índice de desigualdade social, o que o inseriu na periferia do sistema capitalista.

Sallum Jr. (2000) assinala que a adoção do modelo neoliberal em nosso país se deu na década de 90, durante o governo Collor de Mello (1990-1992), momento em que ocorreu uma ruptura com o padrão nacional-desenvolvimentista, que durou aproximadamente sessenta anos. Este padrão possuía forte intervenção estatal como redoma protetora em relação à competição externa e de alavanca do desenvolvimento industrial.

De acordo com o autor supracitado essa reorientação estratégica obedeceu a uma orientação antiestatal e internacionalizante da economia doméstica ao sistema econômico mundial. Ele constata que foi no governo Collor que as aberturas econômicas modificaram as relações socioeconômicas no país ao desregular as atividades econômicas, privatizar empresas estatais e reduzir aos poucos o papel do Estado. Mas podemos notar que o Estado não deixou de intervir totalmente, afinal ainda exerce papel fundamental no processo de acumulação.

A história nos mostra que foi a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, que os ideais neoliberais se materializaram. Além de promover um conjunto de reformas constitucionais, manteve a abertura comercial e viabilizou concessões de serviços públicos para iniciativa privada (telecomunicações, energia, finanças, transporte etc).

Segundo Benaion (2006) essas privatizações foram letais econômica e socialmente para o país. Este autor acredita que Fernando Henrique fez um governo voltado para o capital internacional e se colocava claramente contra os interesses da classe trabalhadora, chegando inclusive a transferir aos trabalhadores a responsabilidade pela solução do desemprego, além de ter sido um exímio executor das recomendações dos organismos internacionais.

Apesar da expectativa para posse de Lula não obtivemos mudanças radicais em relação ao governo anterior. De fato em seu mandato houve um declínio do índice de pobreza, devido a uma junção de fatores como a estabilidade econômica, elevação do salário mínimo, programas de transferência de renda e ampliação do crédito popular. Entretanto, a política macroeconômica do antigo governo foi mantida e as políticas sociais continuaram fragmentadas e subordinadas à lógica do mercado, ou seja, desconsiderando as determinações geradoras da pobreza.

A busca pelo crescimento econômico a qualquer custo é um agravante à desigualdade social no Brasil. Ao observar a situação de desigualdade no país notamos que há uma profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia e os investimentos sociais do Estado. Para entender a razão de tanta disparidade é necessário reconhecer quais têm sido as reais prioridades governamentais.

Embora o setor econômico sempre tenha sido a prioridade do país, Sallum Jr. (2000) assinala que o Brasil está inserido na periferia do sistema capitalista, devido suas características econômicas e sociais. Este autor afirma que no fim dos anos 80 os países da América Latina, entre eles o Brasil, recém saídos do regime militar estavam politicamente frágeis e possuíam economias de baixo nível técnico, por isso transformaram-se em nações subdesenvolvidas, ocupando a periferia do sistema.

O Brasil sempre esteve um passo atrás no desenvolvimento industrial, ou mesmo econômico, porque como aponta Sallum Jr. (2000, p. 409) houve um “descompasso entre os padrões tecnológico e de concentração de capital dominantes na indústria dos países centrais e aquele que caracterizou a indústria brasileira ao longo do tempo”. Para o autor, a indústria brasileira não acompanhou os avanços obtidos pelos países centrais porque as

tecnologias utilizadas lá não estavam disponíveis no mercado e o volume de investimentos aqui não era suficiente.

Entretanto, os países centrais embora de posse de grande potencial financeiro, não dispõem das matérias-primas para a manutenção de seu padrão de vida (BENAION, 2006). Já o Brasil por ser um país rico, com imensas reservas e recursos naturais teria capacidade de ser uma grande potência. Mas se observarmos a história do país veremos que não existiu investimento em tecnologia e educação, por isso somos um país atrasado e dependente.

Outra questão que merece destaque é que o Brasil é um país que gasta poucos recursos com o setor educacional. De acordo com Benaion (2006, p. 350) “o valor dos investimentos públicos nesse setor nos últimos três anos do governo de Fernando Henrique foi menor do que os gastos governamentais com diárias de seus funcionários”. Este autor faz uma veemente crítica ao governo FHC chamando-o de “fracassomaníaco” por nunca ter acreditado nas potencialidades do país, e por ter aversão a tudo que era nacional, tornando-se um mero defensor das recomendações dos organismos internacionais.

Um exemplo oposto que merece ser lembrado é o da Coreia do Sul, país que na década de 50 foi destruído por uma guerra civil, deixando um saldo de mais de um milhão de mortos e grande parte da população na miséria. O analfabetismo era grande, mas o investimento pesado em educação fez a Coreia do Sul crescer economicamente. Hoje está entre os países que possuem um dos melhores níveis educacionais do mundo, com alta capacidade de inovação tecnológica. Graças ao investimento do governo na área, as marcas coreanas estão espalhadas pelo planeta.

Durante anos o Brasil foi o berço da riqueza dos países centrais, desde o seu descobrimento funciona assim. É um país que tem potencial, mas sempre “escolheu” ser dependente. Diferente dos países de primeiro mundo, que buscam dentro deles as soluções para seus problemas.

Tendo exposto as transformações pelas quais o universo do trabalho sofreu em escala mundial, marcada pelo aumento do desemprego e do trabalho informal que incidem diretamente no acesso aos direitos previdenciários, dentre eles o da aposentadoria, bem como a posição do Brasil nos quadros do capitalismo globalizado, o que facilita a compreensão acerca do seu posicionamento quanto as políticas sociais, importa neste momento apontar os impactos desse processo para o Amazonas.

1.2.1 Impactos das transformações nos processos de trabalho para o Amazonas.

Pouco antes da crise mundial ocorrida nos meados de 70, mais especificamente em 1967, foi implantada a Zona Franca de Manaus. Uma área de livre comércio e incentivos fiscais que compreende um polo comercial, um polo industrial e um polo agropecuário, sendo este último o menos desenvolvido.

De acordo com Valle (2007) o principal objetivo para criação de zonas francas foi assegurar a livre movimentação do capital. Nesse sentido, a criação da ZFM estava vinculada ao movimento de descentralização da produção capitalista, que necessitava expandir a economia transnacionalmente.

Torres (2000) assinala que a implantação da Zona Franca significou um grande sucesso para região, haja vista que “integrou” o norte com o restante do país, gerou empregos, e permitiu que Manaus estivesse novamente entre as cidades mais ricas do Brasil. Esta autora aponta, que a ZFM atraiu para capital amazonense um contingente populacional considerável, entretanto, era uma mão de obra desqualificada e barata, proveniente não apenas do interior do Amazonas, mas também de outros estados brasileiros.

Paralelo ao crescimento demográfico ocorreu o crescimento desordenado da cidade de Manaus, ocasionando sérios problemas socioambientais. Pois, a capital não possuía infraestrutura adequada para receber este contingente migratório, acarretando déficit nos serviços de saúde, educação, moradia, e ocasionando ocupação desordenada nas redondezas de leitos dos rios e igarapés, desmatamento de florestas, dentre outros.

Sem contar que com o crescimento populacional e da produção industrial – chave-mestra para a elevação da lucratividade do capital - aumentaram também os índices de consumo de bens e serviços. Esse aumento tanto da produção quanto do consumo requer montantes cada vez maiores de capital natural para produzir uma unidade de recurso para sociedade. Entretanto, a capacidade de suporte da natureza ao ser ignorada, pode provocar mudanças que causam desequilíbrios ambientais (CAVALCANTI, 1997).

A urbanização acelerada, resultado do fluxo migratório e do aumento populacional, foi acompanhada pela maior demanda por serviços como abastecimento de água e energia elétrica, produção de alimentos, transporte, mas também da produção de resíduos e poluição atmosférica. É nesse sentido que Cavalcanti (1997) afirma ser necessário encontrar um fluxo sustentável capaz de elevar o bem estar da sociedade sem causar danos às funções e serviços ambientais.

Mas em tempos de globalização e da busca por crescimento ilimitado, a ideologia produtivista torna-se hegemônica. Esse modelo de desenvolvimento econômico, contudo, não ocorre sem gerar problemas, uma vez que causa sérios danos às condições de vida das populações atuais e futuras. Notadamente, poucos são os beneficiários deste modelo econômico de globalização. Na realidade, o alto preço necessário para que haja o desenvolvimento é pago pela população que fica a margem desse processo iníquo, como a população pobre, os indígenas e as populações ribeirinhas, no caso do Amazonas.

Torres (2000) destaca que apesar de a ZFM ter modificado a estrutura econômica e política da região, exacerbou as desigualdades sociais. Pois, não dotou a cidade de infraestrutura, não propiciou a capacitação da mão-de-obra, e não investiu no desenvolvimento científico da região.

Assim, com a exaustão do desenvolvimentismo e com a reestruturação produtiva brasileira, na década de 90, ocorreu uma retração do emprego formal, ampliando o índice de desemprego e trabalhos precários, obrigando inúmeros trabalhadores a inserirem-se no mercado informal na capital amazonense.

Machado *et al* (2006) apontam que devido ao aumento da competição externa, causada pela reestruturação produtiva, a ZFM viu-se obrigada a alterar sua função-produção, investindo em tecnologia, ocasionando a redução de mão-de-obra direta, requerendo do trabalhador qualificação bem mais elevada.

Segundo Valle (2007, p. 211), as inovações advindas com a reestruturação da produção passaram a requerer trabalhadores polivalentes, com novas competências sociais, o que provocou a extinção dos postos de trabalho que necessitavam de menos qualificação, mudando completamente a estrutura ocupacional. Surgiu então, o que esta autora chama de a “síndrome de desindustrialização” que culminou com o crescimento do setor terciário (serviços) e do nível do desemprego, além do aumento da pobreza urbana.

Diante do clima de apreensão ocasionada pela crise financeira mundial ocorrida em 2008, por exemplo, a Zona Franca vivenciou novas demissões em massa de seus trabalhadores, e os mais atingidos foram os temporários. Com a queda da produção, o setor de comércio e transporte também foi afetado provocando mais descarte de mão-de-obra. Ficou nítido o enfraquecimento sindical que ao invés de imprimir resistência nos trabalhadores contra as demissões, passaram a negociar com os patrões.

Dados do IBGE (2010) revelam que Manaus possui atualmente o sexto PIB (Produto Interno Bruto) nacional, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba

e Belo Horizonte, respectivamente. Todavia, a afortunada economia gerada pela ZFM não significa igualitária repartição da riqueza aos manauenses. Ao contrário, a cidade de Manaus é marcada por desigualdades sociais e apresenta as mais variadas expressões da questão social (SCHERER, 2009).

Desigualdades sociais expressadas pelo desemprego, pobreza, baixo de nível de escolaridade de grande parte da população, violência, criminalidade, prostituição, produtos da precariedade do trabalho e da proteção social. Essas problemáticas sociais são fruto do novo estágio da economia capitalista, e se acentuaram nos últimos anos com a reestruturação produtiva no Polo Industrial.

De acordo com Scherer (2009), as fábricas do distrito industrial, juntamente com o comércio e o setor público são os maiores geradores de emprego da cidade, por isso ela assinala que perder o emprego em Manaus é muito mais grave que em qualquer outra região do país.

Em síntese, foi deste modo que nos meados de 1990 os reflexos da crise e o consequente ajuste econômico-fiscal chegaram e trouxeram novas e significativas mudanças no perfil do emprego, renda e do próprio trabalhador manauense.

Nesse sentido, a trajetória de trabalho pode influenciar diretamente o modo que o indivíduo vivenciará o envelhecimento, por ser determinante para o acesso à aposentadoria, pelas atividades desenvolvidas que influenciam as condições de saúde na velhice, quanto pela bagagem cultural que determinará a forma de perceber e vivenciar essa fase da vida.

Partimos do pressuposto que na época em que iniciaram essas mudanças nos processos de trabalho, os idosos desta pesquisa eram jovens inseridos no mercado de trabalho em Manaus, quer seja na recém instaurada Zona Franca ou em outro setor, ou mesmo exercendo atividades autônomas. O importante é identificar a trajetória que seguiram, o mercado em que estavam inseridos, o que motivou a saída do emprego ou das atividades que desenvolviam, bem como compreender como vivem o tempo que era reservado ao trabalho, uma vez que passaram a vida inteira em função disso.

Os acontecimentos aqui ressaltados constituem-se numa tentativa de darmos inteligibilidade ao cenário que os trabalhadores envelhecidos vivenciam no país. O Brasil é um país rico, que apesar de dependente e subordinado ao capital internacional alcançou o crescimento econômico, mas é um país profundamente desigual. Desigualdade e dependência que poderiam ser superadas ou amenizadas com intensivo investimento em

educação e tecnologia, uma vez que industrialização e crescimento econômico não são sinônimos de desenvolvimento como muitos querem fazer parecer.

1.3 A perda do emprego para os trabalhadores que envelhecem: Causas e consequências.

Diante das drásticas mudanças advindas com a globalização que interferem diretamente nos processos de trabalho, as características dos trabalhadores mais velhos passaram a ser incompatíveis com as exigências do mercado de trabalho.

O capitalismo expropria os meios de produção e o tempo de vida do trabalhador, explorando sua força de trabalho, e quando eles envelhecem são muitas vezes descartados, conforme Teixeira (2008). Em outros termos, os trabalhadores quando envelhecem, e muitas vezes adoecem e não possuem os meios de produção, enfrentam grandes dificuldades nessa fase da vida, uma vez que dependem do Estado e seus parcos benefícios para se manter.

De acordo com Beauvoir (1990), o argumento dos empregadores é que quando o funcionário envelhece, perde sua força e rapidez, além de não se adaptarem facilmente a novas situações, defeitos que não são compensados pela experiência e qualificação profissional. Entretanto, o potencial produtivo não necessariamente se esgota na velhice. A força e a resistência muscular diminuem com o envelhecimento, mas podemos rebater a ideia de que os trabalhadores mais velhos perdem seu potencial ao lembrar que ainda hoje inúmeros idosos ocupam-se de tarefas pesadas.

O descarte do trabalhador idoso se dá, pois ele é visto como conservador e possui suas capacidades reduzidas, prejudicando, dessa maneira, o andamento adequado das atividades na empresa. Nesse sentido, elas assumem uma nova função: preparar o trabalhador para a aposentadoria, de modo que esse desligamento parta de uma decisão voluntária, como assinala Stucchi (2000).

Na maioria das vezes o que ocorre é pressão por parte da empresa para que o trabalhador mais velho antecipe sua aposentadoria. A decisão sobre quando se aposentar deveria partir do próprio trabalhador, com base nos seus desejos e necessidades, e não serem forçados a isso. Muitas dessas empresas dispensam seus funcionários unicamente por causa da faixa etária.

O Estatuto do Idoso (2003) garante que é vedada às empresas e instituições a discriminação por idade, salvo nos casos em que a natureza do cargo exigir. Ao contrário,

afirma que é dever do Poder Público estimular as empresas privadas na admissão de trabalhadores idosos.

Por outro lado, existem casos em que idosos mesmo com a capacidade laborativa no limiar, devido ao aparecimento de doenças, são obrigados a reingressar no mercado de trabalho informal e precarizado para sustentar suas famílias, pois poucos têm acesso à aposentadoria, e mesmo os que conseguem se aposentar estas por sua vez são muito baixas. Este retorno ao labor num período que deveria ser de descanso ou deve-se à relação trabalho/renda, pois, é o trabalho que propicia aos indivíduos a capacidade de sobrevivência, ou pela objetivação do indivíduo através dele.

Para muitos idosos o desemprego ocasiona sua marginalização social e a perda de sua identidade de trabalhador. O idoso que investiu a maior parte do seu tempo trabalhando sente grandes dificuldades ao afastar-se do emprego, pois depende dele para suprir suas necessidades básicas de existência, principalmente aos que não possuem recursos ou não tiveram acesso a aposentadoria. Süßmuth (1998) *apud* Lemos (2003, p.120) esclarece essa questão quando afirma que:

O emprego remunerado é o meio pelo qual as pessoas definem seu status na sociedade. Aqueles afetados pelo desemprego acham que não são mais necessários. Isolam-se, têm problemas de identidade e são discriminados na sociedade, o que resulta em uma marginalização social.

Desse modo, se o indivíduo passa a maior parte da vida trabalhando, mas antes de completar sessenta anos geralmente é expulso do mercado de trabalho, e se a expectativa de vida está aumentando em nível planetário, e a taxa de natalidade diminuindo, estaríamos caminhando para o mundo dos inúteis?

Esse questionamento pode parecer equivocado, todavia se observarmos, o envelhecimento populacional é um fenômeno relativamente recente, data dos meados da década de 70, mas que já vinha sendo apontado por projeções anteriores. Entretanto, o Estado e a sociedade não se prepararam para lidar com esse aumento da expectativa de vida no Brasil, por isso, o envelhecimento do trabalhador transformou-se numa das expressões da questão social.

O que não deveria ter ocorrido, pois, segundo Sauvy *apud* Beauvoir (1990) de todos os fenômenos contemporâneos o mais fácil de prever com muita antecedência, e, talvez, o de consequências mais pesadas é o envelhecimento da população. Ou seja, mesmo com tantos estudos e comprovações o Estado não estava preparado ou se omitiu diante de tal fenômeno?

Essa discussão toma maior proporção quando tomamos por subsídio as transformações demográficas que apontam acelerado crescimento da população envelhecida no Brasil. De fato, a longevidade da população brasileira está aumentando, entretanto, muitos brasileiros estão vivendo mais sem necessariamente dispor de melhores condições de sobrevivência.

Beauvoir (1990, p. 287) assinala que dada à miséria a qual muitas pessoas envelhecidas são condenadas, “a dispensa dos idosos parece mais uma negação do direito ao trabalho”. Os idosos descartados do emprego ficam envoltos a inúmeros questionamentos do tipo, que papel desempenhar? Que atividade desenvolver? Como sobreviver? A solução para essa questão, segundo a autora supracitada é permitir que os trabalhadores continuem ativos o tempo que puderem, ou aposentá-los cedo, desde que assegurem um nível de vida satisfatório.

O Estatuto do Idoso, em seu artigo 26, garante que o exercício de atividade profissional desde que respeitando as condições físicas é um direito, e cabe ao Poder Público juntamente com a sociedade empresarial viabilizá-lo.

Como afirmamos anteriormente, existem diferentes modos de envelhecer, assim, as diferenças de gênero e as diferenças na inserção no processo de produção e reprodução social influenciam diretamente as formas materiais e simbólicas que interferem no envelhecimento de cada indivíduo e na percepção destes sobre os trabalhos exercidos.

Quanto à questão de gênero, Rocha (1998) assinala que os homens são os que mais sofrem com essas mudanças, pois ao perder o emprego, perdem seus referenciais de identidade e autoridade ao ficarem restritos no mundo doméstico, local privilegiado ocupado por mulheres. Desse modo, sentem-se deslocados em busca de novos papéis sociais.

Diversos estudos apontam que os homens possuem mais dificuldade que as mulheres de adaptarem-se a saída do mercado de trabalho, haja vista que estabeleceram suas relações mais significativas no espaço público, enquanto as mulheres ao desempenhar papéis como donas de casa, mães, esposas estão mais inteiradas ao ambiente doméstico.

No que concerne à inserção no processo produtivo, os idosos que não tiveram uma vida produtiva favorável, isto é, que exerceram trabalhos precarizados, que não tiveram acesso ao mercado formal, não tiveram acesso à aposentadoria, ou mesmo os que tiveram, mas estas por sua vez são muito baixas, dificilmente têm uma percepção positiva sobre a velhice e sobre os trabalhos exercidos.

Já os trabalhadores que amealharam recursos e tiveram sua vida produtiva satisfatória devido ao acesso às melhores condições educacionais, na velhice são chamados a terem uma vida ativa, consumindo vários produtos desde alimentação, saúde, lazer, turismo, universidade de terceira idade, dentre outros, e são chamados de terceira idade ou “melhor idade”, acarretando uma pseudovalorização desse segmento, que aparece como mero consumidor de serviços e mercadorias, conforme assinala Teixeira (2008).

Em virtude disso, os idosos que possuem condições de vida mais favoráveis são vistos como uma possibilidade para o capital. Não é por acaso que o mercado de consumo se aquece em diversos setores visando esse segmento populacional. Por outro lado, é importante destacar que são poucos os que se inserem nesse perfil, haja vista que a maioria dos idosos está longe de vivenciar essa fase de lazer e descanso.

Segundo Debert (1999) a expansão do capitalismo nos anos 70 reelaborou as concepções sobre corpo e saúde como forma de redefinir um novo mercado de consumo. Daí que mudanças culturais radicais procuram um novo significado à experiência do envelhecimento. Na busca pelo crescimento econômico, a sociedade capitalista tenta passar a ideia de “eterna juventude”, por isso a valorização da beleza e da jovialidade faz os mais velhos adotarem o consumismo para “adequação” à sociedade. Cresce, desse modo, o mercado de cosméticos, cirurgias plásticas, academias, indústrias de lazer, dentre outros.

Diante desse cenário, esta autora assinala que a juventude deixa de ser uma etapa da vida para se transformar em valor, que pode ser adquirido em qualquer idade. Assim questionamos mais uma vez, já que se pode estar sempre jovem para o consumo, por que não transferir essa concepção para o mercado de trabalho? Afinal, o potencial produtivo não se esgota necessariamente quando o indivíduo envelhece.

1.4 A saída do mercado de trabalho para os idosos exige a reinvenção do tempo livre.

A velhice ainda é vista por muitos como a fase em que não se faz nada. Poucos planejam o que fazer quando envelhecer, este é sem dúvida um dos grandes desafios do envelhecimento, a ocupação saudável do tempo.

Há um ditado popular que diz que na sociedade atual *“vive-se para trabalhar, e não trabalha-se para viver”*. Na verdade, esse ditado se refere à grande quantidade de tempo que é despendido nessa atividade. A maior parte da vida humana é empregada neste sentido. Daí que deixar de trabalhar representa para muitos idosos a ruptura com aquilo que

deu sentido à vida por muitos anos. O que antes era escasso, agora torna-se excedente: o tempo.

De acordo com Moragas (2010), quando as jornadas de trabalho eram intensas, o tempo livre que restava o trabalhador utilizava para o descanso. Mas na velhice, por exemplo, em que o tempo livre supera o do trabalho, o descanso não é uma alternativa quando não há cansaço, daí que a ociosidade atinge profundamente a identidade nessa fase.

Teixeira (2008, p. 68) observa que o trabalhador submete todo o seu tempo existencial ao tempo do trabalho, pois “o capitalismo é antes de tudo um sistema de expropriação do tempo de vida”. Entretanto, a exploração da força de trabalho e as condições em que esta se dá antecipam a degradação natural deste trabalhador, fazendo com que esta mão-de-obra ao envelhecer perca o valor de uso para o capital.

Como a expectativa de vida do brasileiro está aumentando, e antes de completar 60 anos muitos trabalhadores são expulsos do mercado de trabalho, o tempo entre o afastamento do emprego e o final do ciclo de vida está cada vez maior, o que os idosos estão fazendo neste período?

A sociedade moderna estabelece normas de comportamento para as diferentes faixas etárias. Por isso, Magro (2003) *apud* Patrocínio e Gohn (2006, p. 57) afirma que:

Na cultura ocidental contemporânea, pode-se dizer que quando criança devemos brincar, quando adolescente devemos experimentar, quando adultos devemos trabalhar e produzir, e quando velhos devemos nos aposentar.

Percebemos então que na a sociedade atual cada faixa etária representa uma função social. Na infância e adolescência, a brincadeira e os estudos são as principais atividades desenvolvidas, na juventude são os estudos e o trabalho, na idade adulta segue-se o trabalho, e na velhice? Devemos nos aposentar? Mas a aposentadoria é uma condição, o que neste caso possui dois sentidos, condição por não ser uma ação, e pelo fato de o acesso a ela ser condicional à contribuição prévia à previdência social, em outros termos, o que os idosos que trabalharam no setor informal, por conseguinte não tiveram acesso à aposentadoria?

A própria aposentadoria de acordo com Stucchi (2000) é caracterizada como sendo a passagem do mundo do trabalho para o mundo doméstico, num sentido de recolher-se aos aposentos. Apesar de o direito a aposentadoria ser um avanço, muitas vezes, ela libera do

trabalho pessoas ainda produtivas, tornando-as inativas, uma vez que nem sempre é necessário completar 60 anos para ser considerado velho para o mercado de trabalho.

Existem alguns agravantes neste quadro, primeiro que a ociosidade para os idosos que possuem melhores condições financeiras pode acarretar aumento do consumismo, por outro lado, os idosos das camadas menos abastadas podem ser mais suscetíveis à solidão, além de vivenciarem situação extrema necessidade. O trabalho, como vimos, significa o mundo público, as relações sociais, desse modo, o “não-trabalho” para muitos pode ser sinônimo de isolamento.

De acordo com Patrocínio e Gohn (2006), muitos acreditam que a velhice é apenas a ultima fase da vida, em que não há mais nada a ser feito apenas esperar a morte chegar. As pessoas não se percebem caminhando para o envelhecimento, por isso não se preparam para essa etapa. Mas para Beauvoir (1990, p. 347) ou você morre prematuramente, ou envelhece, por isso ela afirma:

O tempo o conduz a um fim – a morte – que não é o seu fim, que não foi estabelecido por um projeto. E é por isso que o velho aparece aos indivíduos ativos como uma “espécie estranha”, na qual eles não se reconhecem.

Apesar de a velhice ainda ser caracterizada pela perda de papéis sociais, a tendência contemporânea é rever esses estereótipos. Parte desse esforço deve-se à retórica capitalista que ao gerar novas necessidades bem como o meio de satisfazê-las, encontra nesse segmento um novo mercado para o consumo de produtos e serviços. Quando na verdade, para rever esses estereótipos e conquistar um novo significado de velhice o exercício da cidadania é imprescindível.

Existem diversas maneiras de perceber e vivenciar essa fase da vida. Alguns a enfrentam de forma negativa, momento em que sentimentos de solidão, inutilidade e baixa autoestima surgem, outros, entretanto, veem neste período a possibilidade de realizar novos projetos, ou mesmo, a possibilidade de dedicar-se ao lazer. O importante é ter algo que motive a levantar todos os dias, é necessário ter uma vida cheia de sentido quando há essa perda de um dos principais papéis sociais que é o trabalho.

Para compreensão das condições de vida no envelhecimento, partimos do princípio que as condições subjetivas, materiais e de sobrevivência da população idosa são diversas. Portanto, as perdas e limitações que o envelhecimento traz e também as possibilidades que contribuem para um envelhecimento ativo e digno devem ser levadas em conta na luta contra o isolamento, ociosidade e solidão.

Segundo Moragas (2010), a saída do emprego e a quantidade de tempo disponível que surge subitamente para o idoso, se não houver uma preparação para utilizá-lo pode transformar-se em uma ameaça. Daí a importância de preparação para essa ruptura, haja vista que os indivíduos se adaptam melhor às mudanças quando estas são progressivas.

Este autor sugere como razoável solução, a aposentadoria progressiva, em que se reduz aos poucos a jornada de trabalho e paralelamente aumenta-se a realização de outras atividades, de modo que o trabalhador idoso possa se preparar para melhor utilização do tempo livre.

Não é fortuitamente que o Estatuto do Idoso preconiza que o Poder Público deve estimular a formulação de programas de preparação dos trabalhadores para aposentadoria, com antecedência de no mínimo um ano, através de estímulo a novos projetos de vida.

A aposentadoria é ligada ao ócio, “não é sem razão que a categoria dos aposentados é denominada nos registros formais de ‘inativa’” (ZANELLI E SILVA, 1996, p. 27). Esses autores apontam ainda que o rompimento das relações de trabalho tem grande impacto para os trabalhadores:

A interrupção das atividades praticadas durante muitos anos, o rompimento dos vínculos e a troca dos hábitos cotidianos representam imposições de mudança no mundo pessoal e social.

O tempo livre pode ser preenchido de diversas formas. Mas é importante que a busca por novos papéis na velhice seja marcada pela satisfação dos idosos. Este período deve ser empregado como uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal e social.

De acordo com Caldas (2009), muitas vezes a família e a comunidade do idoso dão relevância a atividades que para eles não têm significado algum. As principais atividades que geram interesse nos idosos, segundo esta autora, são as culturais, recreativas, desportivas, de voluntariado, de educação para cidadania e religiosas, mas precisam estar de acordo com os níveis educacionais e as condições de saúde deles.

Acredita-se que quanto mais ativo o idoso for maiores serão as chances de um envelhecimento bem-sucedido. Afinal, o sedentarismo é um dos fatores determinantes para o aparecimento de doenças (TODARO E JACOB FILHO, 2009). Quanto mais cedo se começar a praticar determinada atividade, mais fácil será manter na velhice. Ou seja, é preciso se preparar desde a juventude para essa etapa da vida.

Foi visando o melhor aproveitamento do tempo livre dos idosos que surgiram os centros de convivência e as universidades da terceira idade. Nesses espaços são oferecidas inúmeras atividades, que podem ser: artísticas, culturais, esportivas, educacionais.

Se com a saída do mercado de trabalho o idoso se sente inútil, solitário, vivencia crises identitárias, o que pode acarretar maior incidência de doenças, estas instituições objetivam justamente tirar estes sujeitos do isolamento, do ócio, e proporcionar-lhes saúde, vida social, práticas de atividades que visam uma velhice ativa e saudável.

Todaro e Jacob Filho (2009) destacam as contribuições que as atividades físicas podem trazer à saúde, e os benefícios no campo físico, social, cognitivo e afetivo. Esses autores acreditam que esse tipo de atividade para as pessoas mais velhas pode representar importante fonte de motivação e de grande bem-estar nesta fase da vida.

Estes autores defendem ainda a ideia de que o envolvimento em atividades e a prática de exercícios abrem um leque de possibilidades e traz inúmeros benefícios para os idosos, como: maior possibilidade de fazer amigos, redução da obesidade, fadiga, hipertensão, ansiedade, além do indiscutível valor psicológico.

De acordo com Doll (2007), quanto mais alto o nível de escolaridade, maiores as chances de preservação da capacidade cognitiva na velhice. Por isso, além de valorizar as atividades de lazer, esse autor considera as atividades educacionais imprescindíveis para o estabelecimento e manutenção do bem-estar físico, psíquico e emocional. Nesse sentido, sugere a criação de cursos de capacitação, como o de informática, por exemplo, como forma de promover atualização de conhecimentos, de modo que os idosos possam acompanhar as mudanças do mundo atual.

Alguns idosos também, no intuito de sentirem-se úteis, ocupar o tempo livre e de se relacionarem, retornam ao mercado de trabalho, majoritariamente no mercado informal, e outros recorrem à realização de atividades voluntárias, na busca por um envelhecimento mais positivo possível, pois segundo Caldas (2009) nada é mais frustrante para o ser humano que a falta de objetivo pra viver.

Patrocínio e Gohn (2006), ao abordarem a questão da reinserção dos idosos no mundo do trabalho, apontam que diante do alto nível de desemprego, do trabalho informal, e da discriminação que a sociedade e o mercado têm com as pessoas envelhecidas, a Economia Solidária surge como uma alternativa de inserção dos trabalhadores idosos que foram expulsos do mercado de trabalho. Em termos gerais, essa atividade é também uma maneira de vencer o desemprego.

Para essas autoras, essa iniciativa trata-se de uma cooperativa popular, em que trabalhadores se unem para desenvolver atividades econômicas. Por ser uma atividade baseada na democracia, autogestão e cooperação ao invés de competição, e por ser caracterizada pela posse coletiva dos meios de produção e pela busca da satisfação das necessidades humanas, aceitam a inserção de trabalhadores envelhecidos.

Explica-se, portanto, o nome Economia Solidária, por ser diferente da economia capitalista. Assim, a participação dos idosos nessas atividades, além de propiciar ocupação saudável do tempo, fortalecimento dos laços sociais, garante a renda e o meio de sobrevivência, principalmente aos que não têm direito de aposentar-se.

Indubitavelmente o afastamento do mercado de trabalho tem um grande impacto na vida de qualquer trabalhador, ainda que a intensidade varie. Como vimos no decorrer deste capítulo, o trabalho além de satisfazer as necessidades básicas de existência, é fundamental para o desenvolvimento humano, uma vez que por meio dele o homem interage socialmente, sente-se útil, o que garante a manutenção da autoestima. Por isso, podemos afirmar que o trabalho interfere nos aspectos físicos, morais, sociais e econômicos da vida.

Caldas (2009) assinala que a prática de diversas atividades pode abrir novos horizontes na velhice, uma vez que o ser humano possui potencial para se desenvolver em muitas áreas além daquela em que trabalha. Mas como Doll (2007) aponta as atividades oferecidas aos idosos não podem ser apenas um passatempo vazio, precisam ser significativas para eles.

Para os idosos que passaram a vida trabalhando, a velhice pode e deve ser pensada como uma fase de descanso. Assim é necessário pensar essa etapa da vida a partir de outros referenciais que não sejam as perdas, e também como uma fase de novas possibilidades. Portanto, quer sejam atividades de lazer, educacionais, culturais, ou mesmo o retorno ao mercado de trabalho, ou a participação em cooperativas, o fundamental é experimentar a velhice como uma fase em que novos projetos, novas atividades e conquistas são possíveis.

É importante ratificar que embora exista a possibilidade desse envelhecimento ativo e bem-sucedido, existem aqueles que vivenciam nesta fase situação de profunda dependência e abandono. O fato de neste trabalho estudarmos os idosos que ainda possuem capacidade funcional não nega a realidade que existem diferentes modos de vivenciar esta etapa da vida, e que muitos enfrentam grandes dificuldades com o avançar da idade.

Por isso acreditamos que para viver essa fase da vida de forma plena e bem-sucedida a participação e o apoio da família, da sociedade e do Estado, bem como o acesso à aposentadoria compatível com as demandas desse segmento populacional e o estímulo a criação de novos projetos de vida são requisitos fundamentais. É imprescindível pensar em condições dignas para os idosos, lembrando que de algum modo ajudaram a construir as riquezas desse país.

CAPÍTULO II – ENVELHECIMENTO COMO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA

Refletir sobre o envelhecimento e reforçá-lo como questão de ordem pública se torna premente quando observamos que o Brasil possui mais de 21 milhões de idosos. Esse contingente, que não envelhece de forma homogênea, emerge com demandas muito específicas para as políticas sociais. Portanto, criar condições para que os cidadãos brasileiros envelheçam e vivenciem essa fase da vida de forma digna e saudável requer esforço conjunto da família, da sociedade, mas também do Estado.

É necessário destacar que o envelhecimento é um processo que ocorre desde o ventre materno, por conseguinte para vivenciar a velhice de maneira plena e saudável são necessárias medidas individuais precoces sim, ou seja, desde a infância, mas a criação de meios para que isso ocorra também depende do poder público.

Existe uma linha teórica que critica a atuação e os investimentos sociais do Estado. Entretanto para estes não existe problema em ver milhões de pessoas padecendo extrema necessidade como resultado de uma sociedade demasiadamente injusta e desigual, muito menos em ver o forte comparecimento de recursos públicos para salvar o capital quando este entra em colapso. Essa tendência favorece e respalda a diminuição e retirada da intervenção estatal no âmbito das políticas sociais.

Como o envelhecimento é um fenômeno vivenciado de diferentes formas, existem idosos que são chamados pelo nome próprio, ocupam altos cargos governamentais e empresariais, não são chamados de velhos, idosos ou terceira idade, e não são sujeitos de políticas sociais, portanto não fazem parte deste estudo.

Os sujeitos desse estudo são os idosos que já trabalharam e que em algum momento demandam respostas do Estado para seus carecimentos, quer na área do lazer, cultura, educação, habitação, saúde, previdência, assistência social, dentre outros.

Segundo o Estatuto do Idoso (2003), a pessoa acima de 60 anos goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. E cabe a todos prevenir a ameaça, a violação e mesmo a omissão aos seus direitos.

Neste significativo contingente populacional o grupo que apresenta maiores índices de crescimento são as pessoas acima de 80 anos. É nessa faixa etária que aparece maior incidência de doenças crônicas, menor autonomia, e que conseqüentemente exigem maior atenção da família e do Estado.

A Política Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2009) aponta que há uma feminização do envelhecimento uma vez que as mulheres aparecem como maioria neste grupo, numa razão de 62 homens para cada 100 mulheres.

De acordo com Veras (2003) existem algumas hipóteses que explicam porque as mulheres vivem mais que os homens, entre elas estão: diferenças no consumo de álcool e tabaco, que são fatores de risco associados a doenças cardiovasculares, pois, homens costumam fumar e beber mais que mulheres; diferenças na exposição de risco, haja vista, que acidentes de trânsito e homicídios são quatro vezes mais frequentes com homens que com mulheres; e diferença em relação ao uso de serviços médicos, uma vez que as mulheres têm melhor percepção da doença e fazem uso mais constante dos serviços de saúde que os homens.

O envelhecimento populacional antes uma preocupação apenas dos países desenvolvidos tornou-se uma questão mundial, pois atingiu também os países em desenvolvimento, mas com um diferencial: as condições em que esses idosos têm vivido.

Segundo Pinheiro e Freitas (2006) viver bem relaciona-se a um completo bem-estar em diversas áreas como social, financeira, saúde, familiar, lazer etc. De fato sem saúde, renda e bom convívio familiar e social dificilmente o indivíduo pode afirmar que vive bem. Daí a razão para a previdência, saúde e assistência social serem as políticas que mais demandam investimentos por parte da população idosa.

O capítulo anterior demonstrou a importância que o trabalho desempenha para o desenvolvimento humano, pois é a atividade responsável pela sobrevivência do indivíduo ao satisfazer suas necessidades básicas, é fonte de renda, de relações sociais e autoestima, pode influenciar as condições de saúde na velhice, além de ser determinante para o acesso à aposentadoria.

E revelou também a incompatibilidade para sociedade capitalista entre trabalho e trabalhador envelhecido, em sua maioria. Por isso a saída do mercado de trabalho cada vez mais cedo gera a necessidade de respostas por parte do poder público. Sem contar os agravantes de saúde que os acometem, o que faz com que este estrato demande cada vez mais o acesso às políticas da seguridade social.

Outra incoerência gerada por esse sistema é que as políticas sociais são responsabilizadas pelo esvaziamento dos cofres públicos, uma vez que são apontadas como despesa e não como investimento social.

Como o ideário neoliberal visa a redução dos gastos sociais do Estado, sua crise fiscal é uma forma de justificar a impossibilidade de financiar as políticas sociais universais, o que acaba por aprofundar as desigualdades sociais da sociedade capitalista brasileira (MONTAÑO, 2007).

Se na sociedade capitalista o indivíduo é valorizado através do trabalho, o que acontece com os idosos quando perdem a identidade de trabalhador? E diante do aumento do trabalho informal e da perda de direitos trabalhistas, o que acontece com os trabalhadores que ao envelhecer não possuem o acesso à aposentadoria? Que tipo de respostas o Estado dá a esta que é uma das expressões da questão social?

O Estatuto do Idoso assegura que o cuidado com a pessoa idosa é de responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado, este mediante a efetivação de políticas sociais que favoreçam um envelhecimento saudável e em condições dignas. Por ter se tornado uma questão de ordem pública é fundamental compreender que respostas o Estado vem dando às demandas desse estrato populacional, uma vez que em tempos neoliberais há um desmonte das políticas sociais e dos direitos sociais.

É consenso entre estudiosos que envelhecimento populacional e gastos cada vez maiores de recursos públicos andam juntos. O aumento do número de idosos no país representa maior demanda por aposentadorias, pensões, serviços médico-hospitalares e outros direitos sociais. Segundo Moragas (2010. p.27) “a resposta a esta realidade do aumento de idosos é contraditória e vacilante: os recursos são sempre escassos e as necessidades ilimitadas”.

A tendência atual de expandir e homogeneizar a velhice com o conceito de terceira idade e transmitir uma nova imagem sobre envelhecimento acaba por negar a realidade vivenciada por muitos idosos que se encontram em situação de extrema miséria, violência e abandono. Essa tendência de rever os estereótipos relacionados ao envelhecimento tem também um viés ideológico que busca transformar a velhice em uma responsabilidade individual. Essas novas representações contribuem diretamente para reprivatização da velhice.

Eliminar essas concepções estigmatizadoras relacionadas ao envelhecimento é imprescindível, mas que não parta da retórica capitalista como um meio de valorizar os idosos apenas como consumidores ou responsabilizá-los pelo carecimento de suas próprias necessidades.

Teixeira (2008, p. 42) declara que o envelhecimento aparece como “problema social” por causa da ameaça que representam à ordem política, através das pressões sociais que

adensam suas reivindicações. Vale destacar que os idosos que lutam por um envelhecimento digno são aqueles que tiveram acesso a um mínimo de educação, pois, a maioria desconhece seus direitos.

A organização dos idosos em aliança com outros movimentos sociais, que passaram a lutar por direitos sociais, ou seja, por um sistema de aposentadoria capaz de garantir-lhes dignidade, por um sistema de saúde adequado, por espaços de lazer, por leis mais duras contra atos de violência direcionados a eles, fez a questão do envelhecimento transformar-se numa expressão da questão social, portanto, uma questão de ordem pública.

Essa pressão por parte desses movimentos fez com que o Poder Público construísse, com a decisiva colaboração da sociedade civil, um conjunto de leis voltadas a dar efetividade aos dispositivos que garantam qualidade de vida a esse estrato populacional, ampliando dessa forma o aparato legal em torno da questão do envelhecimento.

Em termos de legislação voltada à população idosa temos a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842, a Política Nacional de Saúde do Idoso - Portaria 1.395/GM, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 dentre outras. Apesar dos avanços da legislação e das políticas sociais de atenção a este segmento ainda existem muitos desafios para sua efetiva viabilização.

A Constituição Federal de 1988 trouxe pela primeira vez questões ligadas ao envelhecimento. No artigo 230, a constituinte garante que é dever da família, da sociedade civil e do Estado amparar os idosos, assegurando sua dignidade, participação na comunidade e garantindo-lhes o direito à vida. A família é chamada a dar apoio social informal, mas em um contexto de cortes no financiamento das políticas sociais, as famílias têm assumido responsabilidades que são da esfera estatal.

As necessidades dos idosos recorrentemente fazem parte dos discursos políticos em tempos eleitorais. Entretanto, como assinala Moragas (2010), com frequência priorizam-se apenas as demandas de curto prazo visando somente à rentabilidade eleitoral.

Teixeira (2008) argumenta que os programas oferecidos aos idosos reforçam a ideia de ajuda em detrimento da concepção de direito adquirido, contribuindo para a reprivatização da velhice e conseqüente desresponsabilização estatal.

De acordo com Minayo e Coimbra Jr. (2000) a velhice até pouco tempo atrás era tratada como um problema de responsabilidade privada, apenas da família. Entretanto, o rápido aumento da população idosa repercutiu em diversos setores da sociedade, requerendo respostas do poder público. Apesar disso, cotidianamente acontece o que

alguns autores designam reprivatização da velhice, ou seja, o Estado se exime de sua responsabilidade no trato a essa questão repassando-a somente a esfera familiar.

Mas partimos do princípio que a velhice e o envelhecimento juntamente com suas demandas são questões de caráter público, portanto requerem esforços e investimentos estatais. Esclarecer quais são essas demandas é o primeiro passo para enfrentá-las. E como apontado no decorrer desse estudo, para um envelhecimento digno é necessário saúde, renda, bom convívio familiar, social e ocupação saudável.

Como obter renda na velhice se os idosos são considerados improdutivos? Como ter saúde se o afastamento do trabalho muitas vezes ocasiona problemas físicos e psicológicos? Como obter bons relacionamentos e convívio social se há uma série de estereótipos relacionados à pessoa envelhecida? É justamente para responder essas demandas que a intervenção estatal e investimentos nas políticas sociais são necessários, principalmente as da seguridade social.

2.1 Qual o papel da família em relação aos idosos?

É importante esclarecer que a responsabilidade do Estado no trato à questão do envelhecimento não exime a responsabilidade da família. A família é o primeiro agente de socialização dos seus componentes. Mais que isso, é a responsável pela base afetiva e material indispensável para o desenvolvimento de seus membros.

A Carta Magna no artigo 229 assegura “os pais têm o dever de assistir, criar, e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Nesse sentido, a família possui papéis fundamentais em relação aos seus membros, como o cuidado, a transmissão de valores, o ambiente saudável para seu desenvolvimento, mas o poder público deve apoiar esses esforços para que haja a proteção integral a seus componentes.

Segundo Biasoli-Alves e Moreira (2007) a família é um grupo de indivíduos ligados por relações de parentesco, adoção ou aliança, socialmente reconhecido, e que apresenta diversos formatos, ou seja, é uma instituição que tem características próprias. Para essas autoras, é no seio familiar que padrões de conduta e valores são transmitidos aos seus membros, o que não impede, entretanto, de receber influências externas.

Tem-se verificado que as mudanças econômico-sociais afetaram a dinâmica e a estrutura das famílias em todo o mundo. Acontecimentos como entrada da mulher no mercado de trabalho, queda nas taxas de fecundidade, aumento do índice de divórcios, famílias sendo chefiadas por mulheres, dentre outros, contribuíram para o surgimento de novos padrões de organização da família brasileira.

Embora haja uma diversidade de arranjos familiares, a participação de família é fundamental para melhoria das condições de vida no envelhecimento. Diante do atual contexto de crise em que o Estado transfere ao próprio indivíduo portador de necessidades a responsabilidade de satisfazê-las, o apoio familiar surge como uma segurança social para grande parte da população, pois além da contribuição afetiva, representa um suporte financeiro.

Berzins (2003) aponta que essas famílias que possuem idosos estão em melhores condições econômicas que as demais. Com a elevação do índice de desemprego nas últimas décadas aumentou o retorno dos filhos à casa dos pais por não terem condições de arcar com as despesas domésticas. Isso mostra o importante papel que as aposentadorias e pensões exercem para o sustento de inúmeros domicílios no país.

De acordo com Moragas (2010), a família satisfaz as necessidades físicas, psíquicas e sociais de seus membros. E na ausência do Estado ela é o apoio que resta. Além do mútuo suporte financeiro, o vínculo familiar é imprescindível diante do contexto atual, em que o individualismo, a competição, o isolamento, a solidão e a depressão são tão comuns, principalmente para as pessoas envelhecidas, que vivenciam mudanças bruscas, como a saída do mercado de trabalho, alterações orgânicas, viuvez, etc.

Segundo Beauvoir (1990, p. 308) pesquisas realizadas na Inglaterra confirmam que “a família representa um grande papel em termos de unidade de relações sociais e de auxílio mútuo: sobretudo a família materna, cujo núcleo é constituído pela avó, por suas filhas e netas”.

De fato, nos países em desenvolvimento, quanto mais filhos a mulher tiver, maiores as chances de viver com eles na velhice. Entretanto, Veras afirma (2003) que essa possibilidade poderá diminuir com a queda da taxa de natalidade. Este autor aponta ainda que em quase todos os países o número de viúvas é maior que o de viúvos, pois, as mulheres constituem a maioria da população idosa, conforme dados da PNAD (2009) anteriormente citados. Assim, devido à longevidade feminina, a probabilidade de as mulheres tornarem-se viúvas cedo é maior que com os homens, o que pode afetar a dinâmica familiar.

Por outro lado, nem sempre o fato de os idosos viverem com filhos é garantia de segurança e bem-estar. Debert (1999) aponta que denúncias de violência física contra os idosos são mais frequentes quando diferentes gerações convivem na mesma residência.

Existem muitos casos de abandono, desrespeito e violência contra os idosos. Como o idoso requer certa atenção e cuidado com a saúde, com o uso de medicamentos, alimentação, e no caso dos idosos de mais idade, cuidado com a higiene e prevenção de acidentes, passam a ser vistos pela família como um incômodo.

De acordo com Souza *et all* (2002), muitas vezes a presença de idosos no lar pode ser motivo de conflitos familiares, motivados por hábitos e valores distintos entre gerações. Esse clima de conflito ao inviabilizar uma convivência harmoniosa leva o próprio idoso a se internar em abrigo, por se perceber como incômodo para família.

Outras vezes pela idade e por causa da saída do mercado de trabalho, os idosos, mesmo contribuindo efetivamente com suas aposentadorias e pensões para o sustento do lar, perdem o reconhecimento de autoridade no núcleo familiar. Por isso, com o intuito de manterem sua autonomia muitos idosos decidem morar sozinhos, o que não necessariamente representa abandono ou descaso da família.

Entretanto, Moragas (2010) acredita que a vida independente, sem a presença dos membros da família, é mais custosa economicamente e desaconselhável para o bem-estar físico e psíquico. O fato é que não necessariamente a coabitação, mas a presença, o apoio, e o convívio saudável com familiares são imprescindíveis para um envelhecimento satisfatório.

Como vimos existem muitos estigmas relacionados às pessoas que envelhecem. E muitas vezes a própria família não sabe lidar com seus idosos e não compreende as transformações pelas quais o indivíduo enfrenta nessa fase da vida, sendo impulsionados a tratar os idosos de maneira infantilizada. Rever esses conceitos e mudar a visão acerca do processo de envelhecimento é respeitar o idoso como sujeito de sua história, que possui opinião própria e poder de decisão.

Em suma, qualquer que seja sua estrutura, a família desempenha um importante papel no cuidado à pessoa idosa. É necessário sua adaptação e colaboração para que a pessoa envelhecida goze de maneira satisfatória essa etapa da vida.

2.2 Seguridade Social e Envelhecimento

Como vimos, a população idosa demanda grandes investimentos nas políticas sociais, principalmente na Seguridade Social, justamente num período em que há a diminuição da intervenção estatal, com forte repasse de suas responsabilidades ao mercado.

Vale destacar que embora existam diferentes modos de envelhecer, os da chamada “terceira idade”, que são os recém-aposentados que vivem de forma ativa também demandam investimentos na seguridade social, uma vez que renda e saúde são necessários para viver bem. Mesmo que muitos não utilizem os serviços públicos de saúde, esta por sua vez é um direito universal e é um dever do Estado.

Entretanto, as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva foram decisivas para a flexibilização dos direitos sociais e tiveram consequências diretas na vida de quem depende do trabalho para sobreviver, especialmente dos trabalhadores mais velhos.

Yazbek (2001) assinala que os impactos das transformações em andamento no capitalismo deixam profundas marcas sobre a população, como a precarização do trabalho, a debilidade da saúde, a moradia precária, a fome, a fadiga e a ignorância, sinais que mostram os limites da condição de vida dos excluídos na sociedade.

A autora lembra ainda, que a pobreza é resultado do descarte de mão-de-obra que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria a disseminação do desemprego, do trabalho informal, de uma população não empregável, que transitam a margem do trabalho e das formas de troca reconhecidas.

Esse quadro favorece o desmonte de direitos sociais e trabalhistas, e faz-nos refletir ainda mais sobre a realidade do país diante do aumento da população idosa, principalmente os que no decorrer de sua vida profissional estiveram fora do mercado formal, portanto, sem garantia de proteção social. Afinal, as políticas que mais interferem na vida dos idosos e, portanto possuem maior demanda são as da seguridade social, que por sua vez são as mais atacadas pelos neoliberais.

De acordo com Vianna (2003, p. 90) a Seguridade Social é definida na Constituição Federal como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à *saúde, previdência e assistência social*”. Para esta autora, seguridade é um sistema de cobertura de contingências sociais

(pensões, auxílios) destinado a todos os que se encontram em estado de necessidade, não restringindo os benefícios aos contribuintes.

Entretanto como demonstrado no capítulo anterior, o setor econômico e o mercado sempre foram as prioridades de investimentos do país, por isso a Seguridade Social no Brasil vem sofrendo boicotes desde sua instituição.

De acordo com Faleiros (2003), hoje, assistimos a mais uma ofensiva contra a proteção social, contra os gastos públicos com os pobres, como se estes fossem parasitas do Estado. Essas críticas questionam o sistema de acesso universal a direitos como saúde, educação, proteção em caso de deficiência, velhice e pobreza. Nessa crítica existem duas vertentes: a primeira, que busca mudar o eixo da garantia do bem-estar do Estado para o mercado, conhecida como ênfase neoliberal; a segunda que responsabiliza as famílias e os indivíduos.

Para este autor, o neoliberalismo não significa apenas uma mudança de orientação conjuntural de política, mas um novo processo de regulação econômica. Trata-se de um novo modo de acumulação capitalista, encurado nas profundas mudanças tecnológicas e na mundialização da economia. Esse modelo de acumulação implica, diante da necessidade de lucratividade, corte nos gastos sociais, aumento do desemprego, privatização de setores sociais do Estado através do capital financeiro, como saúde, educação, previdência, habitação, dentre outros.

Quando os idosos são obrigados a se retirarem da vida produtiva e passam a ser vistos pela sociedade como incapazes para o trabalho, enfrentam grandes dificuldades, uma vez que dependem do Estado e seus parcimoniosos “benefícios” para se manter. E apesar de esses benefícios não contribuírem para efetiva emancipação dos beneficiários, estes sujeitos são encarados como peso para os cofres públicos.

Uma pesquisa realizada por Souza *et al* (2002), cujo título é “O idoso sob o olhar do outro” que teve por objetivo conhecer o olhar da imprensa e conseqüentemente da sociedade sobre os idosos revelou que eles são associados a gente pobre e a problema social. Esses autores destacam que os velhos considerados como problema foram são os que utilizam os serviços públicos de saúde, que dependem da aposentadoria e os que usam os serviços da Assistência Social.

Segundo esses autores, algumas matérias insinuam nas entrelinhas, que o idoso não tem prioridade, pois o Brasil não tem recursos. Discurso que não condiz com a realidade.

Um país que recentemente ofereceu 10 bilhões de dólares⁵ para salvar a economia europeia não tem recursos? Isso apenas demonstra o descaso existente com este estrato populacional.

O ideário neoliberal ao visar a desresponsabilização do Estado no campo social, utiliza sua crise fiscal como uma forma de justificar a impossibilidade de financiar as políticas sociais universais (MONTAÑO, 2008).

Entretanto, ao contrário do que argumentam os neoliberais, Senna e Monnerat (2008) afirmam que o orçamento da seguridade social que deveria ser utilizado nas políticas de saúde, previdência e assistência, é não só suficiente para cobrir as despesas com os direitos já previstos, como poderia permitir sua ampliação. Essas autoras argumentam que isso não ocorre porque o orçamento da seguridade é parte da âncora de sustentação da política econômica. Isto é, são retidas pela União para o pagamento da dívida pública externa.

É através da desresponsabilização do Estado que há o sucateamento dos serviços e políticas públicas, tendência que transforma o que é direito em favor. Yazbek (2001) assinala que o Estado repassa ao mercado sua responsabilidade no campo social, optando por programas focalistas e seletivos apenas para complementar o que não se consegue via mercado.

Assim os serviços que oferecem lucratividade como saúde, educação, previdência, dentre outros, serão oferecidos via mercado, ao Estado caberia apenas serviços de baixo poder lucrativo. Em outros termos, os que possuem renda poderão adquirir serviços de melhor qualidade por meio do setor privado, e os que não têm poder aquisitivo deverão depender da “ajuda” do Estado. De acordo com Montaña (2008), essa transferência de responsabilidades do poder público ao mercado atribui ao próprio sujeito a responsabilidade pela satisfação de seus carecimentos.

Vianna (2003) observa que no Brasil embora uma estrutura formal de proteção social tenha sido estabelecida pela Constituição Federal de 1988 num período pouco antes da abertura do mercado, seu raio de ação ainda é insuficiente para combater a pobreza e diminuir as desigualdades que assolam a população. A autora parte da constatação que a seguridade social brasileira foi praticamente ignorada pelos governos que sucederam a Carta Magna, devido à entrada do capital em todos os setores da economia e da sociedade.

⁵ <http://g1.globo.com> - artigo “Caixa do FMI está mais rico com dinheiro dos menos ricos” de Thais Heredia, dia: 19/06/12.

Como a seguridade social se trata da garantia de “mínimos sociais”, visando assegurar direitos diante das desigualdades provocadas por contingências econômicas e sociais, é uma política considerada dispendiosa e sem retorno. Por isso tem enfrentado grandes dificuldades para sua ampliação.

Uma dessas dificuldades deve-se ao desvio de recursos para custear gastos governamentais com o pagamento da dívida externa e para salvar o capital quando este entra em crise. Nestas circunstâncias, vemos uma subordinação da política social à política econômica.

Vianna (2003) ratifica essa questão quando afirma que a utilização dos recursos da Seguridade Social são utilizados para fins distintos de sua finalidade. Prática que vem provocando a queda da liquidez e os desequilíbrios do sistema.

A autora ironiza afirmando que esse desvio não constitui irregularidade alguma, já que além de operar segundo os preceitos do Tesouro, respeita a lei que instituiu a DRU, atualmente conhecida como *Desvinculação das Receitas da União* - nome apropriado sem nenhum disfarce, onde 20% de todas as contribuições sociais tornam-se disponíveis para uso exclusivo do governo federal para qualquer setor, conforme a necessidade.

Segundo Sposati (2008) o fato de na década de 80, os países com dívida externa, como é o caso dos países latino-americanos e do Brasil, terem se submetido aos ditames do Consenso de Washington, gerou uma restrição ao avanço dos direitos sociais, já que propugnou pelo Estado Mínimo. Como consequência desse momento, a autora indaga se é possível um país desenvolver uma agenda interna que não se submeta a agenda externa do mundo globalizado.

Esta autora ao citar alguns estudos que analisam os modelos de bem-estar latino-americanos constata algumas características e dificuldades para implementação das políticas sociais, como: o uso clientelista da política social, a presença de programas segmentados e emergenciais, incipientes cuidados primários com a saúde, dentre outros. Estes consideram as seguintes necessidades para o avanço da proteção social: 1. Necessidade de um novo contrato social; 2. Novos níveis de orçamento social; 3. Nova regulação da colaboração público-privado na proteção social.

As políticas estão formuladas, mas ainda falta muito para sua total execução. É necessário a criação de alternativas viáveis para a reversão do atual quadro das políticas sociais no país, de modo que supere seu histórico padrão excludente e ineficaz.

Este é o cenário que muitos brasileiros têm que enfrentar ao envelhecer. Para que haja perspectiva de melhoria e mudança é fundamental instrumentalizar esses sujeitos de modo que participem ativamente das lutas e reivindicações para viabilização dos seus direitos.

2.2.1 Previdência e Assistência Social.

A previdência e a assistência social são respostas à problemática social do envelhecimento do trabalhador como uma forma de minorar as privações advindas com a diminuição da capacidade de labor. A trajetória de trabalho nesse sentido é determinante para o acesso à aposentadoria, pois dependendo do mercado em que o indivíduo esteve inserido, poderá ou não gozar deste direito.

Como citado anteriormente, dados do IBGE (2010) revelam que o estado do Amazonas possui mais de 240 mil pessoas acima de 60 anos, estando a maior parte concentrada na capital, cerca de 130 mil idosos. Estes indicadores apontam que o estado possui a segunda pior cobertura da previdência social do país, ficando atrás apenas do estado do Pará.

No Amazonas, cerca de 75.300 das pessoas com 60 anos ou mais o não recebem aposentadoria ou pensão. Apesar de os desníveis regionais terem diminuído, ainda persistem, o que interfere diretamente nas condições de vida dos trabalhadores envelhecidos locais.

Segundo Simões (2008) embora a previdência social seja um direito relativamente universal, tem a condição de que o assegurado exerça atividade remunerada e contribua para o sistema. Esse critério de contribuição é que exclui cerca de um terço da população economicamente ativa, mas sem emprego formal, do direito à aposentadoria e outros benefícios, passando da competência da previdência para assistência social, com o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O acesso à aposentadoria aos idosos é possível através da inscrição na Previdência Social e por meio de contribuições regulares durante a vida profissional, e pode se dar tanto pela idade quanto pelo tempo de contribuição. A aposentadoria por idade refere-se ao benefício aos segurados urbanos⁶ que atingem 65 anos se homem, e 60 anos se mulher, desde que tenham contribuído durante 15 anos no mínimo para a previdência social. Já a

⁶ Aos trabalhadores rurais gozam de idade reduzida em 5 anos tanto para homens, como para mulheres.

aposentadoria por tempo de contribuição deve-se aos inscritos no INSS que comprovem 35 anos de contribuição se homem, e 30 anos de contribuição se mulher.

Já o BPC trata-se de um benefício mensal de um salário mínimo previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Assistência Social, e deve ser prestado aos idosos acima de 65 anos que não possuam meios de prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, para isso é necessário que a renda *per capita* não ultrapasse um quarto do salário mínimo vigente.

Boschetti (2008) assinala que o modo como se desenvolvem as relações de trabalho capitalistas é determinante na configuração dos direitos previdenciários, visto que estes derivam dos direitos do trabalho. Por isso, esses direitos se destinam apenas àqueles que vivenciaram uma relação de trabalho estável, com contribuição de longo prazo, proporcionais ao salário recebido.

Contudo esta autora argumenta que com o aumento do índice de desemprego diversos programas assistenciais foram criados com o intuito de transferir renda para aqueles que nunca tiveram acesso ao trabalho formal. Ela sustenta que a universalização do direito ao trabalho levaria à universalização dos direitos da previdência social, tornando desnecessária a instituição desses programas de transferência de renda.

A existência desses programas sociais, entretanto, não significa a inclusão universal dos idosos, dentre outros motivos, pelo fato de os critérios de seletividade para seu usufruto serem cada vez mais rigorosos. Outras vezes pela falta de interesse dos profissionais em viabilizar o acesso. A pesquisa de 2009⁷ demonstra que existem idosos que mesmo frequentando as unidades de saúde, e dentro dos critérios para o recebimento do BPC não gozam desse direito (MELO, 2009).

A aposentadoria é uma grande conquista para os trabalhadores, mas diante da conjuntura de crise econômica que propicia a diminuição do emprego formal e aumenta a informalidade, o acesso a esse benefício torna-se cada vez mais difícil. Além disso, o sistema previdenciário brasileiro não garante ao trabalhador aposentado o mesmo nível de renda próximo àquele do seu período de atividade. Esse quadro muitas vezes impulsiona o retorno ou a continuidade dos idosos no mercado de trabalho, num período que deveria ser de relativo descanso.

Salvador (2005) constata que a reforma previdenciária de 1998 trouxe mudanças contrárias ao que preconizava a Constituição Federal. As novas regras, inspiradas pela

⁷ Cujo título é “Trajetória de trabalho e condição de saúde dos idosos da zona sul de Manaus”.

visão neoliberal, se caracterizam pela redução dos benefícios e restrições ao acesso, portanto não foi uma reforma inclusiva.

Ele aponta que as principais alterações realizadas por esta reforma foram um incentivo à permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, e também ao adiamento da aposentadoria. Entre elas ele cita a troca do critério de tempo de serviço por tempo de contribuição, a introdução do fator previdenciário, um acréscimo do tempo de contribuição para os atuais segurados, estabelecimento de um teto nominal, dentre outros.

É interessante notar que essas mudanças por induzir a permanência dos trabalhadores em atividade, e postergar a aposentadoria, geram mais um transtorno para os trabalhadores envelhecidos. De um lado mercado de trabalho impulsionando sua saída, de outro, a previdência social que adia o acesso a aposentadoria.

Essas contradições são vivenciadas, sobretudo, pelos trabalhadores que envelhecem na periferia do sistema capitalista. Pois geralmente trabalham durante toda vida e quando envelhecem ou são rejeitados pelo capital ainda com capacidade de labor e perdem sua identidade de trabalhador; ou já com essa capacidade no limiar são obrigados a reingressar no mercado de trabalho comumente precarizado, pois poucos têm acesso à aposentadoria, e mesmo os que conseguem se aposentar estas por sua vez são muito baixas.

Os idosos são frequentemente acusados como responsáveis pelo *déficit* da previdência social. Mas Boschetti (2003) *apud* Senna e Monnerat (2008) argumenta que o déficit previdenciário não se deve à questão do envelhecimento apenas, mas à dívida da União, dos estados e municípios para com a previdência, à sonegação de impostos e ao aumento da informalidade do mercado de trabalho, visto que a diminuição do número de pessoas com carteira de trabalho assinada leva à queda da arrecadação do sistema.

Os trabalhadores que envelhecem no setor informal e não têm direito a aposentadoria são impulsionados a buscar os benefícios da assistência social, aumentando assim os gastos com a Seguridade Social.

Por isso, os idosos são muitas vezes considerados como fardo econômico para o Estado e para a sociedade. Entretanto, dados do IBGE (2010) apontam efetiva participação dos idosos no custeio doméstico. Isso significa que sua renda (aposentadorias, pensões, benefícios ou retorno ao mercado de trabalho), mesmo baixa, tem garantido o sustento de inúmeras famílias brasileiras.

De acordo com Medeiros (2003), geralmente quando os idosos são tratados como peso, a referência é somente aos gastos com a previdência ou com o setor de saúde. Essas referências não mencionam as significativas contribuições dos idosos à sociedade, pois, muitos abrigam e sustentam filhos desempregados ou separados, cuidam dos netos, além de terem trabalhado a vida toda, contribuindo com a economia nacional.

A autora supracitada indica que já existem pesquisas que quantificam este trabalho, e que o resultado demonstra que a contribuição econômica dos idosos ultrapassa o valor de suas ínfimas aposentadorias. Ela termina seu artigo fazendo o seguinte questionamento: “Serão os velhos um peso para a sociedade, ou é a sociedade, o poder público, a falta de solidariedade da maioria que torna pesada a vida de quem envelhece?”. (MEDEIROS, 2003, p. 190).

2.2.2 Saúde na velhice: utopia ou possível realidade?

Envelhecer é mesmo um desafio. Além da incompatibilidade com o as necessidades do mercado de trabalho, da supressão cada vez maior do valor das aposentadorias, dos estigmas relacionados ao envelhecimento, a incidência de doenças crônicas é bastante expressiva entre os idosos.

É possível notar que o perfil epidemiológico do Brasil mudou consideravelmente nos últimos anos. Antes o perfil de mortalidade era característico de uma população jovem, atualmente é marcado por doenças próprias do envelhecimento. Não bastassem esses entraves, os idosos ainda se deparam com o precário cenário do setor saúde do país e muitas vezes são culpabilizados por este estado, haja vista a grande demanda por estes serviços.

Veras (2003) evidencia que o aumento do número de idosos indica grandes despesas no setor de saúde, uma vez que as doenças que os acometem são crônicas e conseqüentemente duradouras, exigindo a busca constante por serviços nessa área. Este autor assinala que um fator preponderante para este alto custo é o fato de os idosos consumirem mais os serviços de saúde que pessoas de outras faixas etárias, pois, a presença de doenças crônico-degenerativas é bastante expressiva para essa população, implicando assim, internações contínuas, recuperação mais lenta e permanência maior no leito, fazendo com que os gastos desse grupo sejam mais elevados que dos demais.

Daí uma razão para se trabalhar com prevenção em longo prazo, pois quanto mais idosos saudáveis, menores serão os custos com a saúde deste estrato populacional que tende a crescer ainda mais nos próximos anos. Em outras palavras, é necessário estimular os jovens de hoje à prática de exercícios, leitura – pois estimula a memória, e diminui as probabilidades de perdas cognitivas - criar condições para que tenham acesso a boa alimentação, desestimular o consumo de drogas lícitas e ilícitas, pois favorecerá a diminuição dos gastos com o setor saúde futuramente.

Ainda de acordo com Veras (2003), envelhecer com alguma debilidade é quase uma regra, o que explica a grande procura por serviços de saúde. Para este autor a maioria das doenças que acometem os idosos tem na própria idade seu principal fator de risco.

Tal concepção apesar de verdadeira desconsidera que as condições de saúde dos idosos também têm estreita relação com a trajetória de vida e de trabalho que estes percorreram, e com o ambiente e o acesso aos serviços de saúde. Por isso Todaro e Jacob Filho (2009) desmistificam a ideia de que velhice é doença, e afirmam que é necessário romper com esses estigmas e que a sociedade também é responsável para promover boas condições de vida para os idosos.

Schraiber e Mendes (2000) acreditam que os principais fatores de risco associados ao aparecimento de doenças na velhice estão relacionados ao “estilo de vida”. Desse modo, muitas doenças são decorrentes de péssimas condições e longas cargas horárias de trabalho, má alimentação, hábitos nocivos como tabagismo, sedentarismo, etilismo e nenhuma prevenção.

Não existe a cultura de se pensar na longevidade. Quando se tem uma juventude saudável, dificilmente pensa-se em prevenção em longo prazo, não há preocupação com o futuro, com precaução ou cuidados, daí a maior propensão para o aparecimento de doenças crônicas na velhice. Mas é importante assinalar que envelhecer não significa necessariamente viver doente ou dependente.

Os indivíduos devem sim preservar sua própria saúde, mas o Estado deve criar condições que favoreçam a qualidade de vida na velhice. Mais que uma atitude individual de prevenção são necessárias medidas preventivas por parte do poder público. E porque não dizer a realização de um trabalho com a população jovem e adolescente de educação em saúde, visando um envelhecimento saudável.

A *capacidade funcional* surge como um novo conceito de saúde, mais adequado para instrumentalizar a política de atenção à saúde do idoso. Esse conceito diz respeito à

capacidade de manter as habilidades físicas e mentais necessárias para uma vida independente e autônoma (PNSI, 1999).

Moragas (2010) aponta que a capacidade global do organismo decresce progressivamente, mas essa redução do ritmo em si não é doença. Por isso este autor afirma que é possível chegar à velhice sem manifestar grandes limitações orgânicas. Sugere ainda que para que haja uma velhice sem doenças é necessário adotar um enfoque preventivo, ou seja, que o ideal seria criar um projeto de saúde que se iniciasse desde o nascimento.

Afinal ao se tratar de doenças crônicas na velhice, como falar de prevenção se esta não começar precocemente? Como prevenir algo que já está posto? A prevenção usualmente abordada se dá no controle medicamentoso, mas a que nos referimos nesse trabalho trata-se da prevenção em longo prazo, por conseguinte mais eficaz.

O Estatuto do Idoso em seu artigo 15 garante que a atenção integral à saúde do idoso por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS) para prevenção, proteção, promoção e recuperação da saúde, incluindo às doenças próprias do envelhecimento é um direito.

Segundo a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006), a porta de entrada do SUS para os idosos deve ser a atenção primária, através das unidades básicas de saúde (UBS) e a Estratégia Saúde da Família, atuando a partir de um enfoque preventivo.

Melo e Maia (2010) questionam se de fato a atenção básica tem sido o primeiro contato dos idosos com o SUS. Apontam que se a atenção básica possuísse uma real cobertura à atenção a saúde preventiva evitaria a concentração nos níveis mais onerosos do sistema, onde exames ambulatoriais e cirurgias de alto custo são realizados.

Este nível de atenção, por ser o primeiro contato com o SUS, deveria constituir um nível próprio de atendimento e resolver uma gama de necessidades que extrapolassem a intervenção curativa individual, buscando atuar no âmbito da prevenção.

As autoras supracitadas assinalam ainda que em Manaus, por exemplo, a atenção básica não tem alcançado índices satisfatórios, uma vez que tem dado maior ênfase a uma assistência de baixo custo e de caráter curativo, não investindo tanto na dimensão sanitária e preventiva prevista para atenção primária.

O que se vê nos serviços de saúde é que a sensibilidade diagnóstica gira em torno apenas da “visão biomédica” onde o foco é a relação saúde/doença, desconsiderando os

fatores biopsicossociais da totalidade humana, colocando o médico como personagem principal na resolução dos problemas de saúde (VICINI, 2002).

O conceito de saúde empregado neste trabalho é o utilizado pela OMS que a considera não como a simples ausência de doença, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social.

Não é fortuitamente que o Art. 3º do SUS assinala que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte e o lazer.

Por isso Pinheiro e Freitas (2006) afirmam que a preservação da saúde mental é imprescindível para um envelhecimento saudável. Sugerem que as atividades físicas, de lazer e recreação, bem como a participação em grupos de convivência são medidas que previnem os problemas psicológicos. A saúde é resultado da soma de diversos fatores, portanto, para uma velhice saudável, o bem-estar subjetivo não deve ser desconsiderado.

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) afirma que o poder público deve criar condições para a promoção do envelhecimento saudável e a melhoria da capacidade funcional dos idosos de modo a garantir a participação na comunidade em que vivem para que exerçam de forma independente suas funções.

Para que isso ocorra, cabe ao setor saúde promover o acesso dos idosos aos serviços e ações voltadas à prevenção e recuperação de sua saúde. Afinal, a existência de doenças crônicas não impede o idoso de viver de forma independente, desde que devidamente tratadas.

Esta política preconiza ainda que para um envelhecimento saudável é importante o desenvolvimento de ações que orientem os idosos quanto à necessidade da melhoria constante de suas habilidades funcionais, mediante a adoção precoce de hábitos saudáveis de vida e a eliminação de comportamentos nocivos.

Segundo Melo e Maia (2010) um dos principais desafios na área da saúde além de maciço investimento financeiro é a presença de instituições com estrutura adequada para responder as demandas dos idosos, principalmente pela falta de recursos humanos qualificados e comprometidos com a promoção da saúde deste estrato populacional. Como os idosos são grandes usuários dos serviços de saúde é imprescindível que os profissionais compreendam que a velhice é um fenômeno complexo e constituído de inúmeras dimensões.

Não é objetivo aqui negar que área da saúde avançou bastante nos últimos anos, entretanto, muito ainda precisa ser feito, pois existe um fosso entre a legislação e a realidade dos idosos no país. Quando o Estatuto do Idoso assegura a prevenção e a proteção da saúde desse segmento, o Estado deve responsabilizar-se por promover as condições adequadas para alcançar esses princípios.

Entretanto, o Banco Mundial e o FMI recomendam aos países em desenvolvimento a adoção de um sistema de saúde em que seja responsabilidade do Estado apenas a universalização da assistência básica à saúde. A assistência especializada e com grande incorporação tecnológica deve ser prestada pelo setor privado.

Diante desse quadro, Montaño (2007) argumenta que os que tiverem condições de contratar serviços privados terão serviços de boa qualidade, mas os que não puderem, terão que receber os pontuais e paliativos serviços estatais. Para este autor, essa situação além de aumentar as desigualdades sociais, elimina a política social como direito e fomenta o clientelismo. De fato, se observarmos o perfil dos usuários do SUS veremos que a maioria é constituída por pessoas da camada baixa, afinal poucos que têm acesso ao mercado fazem uso deste sistema.

Segundo a reportagem “A realidade da saúde no Brasil”⁸ (Diário da tarde, MG, 2005), a saúde nunca teve prioridade para nossos governantes. Essa reportagem aponta que não é raro nos depararmos com notícias de filas gigantescas a espera de um serviço, além da falta de profissionais e equipamentos. Por essas e outras razões nos encontramos no 124º lugar na relação da OMS em qualidade de saúde. Apesar de essa reportagem datar de 2005 é uma realidade ainda atual.

É necessário a criação de alternativas viáveis para a reversão do atual quadro das políticas de saúde no país, de modo que supere seu histórico padrão excludente e ineficaz, principalmente no que concerne à saúde do idoso.

Cabe ao Estado assegurar a saúde da população idosa, através da criação de ações e serviços que visem à redução dos riscos de doenças, ou do estabelecimento de condições que garantam o acesso dessa população a melhores condições de sobrevivência. Haja vista que a saúde não se refere à ausência de doença apenas, mas à qualidade de vida em sua totalidade.

⁸ Reportagem do site: www.noticiasdesaude.com.br, cujo autor é Antônio Couto Filho. Acessado no dia 21/03/09

2.3 A garantia e a concretização de direitos na velhice.

Não resta dúvida que o Brasil possui um amplo arcabouço legal em torno da questão do envelhecimento, embora seja resultado de árdua luta em favor dessa conquista. Entretanto, como vimos no decorrer deste capítulo ainda existe um grande fosso entre a legislação e sua concretização.

O principal objetivo dos estudos voltados à análise do envelhecimento e de suas demandas é a busca por respostas e soluções que viabilizem um envelhecimento mais prazeroso, menos debilitado por doenças crônicas, e em condições socioeconômicas e psicológicas dignas, uma vez que este estrato populacional já dedicou a vida para construção dessa sociedade, já trabalhou, já contribuiu, e teve seu tempo e seu vigor expropriados pelo capital.

É injusto um trabalhador que dedicou todo o seu tempo existencial ao tempo do trabalho chegar à velhice e sentir-se inútil, desvalorizado, sem condições de vivenciar esta etapa de forma minimamente satisfatória. E mesmo diante de tantas contribuições serem acusados de peso pra sociedade.

A velhice tomou *status* de categoria social. Por isso, os idosos deste país são cidadãos, homens e mulheres, que depois de muitos anos de trabalho e de vida ativa não merecem tantos estereótipos e precisam que seus direitos sejam concretizados. Para rever esses estigmas e conquistar um novo significado de velhice o exercício da cidadania é imprescindível. Segundo Bruno (2003) os próprios idosos devem buscar seu espaço social, afinal, uma categoria social legítima se forma “incomodando”. Boff (1999) *apud* Bruno (2003, p.78) confirma essa ideia ao assinalar que:

A libertação dos oprimidos deverá provir deles mesmos, na medida em que se conscientizam da injustiça e sua situação, se organizam entre si e começam com as práticas que visam transformar estruturalmente as relações sociais iníquas.

Segundo Beauvoir (1990), essa sociedade não é apenas culpada, mas criminosa no trato às pessoas envelhecidas. Mas acreditamos que com a inserção do idoso em grupos de discussão, fóruns, associações de aposentados e diversos outros, poderão ser estabelecidas, paulatinamente, ações que viabilizem o acesso dos idosos aos direitos de cidadania garantidos por lei. Esses espaços de discussão levam os idosos a se perceberem como cidadãos e contribuem para formação de sujeitos sociais ativos.

Na busca por melhorar as condições de envelhecimento dos brasileiros e propiciar uma velhice ativa e saudável tanto física quanto psicologicamente, o Estatuto do Idoso no capítulo V estimula a criação de espaços e ações de incentivo à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer. Vale lembrar que a participação nesses espaços deve ser ampliado a todos os idosos que dele queiram usufruir, e não apenas aos da chamada terceira idade.

Os benefícios da sociabilidade e das atividades que estes espaços oferecem para os idosos são notórios. São lugares privilegiados que podem favorecer a participação política desses sujeitos, através atividades educacionais e palestras que tratem sobre cidadania.

Sem dúvida o acesso à educação facilitaria a defesa dos próprios direitos. Além do que, na sociedade capitalista ela ainda é um dos principais meios de reduzir a má distribuição da riqueza.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o fenômeno do envelhecimento não se resume apenas aos aspectos demográficos e biológicos, mas é uma totalidade complexa que implica não apenas a criação de políticas públicas que respondam satisfatoriamente às demandas desse segmento, mas o acesso deles à essas políticas. Afinal, o envelhecimento da população é um fenômeno de ordem pública que diz respeito a toda sociedade.

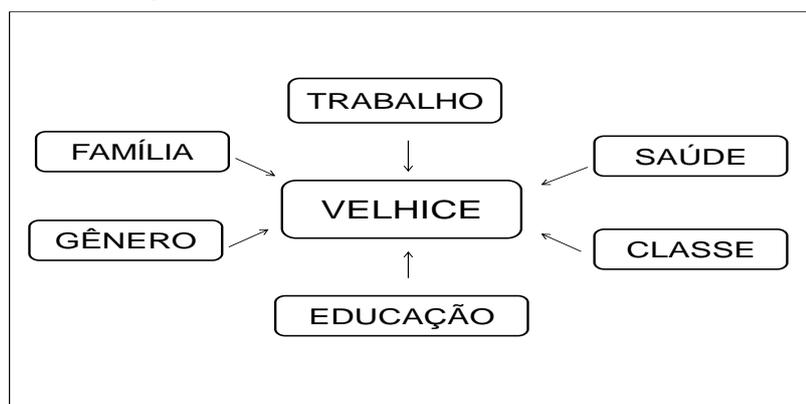
CAÍTULO III – O TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE ENVELHECIMENTO EM MANAUS.

Nos primeiros capítulos deste estudo buscamos inserir a temática do envelhecimento no âmbito das mudanças que vem ocorrendo na sociedade atual desde meados da década de 70, que incidiram tanto nas relações de trabalho, como nos modos de vida e nas configurações das políticas sociais em todo o mundo.

Já o presente capítulo objetiva retratar as condições de envelhecimento em Manaus, dando ênfase aos trabalhos que os idosos exerceram, uma vez que estes são determinantes para as condições materiais e subjetivas nesse momento da vida.

Para subsidiar essa investigação buscamos compreender a dinâmica e a relação dos processos que interferem no fenômeno do envelhecimento. Esse construto é resultado do mapeamento de alguns aspectos que determinam as condições de velhice, são as seguintes conforme demonstra a figura 1:

Figura 1 – Velhice e suas multidimensões.



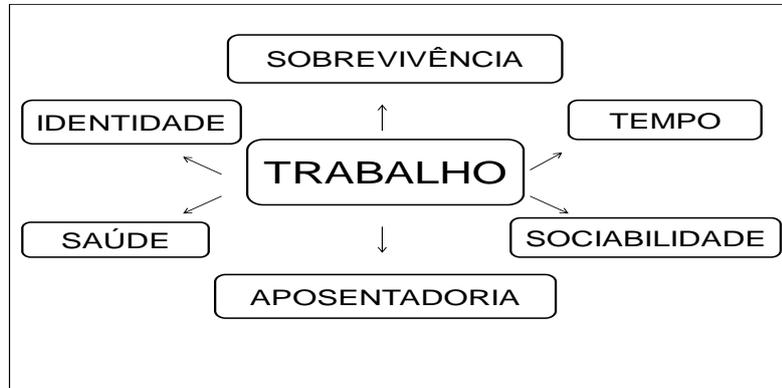
Fonte: Elaboração própria.

Embora retratemos todas essas dimensões, a dimensão privilegiada nesse estudo é o **trabalho**, haja vista sua interferência nas condições materiais, físicas e subjetivas de cada indivíduo, dada a sua centralidade, conforme vimos nos capítulos anteriores.

Com o intuito de dar inteligibilidade a essa interferência procuramos analisar também as implicações do trabalho na vida da pessoa idosa, uma vez que o trabalho pode ser determinante para a construção da identidade e status dos indivíduos - pode influenciar seu papel no âmbito familiar-, é o principal responsável pela renda, sociabilidade e acesso a

aposentadoria, além de ocupar a maior parte do tempo e de influenciar as condições de saúde, mas é um papel que frequentemente se perde na velhice.

Figura 2 – Trabalho e suas variáveis



Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, para analisar as condições de envelhecimento desses idosos tomamos como objetivos específicos: 1) Identificar a situação socioeconômica, familiar e de saúde dos idosos; posteriormente 2) Detectar os tipos de trabalho que os idosos exerceram e a concepção sobre eles; e por fim 3) Analisar a percepção dos idosos acerca do processo de envelhecimento e como vivenciam a velhice em Manaus.

Partimos do pressuposto que para viver bem é necessário saúde, renda satisfatória, ocupação saudável e bom convívio familiar e social. Por isso, identificamos a situação familiar, os níveis educacionais, o acesso à aposentadoria, a renda, as condições de saúde, bem como a percepção dos idosos sobre a velhice, sobre os trabalhos exercidos ao longo de sua trajetória, identificamos o que fazem para ocupar o tempo, que antes era reservado ao trabalho, e por fim, procuramos apontar suas principais demandas e os modos que vivenciam essa fase da vida.

Como a velhice é um fenômeno heterogêneo, certamente o envelhecimento é percebido de modo diferente por uma pessoa pobre se comparada a uma pessoa das camadas mais abastadas.

É com base nessa consideração que fizemos uma comparação entre os idosos das UBS, uma vez que delas participam idosos das camadas menos favorecidas, com os idosos participantes do Parque Municipal do Idoso, cujo perfil teoricamente é de idosos que possuem condições mais favoráveis, permitindo apreender as condições de envelhecimento em diferentes contextos econômicos, sociais e culturais.

3.1 Procedimentos metodológicos

A produção de informações desse estudo tem, portanto, fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram coletados em 2012, no Parque Municipal do Idoso, e os dados secundários são oriundos de uma pesquisa anterior, realizada em UBS da zona sul de Manaus no período de 2008/2009, intitulada “Trajetória de trabalho e condições de saúde dos idosos participantes das unidades básicas de saúde da zona sul de Manaus” (MELO, 2009).

Ambas as pesquisas foram realizadas por meio da aplicação de roteiro de entrevista, registrado com o uso de gravador, com a devida autorização dos entrevistados, e observação assistemática, cujo enfoque é o quadro geral do contexto, permanecendo flexível e responsiva aos próprios processos.

Todas as entrevistas foram alocadas em uma matriz analítica, onde os dados foram ordenados e classificados por tema, para facilitar a leitura. A partir disso iniciou-se o processo de análise de conteúdo. A abordagem dos dados deu-se de forma quali/quantitativa e as categorias foram analisadas com base no referencial teórico construído e adotado.

Para compor a amostra, foram selecionados 24 idosos aleatoriamente (12 homens e 12 mulheres), sendo 12 usuários das UBS e 12 participantes do Parque Municipal do Idoso, tendo como critério de inclusão o exercício de atividades remuneradas ao longo da vida.

Muitos estudos sobre envelhecimento são realizados sem “dar voz” aos idosos, lembrando que são sujeitos de sua história. Mas os idosos não precisam que falem por eles, e sim com eles. Por isso, embora essa amostra não seja representativa em relação a todos os idosos da capital, pode ser significativa por expor características comuns a este estrato populacional.

3.1.1 Conhecendo os lócus da pesquisa

Foram selecionadas duas UBS da zona sul, uma no bairro Praça 14 (UBS Vicente Pallotti) e outra no conjunto 31 de Março, cuja unidade possui o mesmo nome, pois é nessa região que se localizam os primeiros bairros da capital amazonense, razão pela qual concentra o maior número de idosos, segundo dados do IBGE (2000). Já a escolha do Parque Municipal do Idoso deu-se pois participam idosos das diferentes camadas, principalmente das mais abastadas.

É relevante destacar que enquanto os idosos da primeira pesquisa aceitaram facilmente participar das entrevistas, uma vez que estavam ociosos à espera por um atendimento no serviço de saúde, os idosos do Parque Municipal apresentaram maior resistência, pois ao contrário dos primeiros, estavam ocupados com as atividades oferecidas.

O Parque Municipal é um espaço construído pela prefeitura de Manaus que oferece atividades físicas, recreativas, culturais e associativas para os idosos. E dispõe de piscina térmica, ginásio coberto, auditório, pista de caminhada, salas de aula, dança e arte, lanchonete, salão de beleza, entre outros.

Foram escolhidas unidades básicas de saúde devido à existência do programa Hiperdia, muito utilizado por idosos, que é um sistema de cadastramento e acompanhamento de hipertensos e diabéticos em todas as unidades básicas do Sistema Único de Saúde. E além do cadastro, o sistema permite o acompanhamento e a garantia do recebimento dos medicamentos prescritos.

3.2 Perfil dos idosos entrevistados: condição sócio-familiar.

Ao traçarmos o perfil social dos idosos entrevistados identificamos questões como: idade, naturalidade, acesso à educação, condições de habitação e situação familiar. O principal objetivo de mostrar essa realidade é refletir as contradições e questões imbuídas nela.

Segundo Teixeira (2008) o envelhecimento não é um fenômeno apenas cronológico e biológico, pois, coexistem outros fenômenos de natureza biopsíquica, social e econômica, determinantes para configuração das diferentes formas de envelhecer.

Ao se considerar os aspectos da velhice não podemos deixar de usar o recorte de gênero, pois Berzins (2003) aponta que as mulheres possuem mais desvantagens que os homens, uma vez que são as que mais sofrem violência doméstica, discriminação, baixos salários, dupla jornada, dentre outros.

Para essa autora a questão de gênero é determinante do lugar que idosos e idosas ocupam na vida social, uma vez que as desigualdades entre homens e mulheres alteram as condições de saúde, renda e dinâmica familiar.

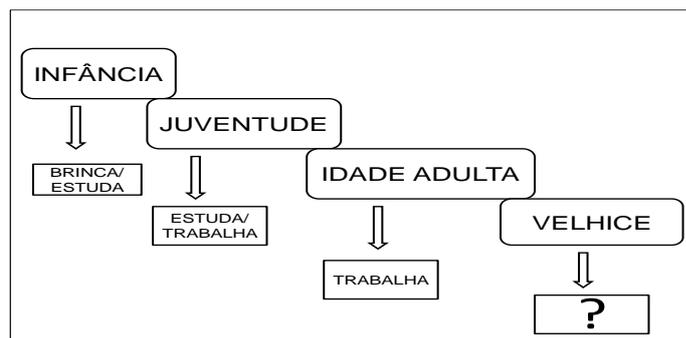
Mas afinal, como devem ser chamadas as pessoas acima de 60 anos de idade? Velhos, idosos ou da terceira Idade?

De acordo com Albuquerque (2008, p. 25) “o conceito de idoso envolve mais que a simples demarcação de idades limítrofes biológicas”. Essa autora assinala que a heterogeneidade desse fenômeno bem como a longevidade cada vez maior da população propiciou o surgimento de novas terminologias para designar as pessoas de idade mais avançada.

Para essa autora, antes o termo “terceira idade” classificava os idosos de maneira geral, entretanto, com o aumento da expectativa de vida, principalmente nos países centrais, começou-se a considerar a existência da “quarta idade”. Portanto, a ideia que se transmite é que a terceira idade está relacionada ao envelhecimento ativo e independente.

Na verdade, não é a idade que determina a condição e o estado dos indivíduos. O envelhecimento é um fenômeno complexo, e apenas a idade cronológica não é o suficiente para compreendê-lo. Entretanto ela tem sido determinante para o acesso a direitos e para as normas de comportamento socialmente definidos, conforme a figura abaixo.

Figura 3 – Função social em cada etapa da vida.



Fonte: Elaboração própria.

Gusmão (2001, p.122) assinala que na sociedade moderna a velhice é pensada como um elemento disfuncional que precisa de controle e regulação, por isso o termo terceira idade, que busca a juvenização da velhice, surge como uma forma de adaptação, pois segundo essa autora “o velho e a velhice fazem parte da vida sociocultural, mas nela estão sem lugar”, uma vez que a sociedade moderna está centrada na juventude.

Compreender a velhice é um desafio, principalmente diante do crescimento dessa população que emerge com demandas tão singulares. Mostrar dados sobre o crescimento demográfico dessa população é importante para demonstrar a magnitude do fenômeno, entretanto é necessário saber quem são esses idosos, como vivem, quais suas principais demandas, e quais os fatores que determinam os diferentes modos de vivenciar essa fase.

Afinal, projeções da ONU apontam que o Brasil será a sexta população do mundo em número de idosos até 2025. De acordo com dados do IBGE (2010), a esperança média de vida ao nascer no Brasil em 1940 era de 38,5 anos, em 1998 era de 69 anos, atualmente é de 73 anos, sendo de 69,7 anos para os homens, e de 76,8 anos para as mulheres. E como assinalamos anteriormente, o grupo que apresentará maiores índices de crescimento são as pessoas acima de 80 anos.

Com base nisso procuramos identificar a faixa etária dos idosos desta pesquisa:

Quadro 1- Faixa etária dos idosos participantes das UBS

Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
60 a 64 anos	2	1	3
65 a 69 anos	2	-	2
70 ou +	2	5	7

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 2- Faixa etária dos idosos participantes do Parque

Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
60 a 64 anos	1	-	1
65 a 69 anos	3	3	6
70 ou +	2	3	5

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os quadros acima nos permitem observar que dos 24 idosos entrevistados 12 possuem mais de 70 anos, seguidos por 8 acima de 65 anos, o que demonstra a longevidade da população idosa dessas instituições, os demais são constituídos por “idosos jovens”. Apesar de terem a mesma idade cronológica fazem parte de diferentes grupos sociais.

Segundo Motta (1997, p. 104) o aumento da expectativa de vida, que vem estendendo mais e mais seus limites, propiciou o surgimento de uma nova etapa da vida o “idoso jovem”, que é diferente do “idoso velho” e revela que essa diferenciação é importante para o mercado que para os próprios idosos.

Existem aspectos físicos, morais, sociais e econômicos da vida que interferem na maneira de vivenciar essa fase, que vai muito além da idade cronológica. É importante ressaltar que embora dois indivíduos possuam 60 anos de idade, um pode vivenciar uma situação de extrema dependência, e outro tem a possibilidade de ter um envelhecimento ativo e bem-sucedido. É necessário encontrar os meios que promovam uma velhice menos debilitada e mais independente física e financeiramente para todos.

Outra questão que merece destaque é que a estimativa de idosos naturais de outras localidades é relevante em ambas as pesquisas, pois metade dos idosos entrevistados não são manauenses. Em relação aos idosos das UBS sete são de Manaus, três são de outros estados e dois do interior do Amazonas. Já entre os idosos do Parque, apenas cinco são de Manaus, dois do interior e cinco de outros estados.

Em termos gerais oito idosos vieram de outros estados ainda criança por opção de suas famílias, com o intuito de obter melhores condições de vida na capital. Seis são do nordeste (Ceará, Paraíba, Maranhão) e dois do norte do país (Acre e Pará).

A explicação pode estar na constatação de Torres (2000) ao apontar que no ciclo da borracha e mais tarde com a instalação da Zona Franca de Manaus a cidade começou a receber migrantes de várias regiões, sobretudo do nordeste, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

a) Acesso à educação

O acesso à educação é imprescindível para o exercício da cidadania. Somente através de uma sociedade bem informada, crítica e com consciência política será possível conquistar uma sociedade menos desigual e com melhor distribuição de riqueza.

Além disso, existe uma relação direta entre educação e os tipos de trabalho que o indivíduo exerce, ou seja, quanto maior o nível educacional, maiores as chances de ter acesso a melhores condições de trabalho e renda.

Entretanto, Emir Sader no prefácio do livro *A educação para além do capital* de Mészáros (2008) constata que a educação tem sido tratada como uma mercadoria, causando a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e a supressão dos gastos públicos com campo social.

Os níveis educacionais dos idosos dessa pesquisa revelam esse descaso do Estado com a educação pública. Os quadros abaixo elucidam a escolaridade e apontam que os idosos entrevistados possuem baixos índices educacionais, dado que se agrava quando observamos a questão de gênero.

Quadro 3 – Nível de escolaridade dos idosos das UBS

Escolaridade	Mulheres	Homens	Total
Alfabetizados	1	1	2
Ens. Fundamental Completo	-	2	2
Ens. Fundamental Incompleto	2	-	2
Ens. Médio Completo	1	3	4
Ens. Médio Incompleto	2	-	2

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 4- Nível de escolaridade dos idosos do Parque

Escolaridade	Mulheres	Homens	Total
Alfabetizados	1	-	1
Ens. Fundamental Completo	-	-	-
Ens. Fundamental Incompleto	2	3	5
Ens. Médio Completo	2	2	4
Ens. Médio Incompleto	-	1	1
*Nível Superior	1	-	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Se observarmos a questão de gênero os homens estão em melhores condições que as mulheres, pois 5 concluíram o ensino médio, e apenas 3 mulheres concluíram. Do total de entrevistados 3 são analfabetos funcionais, sendo 1 homem e 2 mulheres. Somente 2 homens concluíram o ensino fundamental.

De acordo com o IBGE (2010), *alfabetização funcional* é definida como domínio de habilidades de leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade mínima de quatro séries completas (antigo ensino primário).

Peixoto (2004) esclarece que o baixo nível educacional desses idosos é resultado da ausência de políticas de educação nacional nas três primeiras décadas do século XX, revelando que o acesso à educação lhes foi negado ao longo da vida, apesar de a Constituição de 1946 ter estabelecido o ensino primário gratuito e obrigatório nas escolas públicas (PNAD, 2005).

Berzins (2003) assinala que até meados da década de 1960, o acesso à educação era restrito às classes sociais mais altas e principalmente aos homens. Às mulheres cabia apenas desempenhar o papel de esposas, mães e donas-de-casa, por isso poucas

obtiveram diploma de primeiro ciclo. Uma idosa da UBS (65 anos, parou de estudar na 5ª série) mostra o seu pesar por não ter concluído os estudos:

Fico triste por não ter terminado os estudos, mas como casei e tive filho cedo, não pude continuar. Não tinha tempo porque além de ter que cuidar dos meninos, precisava lavar e passar pra fora, para ajudar em casa. Fui deixando pra depois e nunca mais voltei...

Essa fala representa claramente a realidade da maioria das idosas entrevistadas que não tiveram oportunidade de concluir os estudos por causa da responsabilidade de cuidar da família. Mas um dado que chamou a atenção foi o interesse e a pretensão, principalmente entre os idosos do Parque Municipal, de retomar os estudos e cursar uma faculdade, uma vez que agora possuem tempo livre para isso, conforme depoimento a seguir:

Agora que sou viúva, minha filha está se formando, tenho mais tempo livre. Pretendo voltar a estudar, fazer uma faculdade... Conhecimento nunca é demais né?! (Idosa 64 anos, ensino médio incompleto, Parque Municipal)

É possível constatar que mais que uma mercadoria a educação tem sido voltada ao próprio mercado. Portanto, o desafio que se impõe diante desse quadro, além de ampliar o acesso, é construir uma educação crítica e emancipadora, de modo que instrumentalize os indivíduos na luta contra a exploração e alienação.

b) Situação familiar e de moradia

Ao buscarmos verificar as condições de habitação dos idosos é interessante notar, conforme quadro a seguir, que dos 24 idosos participantes da pesquisa 21 possuem residência própria, fator que gera grande satisfação entre eles, como foi possível observar nas entrevistas.

Segundo Peixoto (2004) esse fenômeno se explica por que esses idosos viveram num período econômico mais favorável à aquisição da casa própria, graças aos programas governamentais. Esta autora argumenta que na sociedade atual, houve uma queda sensível das taxas de aquisição de imóvel, uma vez que os programas nessa área possuem taxas de juros muito elevadas.

Quadro 5 – Condições de habitação dos idosos

Tipo de residência	Mulheres	Homens	Total
Casa	10	10	20
Apartamento	1	1	2
Quitinete	1	1	2
Tipo de permanência	Mulheres	Homens	Total
Própria	10	11	21
Alugada	2	1	3

Fone: Melo, 2009/2012.

Pode-se observar que vinte idosos moram em casa, dois residem em apartamentos e dois em quitinete. É interessante ressaltar que uma dessas quitinetes é de um idoso do Parque Municipal que paga aluguel para morar no quintal da casa de um dos filhos, a outra é de uma idosa da UBS. A idosa que paga aluguel reside numa casa e é do Parque Municipal. De acordo com o depoimento dos idosos, todos os domicílios são de alvenaria, com acesso ao saneamento básico, variando de três a oito o número de cômodos.

A aquisição da casa própria para esses idosos é uma conquista inestimável, talvez essa realidade não seja tão acessível às futuras gerações de idosos, dadas as dificuldades de crédito e financiamento.

Uma questão que merece destaque é o alto índice de co-residência familiar, tanto entre os idosos das UBS quanto entre os idosos do Parque Municipal, conforme podemos ver nos quadros 6 e 7.

Peixoto (2004) aponta que a co-residência é um fenômeno comum nas famílias brasileiras, principalmente nas camadas populares. Ela acredita que diversos fatores contribuem para este fenômeno, entre eles estão: divórcio, viuvez, filhos desempregados e/ou separados, solidão, dentre outros.

A PNAD (2005) aponta que o norte e o nordeste são as regiões com maiores índices de idosos que coabitam com filhos e/ou outros parentes, o que é característica das regiões com famílias com menor poder aquisitivo.

Ambas as pesquisas revelam a incidência da coabitação familiar dos idosos. Apenas 5 idosos residem apenas com respectivos cônjuges. Entretanto, chama atenção o fato de 5 idosos, sendo 4 mulheres, morarem sozinhos.

Quadro 6 – Índice de co-residência familiar dos idosos da UBS

Reside com:	Mulheres	Homens	Total
Sozinho (a)	2	-	2
Cônjuge	-	1	1
Cônjuge e filhos	-	3	3
Cônjuge, filhos e netos	2	2	4
*Filhos e netos	2	-	2
Cônjuge, filhos, netos e outros	-	-	-

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 7- Índice de co-residência familiar dos idosos do Parque

Reside com:	Mulheres	Homens	Total
Sozinho (a)	2	1	3
Cônjuge	2	2	4
*Somente filhos	1	1	2
Cônjuge e filhos	-	-	-
Cônjuge, filhos e netos	-	1	1
Cônjuge, filhos, netos e outros	1	1	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

É interessante ressaltar que cinco idosos possuem filhos adultos que nunca casaram ou tiveram filhos, portanto, ainda residem com eles. Outros nove idosos acolheram seus filhos, netos e genros/noras para dar suporte material ou mesmo auxílio no cuidado com os netos. Os idosos que residem sozinhos afirmam que não foram abandonados por seus familiares, e que tal decisão partiu deles mesmos com o objetivo de manterem-se independentes.

Essa pesquisa confirma que além do mútuo suporte financeiro, o vínculo familiar é imprescindível diante do atual contexto de crise, e comprova a importância da participação dos idosos para suas famílias.

Como é possível observar nos quadros 6 e 7 é mais comum aos homens a co-residência com seus cônjuges que as mulheres, isso se deve ao fato de a maioria delas ser viúva ou mesmo divorciada, diferente dos homens cuja maioria permanece casada. De acordo com Berzins (2003) dois fatores podem explicar esse fenômeno, primeiro a

longevidade feminina, segundo, a questão cultural de os homens casarem com mulheres mais novas.

As duas pesquisas confirmam que as idosas que moram apenas com filhos e netos, são viúvas ou divorciadas que recorrem ao apoio emocional dos filhos quando ocorre o desligamento com o cônjuge. Mas é importante ressaltar que nenhuma delas mora na casa de seus filhos, ao contrário, seus filhos é retornam à sua casa a fim de receber auxílio. Assim, a co-residência contribui para a solidariedade familiar, como é o caso de uma idosa da UBS:

Tive cinco filhos sabe... Todos saíram de casa, casaram, tiveram seus filhos. Aí ficou só eu e meu marido. Quando ele morreu me senti muito só, mas aí minha filha separou do marido dela e voltou a morar comigo! Veio ela mais a minha netinha! Uma dá apoio pra outra agora. (Idosa, 62 anos, viúva).

Os quadros abaixo apontam a situação conjugal dos idosos entrevistados:

Quadro 8- Estado Civil dos idosos das UBS

Estado Civil	Mulheres	Homens	Total
Solteiro (a)	-	-	-
Casado (a)	-	6	6
Viúvo (a)	4	-	4
Divorciado (a)	2	-	2

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 9 - Estado Civil dos idosos do Parque

Estado Civil	Mulheres	Homens	Total
Solteiro (a)	-	1	1
Casado (a)	2	2	4
Viúvo (a)	2	-	2
Divorciado (a)	1	2	3
União Estável	1	1	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O índice de idosos divorciados é significativo (cinco). Um idoso afirma ser solteiro. Apenas duas mulheres são casadas, contra oito homens. E dois possuem uma união estável.

Quanto ao índice de viuvez, Veras (2003) afirma que em quase todos os países o número de viúvas é maior que o de viúvos, pois, as mulheres constituem a maioria da população idosa, conforme dados do IBGE anteriormente citados. Assim, devido à

longevidade feminina, a probabilidade de se tornarem viúvas é maior que os homens. E essa realidade condiz com a dos idosos pesquisados, pois seis idosas são viúvas enquanto nenhum dos homens são viúvos.

Um aspecto que merece destaque é o sentimento de alívio que algumas idosas demonstraram ao falar da viuvez, como podemos observar nas falas abaixo:

Graças a Deus eu sou viúva (risos)! Aquele homem era muito ruim! (Idosa da UBS, 73 anos).

Meu marido me traía e era muito bruto. Agora tenho mais liberdade, e ainda recebo uma boa pensão por isso. (Idosa do Parque Municipal, 64 anos).

Segundo Neri (2007, p. 49) as idosas sentem-se libertas da obrigação de cuidar dos filhos, da casa, “e às vezes, do jugo do marido”, momento em que passam a viver com mais liberdade, autoafirmação e com maior participação fora do ambiente doméstico.

Essa afirmação é constatada quando as idosas, viúvas ou divorciadas, demonstram em seus depoimentos pouco interesse pela procura de novos companheiros, uma vez que se sentiam presas com maridos brutos e ciumentos, e hoje sentem-se livres das obrigações de esposa e donas de casa. Exceto uma idosa viúva que ao frequentar o Parque conheceu um idoso, começaram a namorar, e atualmente moram juntos.

Quando indagados sobre a relação com seus familiares os idosos afirmam ter bons relacionamentos, demonstram que são tratados com respeito e cuidado e sentem-se orgulhosos por terem criado “pessoas de bem”, apesar de alguns afirmarem a existência esporádica de algum conflito, mas que logo é resolvido com as frequentemente citadas “reuniões familiares”.

É possível observar também através dos depoimentos que os idosos recebem mais cuidados e ajuda financeira dos filhos que não fazem parte da mesma unidade residencial.

3.3 Situação de trabalho dos idosos entrevistados

Ao verificar a situação de trabalho dos idosos buscamos assinalar quais as principais atividades que desenvolveram, em que mercado estiveram inseridos no decorrer de sua trajetória, qual a concepção deles sobre essas atividades, bem como o que significou o afastamento delas.

A partir de uma diferenciação por gênero, foi possível a comparação entre as principais atividades desenvolvidas pelos idosos de ambas as pesquisas e também o

levantamento dos setores que trabalharam. As principais atividades exercidas pelas idosas foram:

Quadro 10 – Principais atividades que as mulheres exerceram

Atividades Realizadas	Idosas das UBS	Idosas do Parque	Total
Serviços Administrativos	1	-	1
Vendedora	-	2	2
Comerciante	-	1	1
Lavadeira	1	-	1
Doméstica	1	-	1
Operária	2	-	2
Cozinheira	-	1	1
Serviços Gerais	-	1	1
Pedagoga	-	1	1
Técnica de enfermagem	1	-	1

Fonte: Melo, 2009/2012

As atividades do quadro acima são as que marcaram a trajetória de trabalho das idosas entrevistadas, por serem as que elas exerceram por mais tempo e/ou por último, portanto não foram as únicas. Podemos notar que a maioria dos trabalhos que exerceram não exigiam altos níveis educacionais, exceto a pedagoga e a técnica de enfermagem, nível superior e técnico respectivamente.

A maioria das idosas entrevistadas iniciaram sua trajetória de trabalho ainda na infância para ajudar seus pais, ou mesmo para garantir seu próprio sustento com a morte deles. Para isso elas exerciam trabalhos preponderantemente domésticos ou na agricultura, facilitado pela criação que tiveram, onde eram preparadas para cuidar do lar e da família. Peixoto (2004, p.65) explica:

Esta educação familiar que prepara os filhos para o trabalho e as filhas para a vida doméstica é mais visível nas camadas populares, onde as mulheres resistem menos às pressões familiares e às dificuldades escolares, deixando de lado seus projetos profissionais.

Em ambas as pesquisas aparecem na fala de algumas idosas a afirmação de que quando casaram seus maridos às proibiam de trabalhar fora, pois deviam cuidar somente dos filhos, por isso, pararam de trabalhar durante algum tempo. Todavia, precisavam ter renda para ajudar no custeio do lar, quando passaram a trabalhar dentro de suas próprias casas, com lavagem de roupa, comércio, venda de quentinhas, dentre outros.

Vale lembrar que o trabalho dessas mulheres, mesmo as que exerceram em seus próprios lares, foi realizado simultaneamente aos de donas de casa, o que significa uma dupla e não valorizada jornada, conforme podemos observar através da fala de uma idosa da UBS:

O pior trabalho é o doméstico, na própria casa, pois você trabalha muito, não recebe nada e ninguém reconhece. (Idosa, 68 anos)

De acordo com Scherer (2009) essas várias modalidades de trabalho informal e precário são manifestações da dinâmica capitalista, que só fazem ampliar a desregulamentação do mercado de trabalho, por conseguinte, sem proteção social e trabalhista.

Entretanto, apesar de as atividades domésticas exercidas pelas idosas não serem muito valorizadas, e nem mesmo consideradas trabalho, por não estarem submetidas às responsabilidades inerentes a um emprego formal, a contribuição econômica para suas famílias foi notória.

Assim como as mulheres, os homens entrevistados também começaram a trabalhar muito cedo: ou como ajudante de pedreiro, padeiro, caseiro, na agricultura, dentre outros. É possível notar a variedade de funções que os idosos exerceram. Embora tenham iniciado com as atividades mencionadas, as principais segundo seus depoimentos estão listadas do quadro a seguir.

Quadro 11 – Principais atividades que os homens exerceram

Atividades Realizadas	Idosos das UBS	Idosos do Parque	Total
Açougueiro	1	-	1
Comerciante	2	-	2
Pedreiro	-	1	1
Policial	-	1	1
Motorista	-	1	1
Conferente	1	-	1
Auxiliar de Topógrafo	-	1	1
Serviços Administrativos	2	-	2
Encarregado de Manutenção	-	2	2

Fonte: Melo, 2009/2012.

Os tipos de trabalho exercidos pelos idosos das UBS e do Parque também não exigiram altos níveis educacionais, mas como possuíam melhores índices de escolaridade, também tiveram maior acesso ao mercado de trabalho formal, com exceção de dois idosos que possuem histórias parecidas, pois ambos vieram do nordeste em busca de melhores condições de sobrevivência, trabalharam por conta própria como comerciante, mas contribuíram individualmente para previdência social, portanto, tiveram o direito de aposentar-se.

Já a trajetória de trabalho das idosas é marcada pela informalidade, pois como citado anteriormente elas iniciaram trabalhando preponderantemente com serviços domésticos (empregada doméstica, babá, lavando roupa) sem carteira assinada, entretanto, em algum momento de sua trajetória tiveram acesso ao mercado formal, exceto duas idosas das UBS e duas idosas do Parque, conforme é possível observar no quadro a seguir.

Antunes (2008) declara que o índice de trabalho informal cresceu nas últimas décadas como resultado das novas configurações do trabalho. Desse modo, os trabalhadores inseridos nesse mercado encontram-se desprovidos de todo e qualquer tipo de direito trabalhista, dificultando assim, o acesso à aposentadoria.

Segundo Tavares (2004), o trabalho informal não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho autônomas, isto é, o trabalho cumpre a mesma função para o capital sem os custos sociais correspondentes.

Quadro 12- Condição de trabalho dos idosos

Acesso ao mercado de trabalho formal:					
Mercado	Mulheres		Homens		Total
	UBS	Parque	UBS	Parque	
Formal	4	4	4	6	18
Informal	2	2	2	-	6
Onde estavam inseridos:					
Indústria	2	1	2	1	6
Comércio	-	1	2	-	3
Serviços	3	1	-	2	6
Como autônomo	1	2	2	-	5
Serviço Público	-	1	-	3	4

Fonte: Melo, 2009/2012.

Dentre os idosos das UBS quatro trabalharam na indústria (Fábrica de castanha, Philips, Caloi, Magistral, dentre outras), dois no comércio (Mesbla, Lobrás, Tv lar, etc.), três no setor de serviços e três como autônomos.

Um dado que chama atenção é que quatro idosos do Parque Municipal são servidores públicos⁹ aposentados, sendo três civis e um militar. Os demais idosos do Parque estavam inseridos nos seguintes setores: dois na indústria, um no comércio, três no setor de serviços e dois trabalharam como autônomos.

O setor de serviços inclui as finanças, o setor de bens e imóveis, os restaurantes, os serviços de diversão, serviços de saúde, serviços legais, serviços pessoais, dentre outros. Com a retração dos postos de trabalho na ZFM houve um rápido crescimento desse setor, pois, absorveu um grande contingente de trabalhadores oriundos da indústria.

O trabalho é percebido de diferentes formas pelos idosos. Os quadros 13 e 14 evidenciam as principais concepções:

Quadro 13 - Concepções dos idosos das UBS sobre trabalho

Concepções sobre trabalho	Mulheres	Homens
É algo que se faz para se desenvolver enquanto ser humano	1	2
É algo que propicia independência financeira	3	-
É o que fazemos para sobreviver	1	2
É o que fazemos para ocupar o tempo	1	2

Fonte: Melo, 2009.

É interessante observar que o trabalho aparece como “algo que propicia independência financeira” somente para as idosas usuárias das UBS, geralmente criadas apenas para cuidar da casa e da família, por isso o fato de trabalhar, ter renda própria e contribuir com as despesas domésticas, sem depender de seus maridos, representa muito para elas, o depoimento abaixo clarifica essa questão:

Só de não precisar pedir dinheiro do marido pra ter que comprar uma agulha faz do trabalho algo bom demais! (Idosa da UBS, 68 anos)

⁹ De acordo com a Lei 8.112/ 1990, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público de órgãos, autarquias e fundações públicas.

Quadro 14 - Concepções dos idosos do Parque sobre trabalho

Concepções sobre trabalho	Mulheres	Homens
É algo que se faz para se desenvolver enquanto ser humano	1	2
É algo que propicia independência financeira	-	-
É o que fazemos para sobreviver	-	2
É o que fazemos para ocupar o tempo	2	1
É algo que nos permite fazer amigos	3	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Para esses idosos o trabalho é concebido como algo essencial, ligado à: *Autonomia financeira*, principalmente para as mulheres, pois pararam de depender exclusivamente dos maridos; *Identidade*, uma vez que o reconhecimento pessoal e o desenvolvimento enquanto ser humano se dá através do trabalho; *Preenchimento do tempo*, pois o trabalho ocupa a maior parte da vida dos indivíduos; *Meio de Sobrevivência*, embora na velhice exista a possibilidade de ter renda sem precisar trabalhar como no caso da aposentadoria, esta é consideravelmente reduzida em relação aos salários; e *Sociabilidade*, pois, como eles mesmos citaram, fizeram muitos amigos no local de trabalho.

O trabalho relacionado à sobrevivência encontra respaldo em Iamamoto (2007) quando ela afirma que o trabalho é uma atividade que produz e reproduz a vida material. A autora ao parafrasear Marx e Engels, afirma que para viver os homens precisam comer, beber, ter habitação, vestir-se, dentre outras coisas, mas para isso necessitam trabalhar, pois o trabalho é a base para sobrevivência humana.

De acordo com Silva (2004) o trabalho também está relacionado à identidade dos indivíduos na sociedade atual, portanto, o homem constrói sua identidade pessoal com base na identidade profissional.

Mas segundo Teixeira (2008), o trabalho é um fator determinante para sociabilidade humana, haja vista que, a partir da produção de bens materiais, são produzidas e reproduzidas as relações entre os indivíduos.

Desse modo o trabalho é interpretado de diferentes maneiras pelos idosos:

O trabalho é algo muito importante na vida do ser humano porque ajuda a crescer como pessoa, a criar responsabilidades. (Idosa do Parque, 67 anos)

Trabalho é tudo! Fui feliz por trabalhar, pois o trabalho me permitiu fazer muitos amigos (Idosa do Parque, 68 anos).

Trabalho é algo bom, pois a gente não vê o tempo passar, quando a pessoa se aposenta o tempo passa devagar, a gente fica pensando besteira! (Idoso do Parque, 72 anos)

Trabalho é o que a gente faz pra ganhar dinheiro, pra sobreviver. (Idoso da UBS, 82 anos)

As principais razões que impulsionaram a saída dos idosos das UBS do mercado de trabalho foram: saúde debilitada, aposentadoria por tempo de contribuição, e desemprego, como é o caso de uma idosa de 63 anos, técnica de enfermagem que mostra o seu pesar:

Trabalho é a minha vida. Eu sofro muito por estar desempregada, mas os hospitais não dão a vez pra gente de jeito nenhum. A enfermeira fala na cara da gente que prefere ensinar uma jovem sem experiência que a gente de mais idade. (...) Mas as nossas contas de água e luz, e os impostos continuam aí pra gente pagar.

Esse depoimento demonstra o que significa para muitos idosos envelhecer numa sociedade em que a juventude e a produtividade ocupam lugar de destaque.

Os idosos do Parque Municipal apontam que pararam de trabalhar ou compulsoriamente por causa da idade, a pedido dos filhos, ou porque mereciam descanso. Esses dados confirmam que a trajetória de trabalho exerce importante papel para configuração dos diferentes modos de perceber e vivenciar essa fase.

3.4 Situação econômica dos idosos

A trajetória de trabalho é determinante para o acesso à aposentadoria. O direito de aposentar-se é possível através da inscrição na Previdência Social e por meio de contribuições regulares durante a vida profissional, e pode se dar tanto pela idade quanto pelo tempo de contribuição. Mas existe também a possibilidade da contribuição individual (autônomos e empresários). Os quadros abaixo revelam a situação dos idosos entrevistados.

Quadro 15 - Situação econômica dos idosos da UBS

Situação econômica	Mulheres	Homens
Aposentado (a)	1	6
Pensionista	4	-
Não possui fonte de renda	1	-

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 16 - Situação econômica dos idosos do Parque

Situação econômica	Mulheres	Homens
Aposentado (a)	3	6
Pensionista	1	-
Não possui fonte de renda	2	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os homens estão em situação privilegiada se comparado às mulheres no que concerne ao acesso à aposentadoria, pois todos os entrevistados são aposentados. Embora a maioria das idosas entrevistadas tenham trabalhado no mercado formal, o tempo de contribuição não foi suficiente para garantir o acesso a aposentadoria, pois como afirmamos anteriormente, elas também passaram grande parte de sua trajetória exercendo atividades informais.

Dentre as idosas das UBS apenas uma se aposentou, quatro são pensionistas e uma afirma não possuir fonte de renda, sendo, portanto sustentada pelos filhos. Destas, uma afirma nunca ter contribuído para previdência social, três não contribuíram tempo suficiente, uma está desempregada, e apenas uma trabalhou preponderantemente no mercado formal.

Já a situação econômica das idosas do Parque encontra-se da seguinte maneira: três são aposentadas, uma é pensionista e duas afirmam não possuir fonte de renda, uma por ter trabalhado somente no mercado informal e outra por não ter contribuído o tempo mínimo para requerer a aposentadoria, mas são sustentadas pelos filhos.

Segundo Simões (2008), pensão é um benefício pago aos dependentes do segurado a partir da data de seu falecimento. É mais difícil os homens se tornarem pensionistas que as mulheres, primeiramente porque a expectativa de vida delas é maior, segundo porque poucas trabalharam no mercado formal, diferente dos idosos entrevistados, cuja maioria permanece casada e nenhum é pensionista.

Uma questão que merece destaque é o fato de uma idosa de 73 anos da UBS, que nunca trabalhou formalmente, ter aceitado casar somente porque seu esposo tinha a carteira de trabalho assinada, conforme depoimento abaixo:

Eu não gostava dele. Só casei com ele porque ele trabalhava no posto e tinha carteira assinada. Pensei que ele ia morrer logo pra receber pensão, mas demorou mais do que imaginava.

Esse depoimento demonstra que obter a pensão com a morte do marido garantiria certa segurança financeira no futuro, uma vez que sua trajetória de trabalho não possibilitaria o acesso à aposentadoria.

Embora os tipos de atividades exercidas pelos idosos usuários das UBS e os idosos participantes do Parque serem caracterizadas como atividades de pouco prestígio, existe um diferencial em termos de renda¹⁰, como é possível observar nos quadros 17 e 18.

Quadro 17- Renda dos Idosos das UBS

Renda individual	Mulheres	Homens	Total
1 salário mínimo	2	3	5
*2 salários	2	-	2
3 salários	1	2	3
4 salários	-	1	1
Sem renda	1	-	1

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 18 - Renda dos Idosos do Parque

Renda individual	Mulheres	Homens	Total
1 salário mínimo	1	2	3
3 salários	-	1	1
4 salários	-	2	2
*5 salários	2	-	2
*6 salários	1	1	2
Sem renda	2	-	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os idosos usuários das UBS possuem baixa renda como podemos observar através das disposições dos salários: 5 recebem um salário mínimo, 2 recebem dois salários, 3 recebem três salários e apenas 1 recebe cerca de quatro salários. A idosa que não possui

¹⁰ O salário mínimo vigente em 2009 era de R\$ 465,00, e em 2012 é de R\$ 622,00, conforme o Guia Trabalhista.

renda recebe ajuda financeira dos filhos. Vale destacar que o idoso que recebe em torno de quatro salários tem como fonte de renda o aluguel de quitinetes, além da aposentadoria.

Os idosos participantes do Parque possuem melhores condições de sobrevivência, inclusive as mulheres, conforme mostra quadro acima. Na disposição dos salários, seis recebem entre 4 a 6 salários mínimos, três recebem apenas um salário mínimo, e duas idosas não possuem renda.

De acordo com Peixoto (2004) geralmente a renda das mulheres é mais baixa, pois as atividades que desempenharam são menos remuneradas que as dos homens. Entretanto, as que possuem renda elevada são as que recebem pensão pela morte do marido, como é o caso daquelas que trabalharam no setor informal ou não cotizaram tempo suficiente.

Mas vale ressaltar que esses idosos do Parque, de modo geral, inclusive os que recebem apenas um salário e mesmo as idosas que não possuem renda não se encontram em situação financeira considerada ruim, uma vez que a ajuda financeira dos filhos é comum entre eles. Isso possivelmente se deve ao fato de seus familiares possuírem nível superior e boas condições financeiras, como é possível perceber através de seus depoimentos. Já entre os idosos das UBS, apenas uma afirma receber ajuda dos filhos, os demais assinalaram o quanto a sua família depende deles para se manter.

Nenhum dos idosos participantes do Parque Municipal trabalham atualmente, apenas três afirmam ter trabalhado um rápido período depois de aposentado, por conta própria, mas pararam. Dentre os idosos das UBS um afirma que faz “bico” de açougueiro para complementar a renda e para evitar conflitos com a esposa, uma vez que sua presença constante no lar afetou a dinâmica familiar, e uma idosa que produz artesanato, os demais demonstraram dificuldades de reingressar devido à idade.

Salvador (2005) afirma que em momentos de crise no mercado de trabalho seria necessário a definição de valores dignos de aposentadoria, de forma que os aposentados não necessitassem voltar a trabalhar para complementar a renda, e também a criação de critérios menos rígidos para acesso ao benefício.

Independente da camada social da qual esses idosos fazem parte eles demandam respostas contundentes do Estado no que concerne à garantia de acesso e aos respectivos valores das aposentadorias. Mesmo os da chamada *terceira idade*, que é sinônimo de uma velhice ativa e bem-sucedida, são “convidados” a se retirar da vida produtiva com o avançar da idade, entretanto, também precisam ter renda para se manter.

Entretanto, Simões (2008, p. 26) indaga se “ainda é justo e moral que a sociedade e o Estado arquem com a responsabilidade de assegurar a existência dos mais velhos?”, principalmente diante dos recursos disponíveis para os indivíduos se prepararem para viver essa fase de forma plena.

Essa concepção mostra de forma clara a responsabilização individual da velhice, desconsiderando as contradições imbuídas no descarte da mão-de-obra envelhecida.

É válido lembrar que uma categoria social se legitima “incomodando”. Mas como os aposentados poderão fazer isso se não possuem poder de pressão, por não constituírem “perigo para ordem social”? (HAREVEN, 1999, p. 20)

Simões (2008) assinala que a principal estratégia dos aposentados para conquistarem o reajuste e a reposição dos valores subtraídos dos seus benefícios foram as lutas judiciais. Segundo esse autor, as vitórias nesses embates estimularam a mobilização dos aposentados.

Entretanto, vale ressaltar que os idosos que participam desses movimentos organizados e adensam essas reivindicações geralmente são pessoas com altos níveis educacionais. Mas é necessário que os idosos das camadas subalternas também participem, para isso a instrumentalização desses sujeitos é fundamental.

A realidade desses idosos anuncia os desafios societários engendrados pelo fortalecimento do modelo econômico vigente, que propõe o corte dos gastos sociais, aumento do desemprego, principalmente entre os idosos, desregulamentação de direitos sociais, e trabalhistas, entre eles, os garantidos na Seguridade Social.

3.5 Condições de saúde dos idosos

As doenças crônico-degenerativas representam grande parte das enfermidades que acometem os idosos. O aparecimento delas pode estar relacionado ao estilo de vida como alimentação, sedentarismo, etilismo, consumo de tabaco, dentre outros, mas também pode ter origem nos tipos de trabalhos que os idosos exerceram, como é o caso de idosos que praticaram atividades que exigiam grande esforço físico, ou que trabalharam em ambientes insalubres (MELO, 2009).

Os idosos de ambas as pesquisas revelam que não cuidavam da saúde quando eram jovens, pois se consideravam extremamente saudáveis. Também não cuidavam da alimentação, poucos afirmam que praticavam algum tipo de atividade física, e alguns

relatam que possuíam hábitos nocivos à saúde como o consumo de álcool e tabaco, mas que atualmente não fazem mais devido ao aparecimento de doenças.

A hipertensão, a diabete, as doenças reumáticas e a osteoporose são os principais agravos manifestados pelos idosos participantes das pesquisas, conforme quadros a seguir.

Quadro 19 – Principais agravos acometidos aos idosos das UBS

Principais agravos	Mulheres	Homens	Total
Hipertensão	3	4	7
Diabete	1	1	2
Reumatismo	-	1	1
Colesterol alto	-	-	-
Osteoporose	3	-	3
Gastrite	1	-	1
Nenhuma doença	-	1	1

Fonte: Melo, 2009.

Quadro 20 - Principais agravos acometidos aos idosos do Parque

Principais agravos	Mulheres	Homens	Total
Hipertensão	2	4	6
Diabete	2	3	5
Reumatismo	3	-	3
Colesterol alto	-	1	1
Osteoporose	1	-	1
Gastrite	1	-	1
Nenhuma doença	1	-	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

É possível notar que a incidência de “pressão alta” como é popularmente conhecida a hipertensão é recorrente entre os idosos. Não se sabe qual é sua causa, mas alguns fatores de risco já foram identificados. Um dos principais é a hereditariedade, outros fatores relacionados são a obesidade, o consumo excessivo de álcool e tabaco, o estresse e a alimentação com muito sal¹¹.

¹¹ www.mdsaude.com

O diabetes, outra doença recorrente entre os idosos entrevistados, provoca altas taxas de açúcar no sangue, causada pela falta ou má absorção da insulina. É multifatorial pela existência de diversos fatores implicados em sua patogênese¹².

O reumatismo é um termo usado para designar um grupo de doenças que afeta as articulações, músculos e esqueleto, caracterizado por dor e restrição do movimento. Portanto, reumatismo não se refere a nenhuma doença específica e sim a um conjunto de doenças com as características acima citadas.

Entretanto, a presença dessas doenças não impede os idosos de viverem de forma independente, desde que devidamente tratadas. Por isso é necessário investir nos serviços de saúde e em ações que visem à qualidade de vida dos idosos, de maneira que tenham suas atividades menos afetadas por doenças crônicas.

Dentre os idosos entrevistados apenas dois relatam não possuírem nenhuma doença, mas afirmam fazer uso dos serviços médicos regularmente como forma de prevenção.

Vale destacar que dos 12 idosos entrevistados nas UBS, dois possuem plano de saúde privado. Apesar disso utilizam os serviços públicos de saúde das unidades básicas para participar do Programa Hiperdia, e poder pegar os remédios de uso continuado.

Dentre os 12 participantes do Parque 7 afirmam não utilizar o SUS, conforme depoimento abaixo:

O SUS eu devo deixar pra quem não tem condições. Como eu tenho, seria uma a mais na fila pra tomar a vaga de quem realmente precisa. (Idosa do Parque, 70 anos).

Esse depoimento retrata bem a situação da saúde em nosso país. Os idosos deparam-se com filas gigantescas a espera de um serviço, além da falta de profissionais e equipamentos. Por isso, aqueles que têm condições buscam adquirir serviços de melhor qualidade por meio do setor privado, e os que não têm poder aquisitivo ficam à mercê da “ajuda” do Estado e seus poucos serviços.

Apesar de os idosos do Parque do Idoso serem acometidos por doenças crônicas, pode-se afirmar que estão em razoáveis condições de saúde, haja vista que estão em pleno domínio de sua capacidade funcional. Já os idosos das UBS consideram-se mais debilitados por essas doenças.

¹² www.mdsaude.com

Segundo os depoentes do Parque Municipal a participação das atividades oferecidas, o convívio social e a ocupação do tempo melhoraram sua saúde física e psicológica.

3.6 Como os idosos de Manaus vivenciam essa fase da vida?

Fazer essa comparação entre os idosos usuários das UBS e os participantes do Parque Municipal permite visualizar diferentes modos de envelhecer em Manaus. Como assinalado no decorrer desse estudo as condições de envelhecimento são determinadas por múltiplos fatores, além de ser um fenômeno heterogêneo, pois varia de acordo com o gênero e a camada social da qual os idosos fazem parte.

Mas pudemos observar nessa pesquisa, que não existe muita discrepância entre os níveis educacionais e mesmo entre as atividades que eles exerceram. A diferença está no acesso ao mercado formal, por conseguinte na renda, e no modo de perceber e vivenciar a velhice. Certamente a participação em grupos de convivência para terceira idade de fato estabelece novas percepções nos idosos sobre corpo, velhice, aposentadoria, dentre outras questões.

Retomando a definição de velhice segundo Beauvoir (1990) como um fenômeno complexo e com determinações biopsicossociais é possível perceber o quanto as condições socioeconômicas, de saúde e psicológicas interferem nos modos de viver e perceber essa fase da vida.

Vimos que embora não exista discrepância entre as atividades desenvolvidas pelos idosos das UBS e os idosos do Parque Municipal, estes últimos tiveram acesso a melhores condições salariais e maior acesso à aposentadoria, fatores que contribuem para melhores condições de vida na velhice.

A família aparece para ambos os grupos pesquisados como suporte emocional e financeiro. É possível verificar a relação de ajuda mútua entre pais e filhos, mesmo entre aqueles que não residem na mesma unidade doméstica. Mas é importante ressaltar, que os idosos das UBS, que possuem condições de renda menos favorável são os que mais ajudam seus filhos e netos, e os idosos do Parque que encontram-se em uma situação financeira mais satisfatória são os que mais recebem ajuda de seus filhos.

Apesar de os idosos das duas pesquisas apresentarem doenças crônicas, estas, na maior parte dos casos, não os impedem de experimentar um envelhecimento independente e autônomo.

Quando indagados acerca de sua alimentação é possível constatar nos depoimentos dos idosos das UBS pouco cuidado ou atenção com essa questão, apenas os que possuem recomendações médicas procuram alimentar-se de modo saudável. Os idosos do Parque em sua maioria afirmam controlar a alimentação por precaução e prevenção, mas existem aqueles que não se preocupam com isso.

No que concerne ao meio de transporte que os idosos utilizam, apenas um idoso das UBS afirma possuir carro próprio, os demais dependem do transporte público ou da ajuda de familiares. Dentre os idosos do Parque Municipal seis afirmam ter carro próprio, três afirmam receber carona de filhos, e três utilizam ônibus para se locomover. Inclusive um idoso do Parque expressa grande alegria ao afirmar que no dia do seu aniversário seus filhos o presentearam com um carro novo.

Essas diferenças socioeconômicas referidas acima interferem nas condições de vida desses idosos, e também na ocupação saudável do tempo livre e na percepção sobre a velhice.

A saída do emprego significou uma grande ruptura para maioria dos idosos entrevistados, principalmente para os homens. De acordo com Quaresma (2008) isso ocorre porque os indivíduos, em sua maioria, não são preparados para essa fase da vida, não projetam o futuro e nem investem em novas formas de participação social.

Essa autora assinala que o modo como se vive o processo de envelhecimento resulta de capitais culturais e econômicos que notadamente interferem nas expectativas futuras e na forma de ocupar o tempo.

Certamente falar sobre envelhecimento leva a pensar sobre a questão do tempo. A própria velhice remete à ideia de passagem do tempo, do tempo que não volta mais, como será o tempo futuro, o que se deve fazer no tempo livre.

De acordo com Medeiros (2003, p. 187), “A vida não é apenas uma sucessão de eventos (...), o futuro é construído do nosso passado e do nosso presente”. Essa autora destaca que a vida possui dois tempos: O cronos e o kairós. O cronos está relacionado ao tempo externo, cronológico, marcado por datas e eventos, já o Kairós diz respeito à construção das experiências individuais, ao tempo subjetivo.

Diante disso, é interessante destacar outro diferencial entre os idosos de ambas as pesquisas, enquanto os idosos das UBS retratam tempos passados, ao tecer lembranças de “quando eu era”, “eu fazia”, os idosos participantes do Parque do Idoso vislumbram um amanhã com realizações de projetos, vivem o tempo presente com perspectiva de futuro.

Por isso buscamos detectar como os idosos se sentiram ao parar de trabalhar e como ocupam o tempo, uma vez que o trabalho ocupou grande parte do tempo de suas vidas. O quadro abaixo revela como esses idosos se sentiram diante da perda do papel de trabalhador.

Quadro 21 – Sentimentos mais frequentes na ruptura com o trabalho

Como se sentiram ao parar de trabalhar				
Principais sentimentos	Mulheres		Homens	
	UBS	Parque	UBS	Parque
Inútil	-	-	3	2
Ocioso (a)	1	1	3	-
Solitário (a)	-	1	-	-
Depressivo (a)	2	2	-	2
Se sentiu bem	2	-	-	2
Se sentiu adoecendo	1	1	-	-

Fonte: Melo, 2009 / 2012.

Apenas quatro idosos afirmam não ter sofrido tanto ao parar de trabalhar, as mulheres por desempenharem o papel de donas de casa, o que propicia a sensação de utilidade e pertencimento, e os homens por sentirem-se cansados da rotina de trabalho diária, e viam nessa nova fase a possibilidade de merecido descanso.

Vale lembrar que apenas um idoso da UBS afirma que esporadicamente “faz bico” para fugir da ociosidade, e para evitar conflitos com sua esposa, uma vez que sente que o ambiente doméstico é preponderantemente feminino. Os demais idosos afirmam não exercer nenhuma atividade remunerada.

Zanelli e Silva (1996) apontam que nos primeiros anos de aposentadoria, período de maior permanência no lar, a incidência de suicídios, separações conjugais e aparecimento de doenças aumenta. E ratificam que esse novo momento da vida dos trabalhadores pode potencializar desajustes em diversas esferas da vida pessoal, como é o caso do idoso acima citado.

Os depoimentos abaixo clarificam o modo como esses idosos se sentiram ao parar de trabalhar:

Quando a gente se aposenta a gente fica vendo avião sabe...a gente começa a ficar estressado, com vontade de chorar. Dá uma depressão, uma tristeza muito grande. (Idoso, 68 anos, Parque do Idoso)

Me sentia muito inútil. Quando a gente trabalha a gente sai de manhã e só volta à noite, quando a gente pára não tem mais nada pra fazer. (Idoso, 72 anos, Parque do Idoso).

A pessoa quando trabalha 29 anos seguidos já tá cansada, exausta, quer mesmo é descansar. (Idoso, 69 anos, Parque do Idoso).

Eu me senti solitária porque eu não tinha mais aquela convivência com as pessoas, a gente fica isolado. (Idosa do parque, 67 anos)

A ociosidade faz a gente pensar besteira, ficar depressiva, a gente adocece. (Idosa 68 anos, UBS)

Não gosto de ficar vendo o tempo passar. Queria voltar a trabalhar, mas não dão mais oportunidade nessa idade. (Idoso, 70 anos, UBS).

Tanto para os idosos pobres quanto para os idosos das camadas mais abastadas a ruptura com o trabalho representa implicações para identidade pessoal e social, pois segundo Zanelli e Silva (1996, p. 31) “a pessoa é reconhecida socialmente pelas atividades que desempenha, o desligamento do trabalho, na transição da aposentadoria, afeta a identidade pessoal”.

Nos depoimentos dos idosos do Parque Municipal os sentimentos negativos foram sentidos assim que houve o desligamento do trabalho, mas eles afirmam que com o passar do tempo e com a participação nas atividades realizadas no parque esses sentimentos foram perdendo espaço.

É possível notar, que no Parque Municipal participam idosos de várias zonas da cidade e de diferentes camadas. Mas o perfil majoritário é de idosos das camadas mais abastadas. São idosos que entram e saem com seus carros próprios – muitos deles são importados -, ou são deixados pelos filhos, mas todos em busca do mesmo objetivo: a socialização e a ocupação do tempo livre.

É interessante ressaltar que embora sejam idosos que possuem bons rendimentos procuram um espaço público, com boa infraestrutura, e que oferece uma gama de atividades, em busca de novos significados para essa fase da vida.

Teixeira (2008) faz uma crítica ao assinalar que esses espaços reforçam a cultura privacionista no trato do envelhecimento e dissimulam as necessidades humanas nessa fase da vida. Ela aponta ainda que essas instituições foram decisivas para disseminação do termo “terceira idade”, ao difundirem modernas imagens sobre a velhice, mas não valorizando a pessoa idosa e sim reafirmando o valor da juventude.

Mas não há como negar que essas instituições trazem grandes benefícios aos idosos, tanto física, quanto psicologicamente.

Eu vim pra cá numa depressão... eu tava velha e acabada, mas aqui eu renovei uns 10 anos. Hoje eu me sinto jovem. Minhas fotos de antes

mostram o quanto o parque me fez bem. O dia que não posso vir já sinto muita falta. (Idosa do Parque, 70 anos)

Debert (1999) revela que nesses espaços existe uma negação da velhice. De fato, se observarmos os depoimentos dos idosos do Parque Municipal, eles não se consideram nem se sentem idosos, afirmam que são da terceira idade. A velhice para eles está intimamente relacionada à dependência física e a etapa que precede a morte, enquanto eles são saudáveis e têm perspectivas para o futuro. As declarações abaixo clarificam essa questão:

Eu tenho tanto medo de ficar toda enrugadinha. Tenho medo da velhice, da morte. (...) Eu sou da terceira idade. Tô na fase de me divertir, viajar, fazer amizades. Agora que eu to vivendo porque quando eu era nova não podia sair de casa, nem dançar, agora eu sou livre. (Idosa, 64 anos, Parque do Idoso).

Velhice é quando não se pode mais fazer planos porque a morte pode chegar. É quando perde o trabalho e a saúde. (Idoso, 72 nos, Parque do Idoso).

A velhice está ligada à experiência. Mas é algo que não existe, foi apenas uma palavra que criaram pra falar dessa fase da vida (...) mas eu sou da terceira idade porque ainda tenho capacidade pra fazer o que um jovem faz. (Idoso, 69 anos, Parque do Idoso).

Eu não sou velha. Ainda tenho saúde, tenho força. (Idosa, 68 anos, Parque do Idoso).

Na velhice a pessoa vai definhando. Não quero nunca ficar assim. (Idosa, 68 anos, Parque do Idoso).

Velhice é uma coisa boa, pois da pra aproveitar a vida, coisa que não fazia antes. Não dependo fisicamente da ajuda de ninguém. (Idoso, 68 anos, Parque do Idoso).

É nítida diferença entre as idosas participantes do Parque e as idosas usuárias das UBS. Enquanto as primeiras são extrovertidas e vaidosas - utilizam acessórios, bijuterias, maquiagem-, as idosas das unidades de saúde são mais reservadas.

De acordo com Melo (2009), os idosos das UBS, em sua maioria, percebem a velhice como algo negativo. As considerações feitas pelos idosos que veem o envelhecimento como um fator negativo estão intrinsecamente relacionadas às doenças crônicas, ao preconceito, à incapacidade para o trabalho e às mudanças na aparência, como: cabelo branco, pele enrugada etc.

Não gosto dessa idade, pois as pessoas não respeitam, me sinto constrangida com a idade, com minha aparência (Idosa, 68 anos, UBS).

É muito ruim ficar velho, a gente perde o vigor, a saúde. E uma pessoa sem saúde não vale nada. (Idoso, 85 anos, UBS).

Ser velha é ruim porque não posso mais trabalhar... vivo doente. A aposentadoria mal dá pra pagar os remédios né?! Quando a gente é jovem tem força, é sadio. (Idosa, 65 anos, UBS).

Tenho que me conformar né?! Sinto falta de trabalhar, mas não tenho mais saúde pra isso! Não estou feliz não! Aparece muita coisa ruim, tudo dói! (Idoso, 73 anos, UBS).

Eu prefiro agora, quando era mais moça tinha que cuidar dos filhos, da casa... Agora, não, já estão todos criados. Hoje posso sair, me sinto livre agora!.(Idosa, 64 anos, UBS)

Sinceramente, sou feliz sendo velho. Não pago ônibus, tenho um monte de direitos e ainda tenho força pra brincar, dançar. Às vezes dói aqui, dói acolá... Mas é uma fase boa sim! (Idoso, 67 anos, UBS)

Segundo os idosos entrevistados, o envelhecimento possui aspectos positivos e negativos. De fato, o envelhecimento acarreta diversas mudanças, sejam nas relações sociais, no corpo, na mente, no modo de viver. Os aspectos positivos estão relacionados à liberdade, aos direitos conquistados, aos espaços de lazer.

Mas majoritariamente para esses idosos, velhice está relacionada à decrepitude e dependência. Por isso os idosos que mesmo apresentando algumas doenças crônicas, se estas não os debilitam, eles não se consideram idosos.

Berzins (2003, p.37) constata a dificuldade de pensar a velhice dissociada dos “*déficits*”, e assinala que envelhecer de forma saudável, independente e ativa é atípico, e que por isso a sociedade prefere ver esses idosos como “pessoas que nunca envelhecem”.

Essa pesquisa revela que é possível viver essa fase de forma ativa e saudável. O Parque do Idoso aparece como uma solução ao ócio, à solidão, à ocupação do tempo e da mente, a melhor percepção de si e da velhice. É comum ver idosos planejando viagens em grupo, encontros, festas.

O Parque do Idoso ocupa inegável espaço na vida cotidiana desses idosos. Existem aqueles que participam todos os dias e nos dois turnos das atividades oferecidas nessa instituição. Muitos vêm pela manhã, e voltam para suas casas somente no fim da tarde. Portanto, apesar de darem valor a outras atividades como as domésticas por exemplo, é a participação nas atividades do Parque que preenchem melhor e de forma mais significativa o tempo.

Os idosos das UBS que não participam de nenhum centro ou grupo de convivência ocupam o tempo: cuidando dos netos, fazendo palavras cruzadas, assistindo televisão, realizando trabalhos manuais, cuidando das atividades domésticas.

É interessante ressaltar que quando indagados se gostariam de voltar a trabalhar os idosos do parque responderam preponderantemente que não, já os idosos das UBS afirmaram que gostariam, mas que não o fazem por falta de oportunidade, ou devido à saúde.

Nessa fase da vida, em que não é tão clara a função social que se deve desempenhar, e onde o tempo que antes era escasso agora sobra, percebemos através das falas dos idosos que as questões cotidianamente simples são atribuídos grandes significados, como um abraço, uma conversa, as amizades, algum afazer que lhe é incumbido.

Na minha idade ter amizade é muito importante, as reuniões familiares são mais valorizadas, o abraço de um neto 'vovozinha, como a senhora está?'. Aqui no parque é bom, pois temos muito isso. Desde a entrada você já vem dando bom dia, sorrindo pra todo mundo, é a professora que te beija (...) isso é muito bom na nossa idade. (Idosa, 67 anos, Parque do Idoso).

As principais dificuldades cotidianas assinaladas pelos idosos é o preconceito e a falta de respeito com as pessoas de idade mais avançada nas filas de banco, nos ônibus. Apesar de os idosos de ambas as pesquisas estarem inseridos em espaços públicos, poucos conhecem ou já ouviram falar do Estatuto do Idoso ou das leis que os amparam. A crítica vai aos profissionais que não informam e instrumentalizam os idosos para exercerem seus direitos.

Para uns a velhice é vista de modo positivo. Os que assim a consideram são os que possuem melhores condições de saúde e vida, e encontraram nessa fase a possibilidade do descanso e de novas realizações. Os que percebem essa fase de forma negativa geralmente são os mais debilitados por doenças crônicas, que possuem baixos rendimentos e que não se adaptaram facilmente as mudanças que a velhice acarreta, entre elas, o excesso de tempo livre.

Teixeira (2008, p. 66) aponta que para estes:

Estar fora do trabalho é estar fora da vida, excluído das condições de reprodução social e, no caso do envelhecimento do trabalhador, do mundo público, das relações sociais, condição que implica desvalorização social por não contribuir para riqueza social e para a reprodução biológica e social.

Por isso, para que a velhice seja vivenciada de forma ativa e saudável tanto física quanto psicologicamente, sugerimos:

- ✓ Inserir na educação primária disciplina voltada para cidadania que abarque a questão do envelhecimento e suas implicações, de modo que supere os preconceitos com essa fase da vida;
- ✓ Realização de ações com a população jovem/adolescente de educação em saúde, visando um envelhecimento saudável no futuro.
- ✓ Preparação para aposentadoria, com antecedência mínima de dois anos, através de estímulo a novos projetos de vida.
- ✓ Construção de mais espaços de lazer com boa infraestrutura em diferentes zonas da cidade.
- ✓ Ampliar o acesso à educação para população idosa.
- ✓ Capacitar profissionais no trato aos idosos de modo que favoreça a participação política desses sujeitos

Em suma, existem diferentes modos de envelhecer e o trabalho e o trabalho pode ser decisivo na configuração das diferentes velhices. Tanto as atividades que exerceram, o mercado em que estiveram inseridos, como o prestígio que o indivíduo possui com as atividades desenvolvidas e a importância que este papel desempenha em sua vida influencia sobremaneira a forma de enfrentar o tempo de ruptura. As condições de vida destes idosos são resultados de suas vivências pessoais e da história da cidadania da sociedade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no decorrer deste estudo que o número de idosos no país está aumentando e estatísticas apontam que nos próximos anos será ainda maior. A população não se dá conta que envelhecerá, por isso não toma nenhuma precaução ou cuidado de forma a garantir uma velhice satisfatória e saudável no futuro.

A questão do envelhecimento populacional atinge a todos. A cada dia nos deparamos com mais pessoas idosas, sejam em nossas famílias ou nas ruas de Manaus, entretanto, ainda se sabe poucos sobre elas. As mudanças se dão em seus corpos, espíritos, na observação da sociedade que está em sua volta, e também nas demandas que essa fase da vida impõe.

Mas atualmente ainda existem muitos estigmas relacionados à velhice, pois as pessoas não se dão conta que a menos que morram, também serão idosas um dia. Mas de que forma vivenciarão esta fase da vida?

Para romper com os estereótipos associados ao envelhecimento é necessário respeitar os idosos como sujeitos, levando em consideração suas trajetórias de vida e buscando espaços para o exercício de sua cidadania, pois, envelhecer com dignidade é uma responsabilidade do Estado, da sociedade e da família.

Este trabalho além de analisar as condições atuais de envelhecimento em Manaus a luz da trajetória de trabalho que os idosos seguiram, também buscou sinalizar necessárias mudanças nas formas de viver e de responder às demandas inerentes à velhice.

O principal questionamento desse estudo foi: o que é necessário para vivenciar a velhice de forma plena? Acreditamos que o bem-estar depende de diversas áreas como social, familiar, financeira, saúde, ambiente, lazer etc. É aí que o Estado entra no intuito de criar ações e serviços que respondam satisfatoriamente as necessidades da população idosa.

Traçar um paralelo entre as duas pesquisas foi importante para propiciar a compreensão da realidade vivenciada pelos idosos em Manaus, em tempo e *locus* diferentes. Desse modo para compreender as condições de envelhecimento desses idosos buscamos analisar a dinâmica dessas áreas mencionadas acima, uma vez que interferem na forma de vivenciar a velhice.

A trajetória de trabalho é determinante para as condições de envelhecimento dos trabalhadores. Os sujeitos que tiveram acesso às melhores condições de educação também tiveram sua vida produtiva mais satisfatória, por conseguinte, um envelhecimento mais ativo, saudável e uma melhor percepção sobre essa fase.

Foi possível verificar diferenciais de gênero, em que os homens encontram-se em situação privilegiada se comparados às mulheres, uma vez que estes tiveram maiores índices educacionais, melhores condições de trabalho e renda e maior acesso a aposentadoria. Entretanto, uma vantagem das mulheres em relação aos homens, é que no momento de ruptura com o trabalho elas adaptaram-se melhor ao ambiente doméstico.

O trabalho de fato representou importante papel para esses idosos, as principais concepções sobre ele estão relacionadas à *identidade*, meio de *sobrevivência*, *preenchimento do tempo* e *sociabilidade*.

Por isso acreditamos ser imprescindível uma preparação prévia para a aposentadoria, de modo que estes trabalhadores possam desfrutar no momento da transição de novos projetos, empreendimentos, novas possibilidades, ou mesmo de lazer, mas de forma que se sintam satisfeitos, e que não seja uma ruptura brusca.

Daí a importância do Parque do Idoso, uma vez que o afastamento do mercado de trabalho tem um grande impacto na vida de qualquer trabalhador. A participação dos idosos nas atividades oferecidas, além de propiciar ocupação saudável do tempo, fortalecimento dos laços sociais traz inúmeros benefícios para a saúde física e emocional deles.

Entretanto, instituições com esse caráter, por ser um espaço privilegiado que oferece serviços aos idosos, deveriam realizar amplas ações para informar e instrumentalizar esses sujeitos para exercerem seus direitos, pois poucos afirmam já ter ouvido falar do Estatuto do Idoso ou das leis que os beneficiam, a não ser a gratuidade no transporte público e preferência em filas.

Apesar de instituições de lazer trazerem inúmeros benefícios aos idosos, não deve ser o único meio para tentar ressignificar as mudanças que a velhice implica. Para esses espaços não se tornarem uma forma de enquadrar, ou isolar esses idosos da sociedade deveriam também promover a intergeracionalidade, ou seja a reciprocidade entre diferentes gerações, o que poderia também contribuir para diminuição do preconceito com a pessoa envelhecida.

No que concerne ao papel da família para esses idosos, embora essa pesquisa tenha apontado uma diversidade de arranjos familiares, com grande índice de co-residência, o vínculo familiar e o mútuo suporte financeiro aparece como realidade para eles.

As percepções que os depoentes têm sobre o envelhecimento indicaram três aspectos: primeiro que alguns o veem como um fator positivo, outros como um fator negativo, mas existem aqueles que não se consideram velhos. Essas percepções sobre o envelhecimento ratificam que ele é processo comum aos indivíduos, mas seus significados variam de acordo com a vivência de cada um.

Os entrevistados que não se consideram “velhos” são os que participam do Parque do Idoso. Para eles, a identidade de velho foi inteiramente rejeitada, mesmo com a incidência de doenças, eles afirmam ter “espírito jovem” e possuir muitas coisas ainda para realizar.

Os principais fatores que fazem do envelhecimento algo positivo são os direitos conquistados e a liberdade adquirida, principalmente para as mulheres, pois relataram que tinham maridos muito ciumentos, que as proibiam de trabalhar fora, de ter amigos, e agora viúvas podem sair, se divertir.

Os idosos que percebem o envelhecimento como um fator negativo são os que enfrentam dificuldades financeiras, não possuem um vida ativa, sofrem com a presença de doenças crônicas, com o preconceito, e que sentem as mudanças na aparência, como: cabelo branco, pele enrugada etc.

Por isso acreditamos que se torna premente trabalhar com os jovens e adolescentes de hoje para a aderência de novos padrões de comportamento, adotando desde já ações que promovam uma nova percepção sobre a vida, envelhecimento e saúde, visando uma velhice menos estigmatizada, mais ativa e menos debilitada por doenças crônicas.

Mas também requeremos respostas mais contundentes por parte do Estado às demandas deste estrato populacional. Afinal, o envelhecimento é um desafio para quem o vivencia, mas também para o poder público. O aumento do número de idosos pressiona o sistema de saúde e o sistema previdenciário, que por sua vez precisa sustentar cada vez mais aposentados e por maior tempo, situação que se agrava diante do aumento do desemprego e emprego informal, por conseguinte da diminuição das contribuições.

Além da seguridade social, os idosos, independente da camada da qual fazem parte, também carecem de respostas nas áreas da educação, transporte público, lazer, segurança, dentre outros.

Embora os idosos requeiram grandes investimentos em políticas sociais, consideradas sem retorno, e sejam culpabilizados como um segmento oneroso, vemos o forte comparecimento de recursos públicos para salvar o capital quando este entra em colapso. Então reforçamos a questão da velhice como de ordem pública, pois esses idosos são cidadãos que já contribuíram com as riquezas desse país.

Em outros termos, reconhecemos o impacto do envelhecimento para as políticas sociais, principalmente da Seguridade Social. O que não admitimos é o repasse de verbas públicas para salvar o capital enquanto milhares de brasileiros não dispõem de boas condições de vida e saúde.

Com as mudanças no mundo do trabalho, com o advento da revolução informacional e de transportes, a máxima do momento é a velocidade, onde devemos conciliar as obrigações e a correria do dia-a-dia. E quando você não se enquadra ou não consegue realizar uma gama de atividades em tempo hábil surgem o stress, a depressão – questões recorrentes nos tempos modernos.

É nesse mundo “fast food”, em que a alimentação é rápida, as relações são rápidas, as pessoas sempre muito apressadas, preocupadas com a “eterna juventude”, com a beleza física, com a conta bancária, envolvidas com a tecnologia, com relacionamentos *on line*, é que nossos idosos estão inseridos, mas será que estão incluídos? Que mundo é esse em que coisas valem mais que pessoas?

Vimos que as condições subjetivas, materiais e de sobrevivência da população idosa são diversas. Portanto, apesar das perdas e limitações que o envelhecimento traz é necessário destacar que é possível vivenciar uma velhice ativa e digna, com novas possibilidades na luta contra o isolamento, ociosidade e solidão.

Não foi objetivo desse trabalho oferecer todas as repostas inerentes ao objeto de estudo em questão. Ao contrário, o intuito foi instigar a discussão por meio de perguntas pertinentes que se impõem em face do envelhecimento populacional.

Esse trabalho tem a função social não apenas de mostrar como vivem os idosos em Manaus atualmente, mas trazer a tona reflexões de como viverão no futuro. O que os jovens e o poder público estão fazendo para garantir um envelhecimento bem-sucedido? Sabemos que o envelhecimento populacional é uma questão de ordem pública, mas é também uma experiência individual, resultado das experiências pessoais.

A importância desse estudo se dá uma vez que o conhecimento da realidade na qual esses idosos estão inseridos permite desvendar algumas de suas necessidades, uma vez que compreendê-la é o primeiro passo para transformá-la.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Lins de. Envelhecimento ativo: desafio do século. São Paulo: Andreoli, 2008.

ALMEIDA, Vera Lucia Valsecchi de. Modernidade e velhice. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento. Ano XXIV N°75. p. 35-54. São Paulo: Cortez, 2003.

AMMANN, Safira Bezerra. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Mínimos Sociais e Exclusão Social. Ano XVIII. N°55, Editora: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

BENAION, Noval. Subordinação Reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista a ser celebrada. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento. Ano XXIV N°75, Editora: Cortez, 2003.

BIASOLI-ALVES, Zelia Maria Mendes; **MOREIRA**, Lucia Vaz de Campos (org). Repensando as questões da tolerância e dos direitos humanos vinculados a família. In: Família, subjetividades e vínculo. São Paulo: UFBa, 2007.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar. Petrópolis, Vozes, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete. Prefácio. In: Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas/ Orgs. BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. SP: Cortez, 2008.

BRASIL, 2006. Portaria n° 648, de 28 de Março de 2006, do Ministério de Estado da Saúde.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 / Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 45 ed. Atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. LEI N° 10.741, de 1° de outubro de 2003 – Dispõe do Estatuto do Idoso.

_____. Portaria 1.395/GM em 10 de dezembro de 1990 – Política Nacional de Saúde do Idoso.

_____. Portaria N°. 648, de 28 de março de 2006 - Política Nacional de Atenção Básica.

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento. Ano XXIV N°75, Editora: Cortez, 2003.

CALDAS, Célia Pereira. Preparação para uma aposentadoria ativa. In: Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade. BARROS JUNIOR, Juarez Correia. 1. Ed. São Paulo: Edicon, 2009.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. In: Clóvis Cavalcanti (org.)- Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema a esta obra coletiva- São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice*: socialização e processos e reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DOLL, Johannes. Educação, cultura e lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. In: Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. NERI, Anita Liberalesso et al. (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, edições SESC SP, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade. In: Serviço Social 13: Revista do Programa de Pós Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Vol. 1, n. 1 (1 semestre). Brasília: UNB, 2003.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. In: Revista em Pauta "trabalho e sujeitos políticos" n.o 20 , São Paulo: Cortez, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. NERI, Anita Liberalesso (org.) Campinas, SP: Papirus, 2001.

HAREVEN, Tamara k. Novas imagens do envelhecimento e a construção do curso da vida. In: Caderno Pagu. Genero em gerações. DEBERT, Guita (org.) Campinas, SP: Pagu, 1999.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 11° ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 15/09/2011.

LEMOS, Viviam C. Herrero. O valor da atividade não remunerada realizada por pessoas maiores de sessenta anos. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento. Ano XXIV N°75, Editora: Cortez, 2003.

LOJKINE, J. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Carlos Alberto da Costa; **OLIVEIRA JUNIOR**, Aristides da Rocha; **COSTA**, Francisco de Assis; **SANTANA**, Antonio Cordeiro de. Metamorfoses do Modelo Zona Franca de Manaus: Desafios à pesquisa e ao planejamento do desenvolvimento regional. In: Políticas públicas e diversidade cultural / Org. Elenise Scherer e José Oliveira. RJ: Goiamond, 2006.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo, Grijalbo, 1977.

MEDEIROS, Suzana A. Rocha. Como pensar a vida. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento. Ano XXIV N°75, Editora: Cortez, 2003.

MELO, Nathalie Santana de. Trajetória de trabalho e condições de saúde dos idosos usuários das unidades básicas da zona sul de Manaus. Trabalho de Iniciação Científica (PIBIC), UFAM, 2009.

MELO, Nathalie Santana de; **MAIA**, Danielle B. Reflexões sobre a condição de saúde do idoso e suas demandas aos serviços de saúde no nível da atenção básica em tempos neoliberais na realidade de Manaus. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2010.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; **COIMBRA JR**, Carlos E. A. Entre a liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: Antropologia, saúde e envelhecimento. RJ: Fiocruz, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4° ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

MORAGAS, Ricardo Moragas. Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

MOTTA, Alda Brito de. Terceira idade: gênero, classe social e moda teórica. In: Ritos, mitos e fatos: mulheres, gênero. Bahia, Salvador: IFCH/UFBa, 1997.

NERI, Anita Liberalesso. Feminização da velhice. In: Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. NERI, Anita Liberalesso et al. (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, edições SESC SP, 2007.

NETTO, José Paulo; **BRAZ**, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PATROCINIO, Wanda Pereira; **GOHN**, Maria da Glória. Reinserção dos idosos no mundo da vida e no mundo do trabalho: algumas possibilidades. In: Velhice e diferenças na vida contemporânea. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de, et al (orgs). Campinas, SP: Alínea, 2006.

PEIXOTO, Clarice (org.). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: *Velhice ou Terceira Idade*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINHEIRO, Jose Elias Soares; **FREITAS**, Elizabete Viana. Promoção da Saúde. In: *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. PY, Ligia et al (orgs). Holambra, SP: Edit. Setembro, 2006.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio / Amazonas - Brasil, 2005/2009.

QUARESMA, Maria de Lourdes. Questões do envelhecimento nas sociedades contemporâneas. In: *Revista Kairós*. v. 11 (n. 2). São Paulo: PUC, 2008.

ROCHA, Gilmar. Sob o Signo de Saturno: Reflexões antropológicas em torno da velhice. *Caderno Serviço Social*, Belo Horizonte, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SALLUM Jr, Brasílio. "A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000)". In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2000, p. 405-437.

SALLUM JR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18. n 52, 2003.

SALVADOR, Evilásio. Implicações da reforma da Previdência sobre o mercado de trabalho. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXVI N°81, Editora: Cortez, 2003.

SANTOS, Maria Alves. A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. In: *Revista Serviço Social e Sociedade, Trabalho e Saúde*. Ano XXVI N°82, Editora: Cortez.

SCHERER, Elenise Faria. Desemprego trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. In: *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do PPGSCA*. Ano 4, n. 1, (jan/jun). Manaus: EDUA/FAPEAM, 2004 (p.125-145).

SCHERER, Elenise Faria. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: *Questão Social na Amazônia*. (Org. SCHERER, Elenise Faria). Manaus: EDUA, 2009.

SCRAIBER, Lília B.; **MENDES-GONÇALVES**, Ricardo Bruno (org.). Necessidades de saúde e atenção primária. In: *Programas e Ações na Unidade Básica*. 2° ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

SENNA, Mônica de Castro Maia; **MONNERAT**, Giselle Lavinias. O setor saúde e os desafios à construção da seguridade social brasileira. In: *Trabalho e seguridade social, percursos e*

dilemas / Elaine Rossetti Bering e Maria Helena Tenório de Almeida (org.) São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/ UERJ, 2008.

SERRA, Rose. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do assistente social. In: Trabalho e reprodução: Enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Elizete Conceição da. Velhice: análise crítica da construção da “categoria” e sua reconstrução. Revista Kairós, São Paulo, 2004.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Júlio Assis. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). Família e envelhecimento. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 25-56.

SOARES, Laura T. Desigualdade social e pobreza no Brasil no contexto latino-americano: transição ou retrocesso? In: PRAIA VERMELHA. Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro:UFRJ, primeiro semestre 2003.

SPOSATI, Aldaísa. Proteção social na América Latina em contexto de globalização. In:DEBATES SOCIAIS. Rio de Janeiro: CBCISS, 2008. (n.69-70, ANO.XLIII)

STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: Velhice ou terceira idade? Estudos sobre a identidade, memória e política /Org. Myrian Moraes Lins de Barros. 2º ed. RJ: FGV, 2000.

SUSSMUTH, Rita. A capacidade futura da sociedade. In: A comunidade do futuro. São Paulo, Futura, 1998.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TODARO, Monica de Ávila; **JACOB FILHO**, Wilson. Dança: Uma atividade física do corpo e da alma. In: Saúde e qualidade de vida na velhice. NERI et al (orgs). Campinas: Alínea, 2009.

TORRES, Iraíldes Caldas. Impactos da reestruturação produtiva na Zona Franca de Manaus/ Brasil. IV Congresso Português de Sociologia, 2000.

UCHÔA, E. ; FIRMO, J. O. A. & LIMA-COSTA, M. F. F. Envelhecimento e saúde: Experiência e construção cultural. In: *Antropologia, Saúde e Envelhecimento* (M. C. S. Minayo & C. E. A. Coimbra Jr., org.), pp. 25-35, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

VALLE, Maria Izabel de M. Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção *offshore em Manaus*. Manaus: EDUA, 2007.

VERAS, Renato. A longevidade da população: Desafios e conquistas. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento. Ano XXIV N°75, Editora: Cortez, 2003.

VIANNA, M. L WERNECK. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não-contributivos. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, mimeo, jun. 2003.

VICINI, Giulio. Saúde integral para a velhice – uma visão holística e sua manifestação em grupos de idosos. Revista Kairós, São Paulo, 5 (2), dezembro 2002. P. 125-142.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: TEMPORALIS.Revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social. Brasília:ABEPSS.(Ano II, no 3), Jan-jun, 2001.

ZANELLI, José Carlos; **SILVA**, Narbal. Programa de Preparação para Aposentadoria. Florianópolis: Insular, 1996.